



UM ESTUDO DETALHADO DO PROGRAMA DE GOVERNO ULTRALIBERAL DE BOLSONARO E PAULO GUEDES

RETRATOS DO BRASIL NAS PALAVRAS DE DOIS INTELLECTUAIS:

Destruição ultraliberal: “Simultaneamente, o novo governo se propõe levar à frente, de forma rápida e atabalhoada, uma desmontagem ‘selvagem’ – do tipo que foi feita na Rússia dos anos 90 – de todos os principais instrumentos estatais de proteção e defesa da população, do território, e dos recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros.” (José Luís Fiori, sociólogo)

Que país é esse? “O que vejo no futuro imediato é a desconfiguração da ideia de nação. O Brasil deixa de ser um país e passa a ser um lugar, um território, para se fazer negócio, com um mínimo de regulação. Como era na época da colônia, quando o Brasil não era um país. Era um espaço de predação, inclusive no regime de trabalho, em que podia se usar mão de obra sem qualquer restrição”. (Renato Lessa – Professor da PUC-Rio)



**Marília
Campos** 
Deputada Estadual



INTRODUÇÃO

A direita brasileira não tem política econômica pragmática e construtiva, é ideologia pura. É uma espécie de neoliberalismo “alucinado”, parecido com aquele que foi aplicado na Rússia na década de 1990, que José Luís Fiori, sociólogo e cientista político, descreve neste estudo. No caso da Rússia, se tratou de restaurar o capitalismo. Aqui, no Brasil, que já é capitalista, os “alucinados” do neoliberalismo, liderados por Temer, Bolsonaro, Paulo Guedes e pelo PSDB, DEM querem fazer uma espécie de “relançamento do capitalismo brasileiro”. Para isso querem destruir tudo de bom que foi feito desde Getúlio Vargas e até antes de Vargas: empresas estatais – Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Eletrobras, Casa da Moeda -, CLT, previdência social, saúde, educação, sindicatos de trabalhadores. Não querem que fique pedra sobre pedra. Querem começar tudo do zero: da República Velha, da “utopia liberal”, na expressão de Fiori, do velho liberalismo. Como se vê, os desafios para os segmentos progressistas são enormes. Teremos que redobrar nossas lutas nas ruas, nos locais de trabalho e em todos os locais de convivência social; temos que ocupar espaços institucionais; participar decididamente das eleições municipais para derrotar Bolsonaro e Paulo Guedes e retomar a iniciativa política.

Empresários ganharam dinheiro nos governos do PT com mais produção e consumo; agora estão ganhando com a “queima total” do patrimônio público e dos direitos do povo. Nos governos do PT, de 2003 a 2015, em particular

até 2014, os brasileiros mais pobres e de classe média melhoraram muito de vida. Foram gerados quase 20 milhões de novos empregos de carteira assinada, o salário mínimo teve 76% de reajuste real acima da inflação, melhorou muito a renda das famílias e o acesso ao crédito. Os empresários ampliaram os investimentos, a produção e as vendas e também ganharam muito dinheiro com o grande crescimento do consumo das famílias, responsável pela maior parte do crescimento de nossa economia. Nos últimos três anos nossa economia não consegue se recuperar. Recentemente a Folha de S.Paulo afirmou em editorial: "Entre grandes empresários e investidores nota-se ampla aprovação à agenda liberal e aos quadros da equipe econômica de Brasília, além de prognósticos favoráveis quanto à urgente reforma da Previdência. Entretanto essa boa impressão não se traduz em investimentos e contratações". Investimentos dependem de demanda da população; e o povo, archoado e endividado, não acelera o consumo. Nos governos Temer e Bolsonaro, sem demanda na economia para alavancar a produção e as vendas, os grandes empresários, nacionais e internacionais, decidiram ganhar dinheiro com uma "queima total" do patrimônio público e dos direitos sociais da população. Inaceitável, porque isto, além de piorar a vida da população, coloca limites graves a um desenvolvimento soberano e sustentado de nosso país.

Um breve resumo do programa ultraliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes.

Os dois principais fiadores do Teto de Gastos são o ministro Paulo Guedes e Rodrigo Maia. O presidente da Câmara chegou a dizer, certa vez, que a manutenção do arrocho nos gastos públicos levaria ao "colapso social". Como primeiro ministro, na espécie de parlamentarismo branco que estamos vivendo, Maia recuou e é agora um defensor extremado da continuidade dos cortes nos gastos públicos. São os seguintes os principais pontos do programa ultraliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes:

- a) Redução do Estado do Bem Estar Social: o Teto de Gastos não visa apenas o equilíbrio das contas públicas, é um projeto de redução do Estado Social no Brasil; Paulo Guedes propõe reduzir a carga tributária de 32% para 25% do PIB "em três ou quatro mandatos";
- b) Paulo Guedes diz que não se trata de mexer no teto, mas de mudar o piso das políticas públicas através das "3Ds": desobrigar, desvincular e desindexar gastos da União e também de estados e municípios;
- c) Desobrigar significa que os "gastos obrigatórios" deixam de ser obrigatórios, e um dos direitos que está na mira dos cortes é o abono salarial. Como é muito difícil "desobrigar" os principais gastos da União, como benefícios previdenciários, a principal meta é conseguir a desindexação para que tais benefícios possam subir abaixo da inflação ou até mesmo serem congelados nominalmente;
- d) Desvincular significa acabar com o piso mínimo de gastos para saúde e educação, que é o gasto do ano anterior corrigido pela inflação, e com o piso mínimo de todos os benefícios sociais vinculados ao salário mínimo, tais como aposentadorias do INSS, BPC da LOAS, seguro desemprego, abono salarial;

- e) Desindexar significa acabar com a garantia de manutenção do “valor real” de benefícios de transferência de renda, podendo serem congelados nominalmente as aposentadorias e pensões, BPC da LOAS, seguro desemprego e abono salarial; como um grande número de benefícios são de 1 salário mínimo setores do governo querem também o congelamento do salário mínimo; desindexar significa também acabar com os reajustes dos gastos mínimos anuais com saúde e educação;
- f) Governo Temer cometeu erro na redação da Emenda Constitucional 95/2016 do Teto de Gastos, que criou um gatilho de contenção de gastos que não dispara; alternativa do governo é a PEC 423/2018, do deputado Pedro Paulo (DEM/RJ). Dentre as principais medidas previstas na PEC estão as seguintes: a) redução da jornada de trabalho dos servidores com redução de salários; suspensão temporária dos repasses do FAT ao BNDES; contribuição previdenciária suplementar de 3% para os servidores; interrupção do pagamento do abono salarial; b) mecanismo de implementação do “gatilho” do Teto de Gastos, que não existe atualmente, com a criação de uma espécie de “limite prudencial” a partir do qual se trava os concursos, contratações, reajustes de servidores e criação de despesa obrigatória; c) o governo poderá propor novos itens na PEC que incorporem: desindexação, desvinculação e desobrigação;
- g) Privatização das estatais: governo já conseguiu junto ao STF que privatizações de subsidiárias não dependam de decisão do Congresso; agora quer do Congresso um “fast track” (caminho rápido) para acelerar as privatizações do “miolo” das empresas estatais;
- h) Reforma administrativa deverá prever fim da estabilidade para os novos servidores; um radical enxugamento das carreiras; redução dos salários de ingresso e gratificações; possibilidade de redução da jornada de trabalho e do salário;
- i) Reforma tributária defendida por Paulo Guedes mantém a regressividade do sistema tributário e tem dois objetivos básicos: aprovar uma nova CPMF para desonerar a folha e viabilizar a capitalização / privatização da previdência e, combinado com uma redução dos gastos públicos, reduzir a carga tributária de 32% para 25% do PIB; além disso se propõe acabar com as deduções de despesas de saúde e de educação no imposto de renda;
- j) Paulo Guedes não desistiu da capitalização / privatização da previdência social, e, como vimos anteriormente, a insistência na criação da nova CPMF tem este objetivo;
- k) Regime de Recuperação Fiscal – RRF é draconiano para os Estados: exige arrocho dos servidores públicos por muitos anos e privatização das empresas estatais estaduais;
- l) Reforma da Previdência exige previdência capitalizada para Estados e municípios, modelo, que por ser extremamente caro, não é seguido nem pelo governo federal;
- m) Bolsonaro e Paulo Guedes querem uma reforma trabalhista radical através da chamada “carteira de trabalho verde e amarela”, que é a consagração da total informalidade; é a volta ao ultraliberalismo da República Velha, antes de Getúlio Vargas: trabalhador precário sem a CLT, sem os direitos dos acordos e convenções coletivas e sem previdência pública;

n)Bolsonaro/Paulo Guedes preparam nova reforma trabalhista/sindical com o fim da unicidade sindical. Sem liberdade sindical nos locais de trabalho e proibição de sindicatos “fantoches” esta medida é uma farsa para destruir os sindicatos combativos;

o) Ultraliberais defendem privatizar todas as estatais, dizem, para “concentrar a atuação do Estado na saúde e educação”. Mentira! Eles querem privatizar é tudo, inclusive saúde e educação;

p)Ultraliberalismo, autoritarismo e ditaduras. Rodrigo Perez Oliveira afirma que neoliberalismo quase sempre está associado a regimes não democráticos:“Pode parecer contraditório o fato de o ideário político fundado na promessa da liberdade individual ser capaz de se combinar com tanta desenvoltura com ditaduras e fascismos. Parece, mas não é. Não é porque o neoliberalismo desassociou política e economia. A liberdade defendida é a liberdade econômica, é a liberdade de exploração. Uns precisam ser livres pra explorar. Outros precisam estar desprotegidos para serem explorados. (...) Ou tem neoliberalismo ou tem democracia. As duas coisas juntas, dá pra ter, não”.

Agradecimento. Agradeço ao José Prata Araújo, economista mineiro e especializado em previdência e direitos sociais, por este grande trabalho, que foi cedido, gentilmente, ao nosso mandato parlamentar. José Prata fez um grande clipping com artigos diversos publicados na imprensa brasileira, com artigos de sua autoria já divulgados em outras publicações de nosso mandato e considerações mais recentes sobre o programa de governo ultraliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes. Trata-se de um documento bastante completo, mas, ao juntar em uma única publicação informações tão densas, acaba nos dando um retrato mais amplo do que temos no Brasil. Uma boa leitura!

Contagem/Belo Horizonte, outubro de 2019

Marília Campos
Deputada Estadual PT/MG

VEJA NESTA CARTILHA ESTUDO DETALHADO DO PROGRAMA DE GOVERNO ULTRALIBERAL DE BOLSONARO E PAULO GUEDES:

1-ULTRALIBERALISMO UNE AS CORRENTES DE EXTREMA DIREITA E DE CENTRO DIREITA	8
2-O TETO DE GASTOS FOI FEITO PARA CRIAR O IMPASSE NA SOCIEDADE, PARA QUE OS NEOLIBERAIS, COM O DISCURSO DO “CAOS” E “ACABOU O DINHEIRO”, ARRANCAREM “NO GRITO” E “NA MARRA” UMA REDUÇÃO EXPRESSIVA DO ESTADO	12
3-O PROGRAMA ULTRALIBERAL DE PAULO GUEDES BOLSONARO: A) ORÇAMENTO: DESVINCULAÇÃO, DESINDEXAÇÃO E DESOBRIGAÇÃO; B) REFORMA ADMINISTRATIVA RADICAL; C) PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS; D) PRIVATIZAÇÃO / CAPITALIZAÇÃO PREVIDÊNCIA; E)REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF; F) CARTEIRA DE TRABALHO VERDE E AMARELA; G) DESTRUIÇÃO DOS SINDICATOS COMBATIVOS; H) PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO	26
4-O ULTRALIBERALISMO SÓ SE VIABILIZA COM GOVERNOS AUTORITÁRIOS E DITATORIAIS	57
5-A SITUAÇÃO POLÍTICA ESTÁ MELHORANDO PARA A ESQUERDA COM O ENFRAQUECIMENTO DAS CORRENTES DE EXTREMA DIREITA NO MUNDO E OS REVESES NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL. ALGUNS DIAGNÓSTICOS POLÍTICOS E TAREFAS NO MOMENTO ATUAL	61

1-ULTRALIBERALISMO UNE AS CORRENTES DE EXTREMA DIREITA E DE CENTRO DIREITA

1-1-BOLSONARO E PAULO GUEDES CONTINUAM A HERANÇA DE TEMER E ESTÃO DESTRUINDO OS PACTOS PROGRESSISTAS DE GETÚLIO VARGAS, ULISSES GUIMARÃES E LULA.

O Brasil teve ao longo de sua história três grandes pactos progressistas: o de Getúlio Vargas, que criou a legislação trabalhista e as leis de previdência, industrializou o Brasil e transformou o Brasil em um país mais soberano, com a criação da Petrobras, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e do BNDES. O segundo grande pacto progressista foi liderado pelo PMDB de Ulisses Guimarães, que, ao final das lutas pelo fim da ditadura militar, coordenou o movimento que resultou na Constituição Cidadã de 1988, que avançou as bases do Estado Social brasileiro, com a criação do Sistema Único de Saúde – SUS; ampliou os direitos previdenciários; transformou a assistência em política pública; ampliou e constitucionalizou muitos direitos trabalhistas; criou leis de proteção ao trabalho, como o seguro-desemprego e avançou muitas outras conquistas sociais e democráticas. O terceiro grande pacto progressista do Brasil foi de Lula e no primeiro governo Dilma, marcado por enorme inclusão social, com a criação de 20 milhões de empregos de carteira assinada; reajuste real do salário mínimo, acima da inflação, de 76%; criação de grandes programas sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida; avanços enormes na educação, da “creche ao pós graduação”, como são os exemplos do ProUni, cotas, escolas infantis; descoberta e regulamentação do pre-sal; constituição de reservas internacionais de US\$ 370 bilhões. Pois bem, estes três pactos progressistas estão sendo destruídos por Bolsonaro e Paulo Guedes, em segmento à herança de Temer, com a reforma trabalhista, reforma da previdência, emenda constitucional 95/2016 que congelou todos os gastos públicos, inclusive saúde e educação, por 20 anos; entrega do pre-sal e do setor elétrico estatal para as multinacionais; destruição dos bancos públicos – BB, Caixa, BNDES – enquanto financiadores de longo prazo das políticas públicas e da infraestrutura. Precisamos parar estes “alucinados do neoliberalismo” porque senão não sobrará pedra sobre pedra dos nossos direitos e da soberania nacional.

1-2-PROGRAMA DE BOLSONARO “CLONOU” O PROGRAMA ULTRALIBERAL “UMA PONTE PARA O FUTURO” DE TEMER. ESTÁ TUDO LÁ: DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO, DESVIN-CULAÇÃO E DESINDEXAÇÃO.

Quase todas as propostas econômicas de Jair Bolsonaro / Paulo Guedes são copiadas do programa “Uma ponte para o futuro” de Temer, redigido pelos economistas Marcos Lisboa, Mansueto Almeida e Samuel Pessôa, também chamado de “Uma ponte para o inferno” pelo senador Roberto Requião. A proposta de “Orçamento Base Zero” está toda lá bem explicada, como pode ser

vista a seguir: a) **DESVINCULAÇÃO**: acabar com todas as vinculações constitucionais, mesmo aquelas vinculadas à inflação do ano anterior prevista na Emenda Constitucional 95/2016: “Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada. Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo. A despesa orçada terá que ser executada, sem ressalvas arbitrárias, salvo em caso de frustração das receitas, caso em que se aplicarão às despesas um limitador médio, com índices previamente aprovados pelo Congresso podendo ser variáveis, mas produzindo sempre uma redução final suficiente para o equilíbrio, ao longo do ciclo econômico”; b) **DESINDEXAÇÃO**: acabar com todas as indexações (menos as do setor privado), a exemplo do reajuste anual dos aposentados e pensionistas do INSS e desvincular benefícios do salário mínimo: “Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A cada ano o Congresso, na votação do orçamento, decidirá, em conjunto com o Executivo, os reajustes que serão concedidos. A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta inflação. Nunca devemos perder de vista que a maioria da sociedade não tem suas rendas indexadas, dependendo sempre do nível de atividade econômica para preservar seu poder de consumo. A indexação das rendas pagas pelo Estado realiza uma injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade. Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento. Com o fim dos reajustes automáticos o Parlamento arbitrará, em nome da sociedade, os diversos reajustes conforme as condições gerais da economia e das finanças públicas. Em contrapartida a este novo regime, novas legislações procurarão exterminar de vez os resíduos de indexação de contratos no mundo privado e no setor financeiro”; c) **DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO**: desconstitucionalizar todos os direitos sociais que seriam definidos o seu alcance e seu valor na lei orçamentária anual: “A terceira regra nova do orçamento é a ideia de “orçamento com base zero”, que significa que a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios. Hoje os programas e projetos tendem a se eternizar, mesmo quando há uma mudança completa das condições. De qualquer modo, o Congresso será sempre soberano e dará a palavra final sobre a continuação ou fim de cada programa ou projeto”.

1-3-ECONOMISTAS E CIENTISTAS POLÍTICOS DO PSDB DEFENDEM O ESTADO MÍNIMO, COM A PRIVATIZAÇÃO DE TODAS AS ESTATAIS E ATÉ A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Não existe nenhum tema tabu para a direita sobre a redução drástica do Estado brasileiro, em direção a um Estado mínimo. Economistas vinculados ao PSDB e a Geraldo Alckmin defenderam até mesmo a privatização de todos os serviços públicos de saúde e de educação, medida somente possível se estes selvagens ultraliberais tivessem à disposição um governo tirânico durante um longo período, como aconteceu no Chile, na ditadura de Augusto Pinochet. Veja algumas passagens de um manifesto de economistas do PSDB, assinado, entre outros, por Pésio Arida (coordenador de programa de governo de Geraldo Alckmin para a área econômica), Edmar Bacha, Elena Landau e pelos cientistas políticos Bolívar Lamounier e Luiz Roberto Cunha: a) privatização dos serviços públicos de saúde e educação: “O Governo não precisa ter escolas nem hospitais. Não precisa contratar professores ou médicos. Mas precisa prover saúde e educação de qualidade. Tem que ter indicadores de eficiência na tomada de decisão de como gerir os recursos das áreas de educação e saúde”; b) Programa radical de privatização: “Na economia brasileira de hoje o Estado não precisa nem produzir nem financiar a produção. A meta é liberar o capital hoje alocado nas estatais, bancos e empresas públicas para usos socialmente mais legítimos ou para reduzir o endividamento público. Programa radical de privatização. O Estado precisa sim regular as atividades produtivas do setor privado para assegurar a concorrência e a prestação adequada dos serviços públicos a cargo de concessionárias com controle privado. Para tal é urgente acabar com a captura política das agências reguladoras”; c) manter um pequeno núcleo de serviços públicos e servidores sem estabilidade: “Firmeza para enfrentar as pressões corporativas dos servidores públicos. Introduzir a meritocracia no trato com o funcionalismo público, premiando a competência e penalizando quem não trabalha. Limitar a estabilidade a carreiras de Estado estritamente definidas. Ampliar o programa de desestatização para focar a atuação do Estado nas atividades essenciais e reduzir o número de servidores e funcionários vinculados à aposentadoria pública” (Poder 360, 06/11/2017). Se os “históricos” do PSDB têm posições ultraliberais como estas, o que esperar então do “novo” PSDB de João Dória?

1-4-PARTIDO NOVO, DE ROMEU ZEMA, DEFENDE O ESTADO MÍNIMO QUE TENHA COMO META CENTRAL GARANTIR A “LIBERDADE DO CIDADÃO” E O ESTADO DEVE SE RESUMIR, COMO NO VELHO LIBERALISMO, À SEGURANÇA PÚBLICA PARA GARANTIR A REPRODUÇÃO DO CAPITAL.

O Partido Novo é pequeno nacionalmente, mas ao vencer as eleições em Minas Gerais ganhou uma visibilidade importante para suas propostas privatistas. Na verdade, os mineiros elegeram Romeu Zema porque viram nele um gestor privado competente para melhorar os serviços públicos e a vida da população. Mas Romeu Zema e o Partido Novo não têm nenhuma afinidade com o setor público, o que querem é privatizar tudo, incluindo saúde e educação. O progra-

ma do Romeu Zema é o mais privatista do Brasil. Logo na introdução, Zema defende o Estado mínimo: "Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si". É uma versão extremada do programa "Uma ponte para o futuro", de Temer, e do programa de Bolsonaro / Paulo Guedes. A versão do programa entregue à Justiça Eleitoral é mais genérica, mas uma versão mais completa, que utilizamos em nossos estudos, por ter suscitado muita polêmica, sumiram com ela da Internet. Mais que empresas estatais, propõe-se privatizar tudo. Privatizar Cemig, Copasa e outras entidades públicas do Estado e apoiar mudanças constitucionais para privatizar a educação e a saúde. Na educação, se propõe acabar com as escolas públicas e conceder bolsas, da pré-escola ao ensino médio, para as escolas privadas. Na saúde, acabar com o SUS e oferecer planos de saúde privados à população. Estado somente é valorizado por Romeu Zema na segurança pública e para evitar ocupações de propriedades, para garantir a reprodução do capital. Se o Estado deve ser mínimo, se não serve para quase nada, o que motivou Romeu Zema a se candidatar ao governo do Estado? Para tentar privatizar tudo. Ou seja, Romeu Zema não age como governador dos mineiros, age como grande empresário que tem como única meta vender o Estado e os serviços públicos para os seus amigos grandes empresários do setor privado. Fizemos um estudo mais amplo sobre o programa de governo de Romeu Zema. Utilizamos o alfabeto para citar as privatizações de Romeu Zema. Deu o alfabeto completo: de A a Z.

2-O TETO DE GASTOS FOI FEITO PARA CRIAR O IMPASSE NA SOCIEDADE, PARA QUE OS NEOLIBERAIS, COM O DISCURSO DO “CAOS” E “ACABOU O DINHEIRO”, ARRANCAREM “NO GRITO” E “NA MARRA” UMA REDUÇÃO EXPRESSIVA DO ESTADO

2-1-PEDRO FERREIRA E RENATO FRAGELLI, ECONOMISTAS ULTRALIBERAIS, RECONHECEM: “O TETO DE GASTOS FOI CRIADO PARA CRIAR UM IMPASSE NA SOCIEDADE”, OU SEJA, “O QUANTO PIOR MELHOR”. Os dois economistas da Fundação Getúlio Vargas, em um momento de “sincericídio”, afirmam que o Teto de Gastos foi criado para se “criar um impasse” na sociedade brasileira, onde, evidentemente, com o discurso do “caos” e “acabou o dinheiro”, os governos neoliberais arrancarem “na marra” e “no grito” uma redução expressiva do Estado. É disso que se trata: o Teto de Gastos não visa apenas o equilíbrio das contas públicas, mas uma redução radical, em 20 anos, do Estado do Bem Estar Social. Veja os principais pontos da análise dos dois economistas: “O atual movimento pela flexibilização da emenda constitucional 95, conhecida pela alcunha de Teto de Gastos, é apenas a mais nova versão das velhas tentativas de crescer sem corrigir o que está estruturalmente errado. (...) O Teto de Gastos foi uma medida destinada a criar um impasse: a despesa precisava parar de crescer, de alguma forma. Caberia aos parlamentares decidir como isso ocorreria. Nada mais democrático. A vinculação de despesas incrustada na Constituição representa atualmente cerca de 91% do orçamento federal. Os parlamentares só deliberam sobre 9%. Eles se tornaram meros carimbadores impotentes das decisões tomadas em 1988. O texto da emenda constitucional 95 prevê que, após o Teto ser atingido, entram automaticamente em ação instrumentos para conter o aumento de despesas, tais como a suspensão de contratação de servidores ou correção de salários. Em média, os servidores federais ganham hoje significativamente mais do que profissionais com a mesma qualificação recebem no setor privado. Um congelamento de salários nominais por alguns anos poderia alinhar os salários pagos pelo governo federal à realidade do verdadeiro Brasil. Outro canal potencial para cortes seria limitar a correção do Salário Mínimo à inflação, sem aumento real. É preciso definir politicamente como a despesa vai parar de crescer. A alternativa seria uma nova rodada de elevação da carga tributária que perpetuaria a estagnação. Ou a acomodação monetária que sancionaria a volta da inflação.(...) O país está chegando ao impasse previsto pelo Teto de Gastos. Este ainda não foi atingido devido aos

cortes de investimentos adotados para se cumprir a meta de resultado primário, o que já está gerando um colapso da infraestrutura pública. O Brasil é hoje uma Grécia que deve optar entre aprofundar o ajuste fiscal sempre adiado, ou continuar no auto-engano que prolonga eternamente seu calvário de estagnação econômica. Precisa escolher entre os caminhos trilhados por dois países irmãos: Portugal e Argentina. Os lusitanos fizeram um duro ajuste fiscal e hoje colhem seus frutos, com a retomada da economia. Os portenhos optaram pelo imediatismo e hoje chafurdam na estagnação. O Brasil precisa escolher que país pretende ser no futuro” (Valor Econômico, 19/09/2019). (...) Marcos Nobre, cientista político, explicou a manobra no governo Temer: “A esperteza da tática do teto é outra. Embute no texto enxuto da PEC o anexo implícito de todo o catálogo de reformas: previdenciária, trabalhista, benefícios sociais e assim por diante. Instala o teto e só depois constrói a casa. Aprova-se primeiro a trava constitucional e depois se põe o Congresso diante do inevitável: ou faz as reformas ou inviabiliza a execução do orçamento que aprovou” (Valor Econômico, 20/06/2016).

2-2-EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 NÃO VISA APENAS O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS; VISA, SOBRETUDO, UMA REDUÇÃO RADICAL DO EMBRIONÁRIO ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL; NESTE SENTIDO, A EQUIPE ECONÔMICA AFIRMA QUE O CORTE DE GASTOS “ESTÁ APENAS NO INÍCIO”; OBJETIVO DE PAULO GUEDES É REDUZIR CARGA TRIBUTÁRIA DE 32% PARA 25%. A Emenda Constitucional 95/2016, ao congelar, em termos reais, os gastos públicos não financeiros por 20 anos, vai levar a uma enorme redução da presença do Estado nas políticas públicas nos próximos anos. Ou seja, à medida que a economia crescer, e este crescimento real não é repassado aos gastos públicos, tem-se que tais gastos passarão a representar um peso decrescente como proporção do PIB, liberando recursos para a continuidade do pagamento dos enormes encargos financeiros da dívida (que estão fora do teto da emenda constitucional) e até a redução da carga tributária dos atuais 32% para pouco mais de 20% do PIB, um sonho da elite empresarial. (...) O Blog Dinheiro Público fez um estudo afirmando que os gastos públicos primários com políticas públicas – saúde, educação, previdência, assistência social e trabalho - subiram de 2005 a 2015, 93% acima da inflação atingindo R\$ 1,16 trilhão. Se aplicado o critério do Plano Temer, o montante seria de apenas R\$ 600,7 bilhões (Folha/UOL, 24/05/2016). Vinicius Torres Freire, colunista da Folha, fez estudo que mostra que as despesas públicas não financeiras, que em 2016 representam 19,60% do PIB recuariam em 2026 para 15,46% do PIB, valor equivalente ao que o Brasil gastava em 2004, de 15,60% do PIB. Em 2036, os gastos seriam de 12,08% do PIB, menos dois pontos percentuais do PIB em relação aos gastos sociais de 40 anos atrás, em 1997 (Folha, 11/10/2016). Portanto, a Emenda Constitucional 95 tem como finalidade, não somente um ajuste fiscal de curto prazo, mas uma radical redução do embrionário Estado do Bem Estar Social no Brasil. Com a Emenda Constitucional 95, o sistema político abre mão de seu poder e

o governo político é substituído por um “Comitê de Intervenção do capital financeiro”.

Equipe Econômica afirma que o ajuste fiscal, que já está parando o Brasil, “está apenas no início”. O Secretário do Tesouro, Monsueto Almeida, afirma que o ajuste fiscal está apenas no início: “Embora acredite que a situação mudou para melhor, o secretário do Tesouro tem outra visão do que deve ser feito. Ele lembrou, na semana passada, que a despesa primária da União era equivalente a 19,9% do PIB em 2016 e que deve fechar este ano em 19,7% do PIB, ou seja, só 0,2 ponto percentual abaixo. “Dado que eu quero, até 2026, cortar despesas equivalentes a 4% do PIB, 90% do ajuste fiscal ainda precisa ser feito” (Valor Econômico, 3/10/2019). Paulo Guedes confirma esta diretriz de redução do tamanho do Estado e diz que espera reduzir a carga tributária de 32% para 25% do PIB em “em três a quatro mandatos presidenciais”.

Especificidades de nosso Estado do Bem Estar Social que a direita critica e a esquerda não entende. Não existe termo de comparação do Estado do Bem Estar Social brasileiro com o que existe na Europa. É muito comum que segmentos de classe média, mesmo de esquerda, afirmem que temos carga tributária de primeiro mundo e serviços públicos de quinto mundo. Não é bem assim. O Estado Social depende de duas coisas: tamanho da carga tributária e renda per capita da população. A carga tributária no Brasil é, de fato, de 33% e é a média da carga tributária nos 34 países da OCDE. No entanto, a carga tributária incide sobre um patamar de riqueza muito inferior ao dos países europeus e dos Estados Unidos. Se analisarmos o PIB per capita dá para ver que a carga tributária per capita no Brasil é muito pequena e isso implica em enormes diferenças na capacidade de oferta de serviços públicos. A carga tributária per capita, em dólares, nos países escandinavos, onde o Estado do Bem Estar Social é mais desenvolvido, é cinco a dez vezes maior que no Brasil; na Alemanha e França, ela é quatro a cinco vezes maior que a nossa; e mesmo em países mais liberais, como Estados Unidos e Reino Unido, a carga tributária per capita é quatro vezes maior que aquela do Brasil.(...) Quando comparamos o Brasil com outros países emergentes dos BRICS e da América Latina, fica claro que nosso país é, disparado, o que tem mais direitos sociais. Segmentos da esquerda fazem muitas vezes comparações que subestimam enormemente o nosso Estado do Bem Estar Social. Temos no Brasil uma tradição de considerar política social somente aquela da assistência social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, mas as políticas sociais estão em diversos ministérios – o próprio Desenvolvimento Social, Previdência, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Agrário – e nos Estados e municípios estão espalhadas em diversas secretarias. É muito comum a comparação entre os gastos com o Bolsa Família, da ordem de R\$ 25 bilhões, e os gastos com juros, da ordem de R\$ 379 bilhões atualmente. Não é bem assim. No Brasil, os gastos públicos não financeiros (que exclui os juros da dívida) são da ordem de 32% do PIB, em grande parte direcionados para as políticas sociais. Este percentual é quase o dobro da carga tributária dos demais países dos BRICS (China, Rússia, Índia,

e África do Sul) e da maioria dos países da América Latina. Pela dimensão dos cortes propostos pela Emenda 95 fica claro o alcance de nosso Estado do Bem Estar Social, que se está, de fato, muito distante dos países europeus, não tem nada parecido em outros países emergentes.

2-3-AS REGRAS FISCAIS QUE ESTÃO PARALISANDO O SETOR PÚBLICO E MANTENDO A ECONOMIA EM UM PROCESSO DE ESTAGNAÇÃO – TETO DE GASTOS; META FISCAL DE RESULTADO PRIMÁRIO; REGRA DE OURO; REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS; LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL; E, ESTÁ EM CONSTRUÇÃO, A LEI DE RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA.

O Brasil tem regras fiscais muito severas para o controle do gasto público, muitas delas constitucionalizadas, e que preveem punições severas aos administradores públicos que não cumpri-las. Em todas estas regras os enormes gastos financeiros com a dívida pública ficam de fora, não são nem lembrados quando os governos prestam contas à população do desempenho fiscal. Fala-se que os gastos públicos com as políticas sociais subiram 30 anos sempre acima da inflação; mas não se fala do aumento real dos gastos financeiros, que superam muito a inflação e até mesmo o crescimento da economia, o que explica, em grande parte, porque a dívida não se estabilizou enquanto percentual do PIB, mesmo o Brasil tendo feito superávit primário positivo 18 dos últimos 23 anos. Veja a seguir as principais regras fiscais existentes no Brasil.(...) TETO DE GASTOS (EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016): o teto de gastos equivalerá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. A Emenda Constitucional 95 é o mais violento plano de arrocho e de austeridade do mundo, pois não repete o regime adotado por nenhuma outra nação, tendo como principais diferenças o longo prazo (20 anos), a correção do teto de gastos apenas pela inflação (congelamento real); a exclusão do teto dos gastos financeiros com a dívida pública; a inclusão da norma na Constituição (constitucionalização).(...) META FISCAL DE RESULTADO PRIMÁRIO: quando a meta do governo é de superávit primário, significa que a expectativa do governo é de arrecadação superior às despesas; se a meta é de déficit primário significa, ao contrário, que as despesas serão superiores às receitas. No Brasil quase não se divulga o resultado nominal porque inclui os gastos com juros da dívida e deixa transparente para a sociedade as vergonhosas taxas de juros praticadas no Brasil. (...) REGRA DE OURO: “A ‘Regra de Ouro’ do Orçamento está prevista na Constituição Federal e é um mecanismo que proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários, benefícios de aposentadoria, contas de luz e outros custeios da máquina pública. Quando a regra é descumprida, os gestores e o presidente da República podem ser enquadrados em crime de responsabilidade. Segundo a ‘regra de ouro’, a expansão da dívida pública (operações de crédito) não

pode superar o limite do valor previsto para amortização da dívida e investimentos. Ou seja, o governo só pode contrair novas dívidas pagar dívidas antigas ou fazer investimentos, que podem depois se refletir em crescimento da economia e em aumento da arrecadação” (G1-05/06/2019).(...) REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF: é draconiano para os Estados: exige arrocho dos servidores públicos por muitos anos e privatização das empresas estatais.(...) LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Prevê esta lei em seu parágrafo 1º: “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”.(...) Entre as normas criadas pela LRF, está o limite de gastos com pessoal. A União só pode gastar até 50% da receita líquida corrente. Já estados, municípios e Distrito Federal, 60%. Caso a despesa chegue a 95% do limite estabelecido (limite prudencial), são vedados a concessão de vantagens, a criação de cargos e empregos e o pagamento de horas extras, entre outros itens. (...) LEI DE RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA: Lei de Responsabilidade Previdenciária: está em construção na reforma da Previdência uma lei severa de responsabilidade previdenciária; muitos dispositivos legais, como a exigência de capitalização e as punições para os gestores, previstos atualmente em portarias, ganham status constitucional.

2-4-META FISCAL, E NÃO O TETO DE GASTOS, FOI A RESPONSÁVEL PELOS CORTES NOS GASTOS PÚBLICOS EM 2019; EM 2020, O TETO DE GASTOS SERÁ O GRANDE LIMITADOR DA EXPANSÃO DO GASTOS DE CUSTEIO E DOS INVESTIMENTOS; REGRAS FISCAIS SÃO RADICAIS E DESCONEXAS. Muitas pessoas responsabilizaram o Teto de Gastos pelos enormes cortes nos gastos públicos neste ano de 2019, que estão paralisando a máquina pública e os investimentos. Não é bem assim. Nos três primeiros anos da Emenda 95/2016 fatores conjunturais deram uma folga no Teto: no ano 2016, ponto de partida para o teto de gastos o governo foi favorecido pelo aumento das receitas extras com repatriação de recursos, que renderam R\$ 60 bilhões, o que garantiu um patamar de despesas mais elevado; em 2017, a inflação era ainda muito elevada, o teto foi reajustado em 7,2%; em 2018, a correção foi de 3%; a greve dos caminhoneiros elevou bastante a inflação em junho de 2018, mês do fechamento do índice que reajusta o teto, o que possibilitou um reajuste de 4,39% do teto de gastos em 2019; para 2020, o percentual caiu mais de 1 ponto, a 3,37%, o que explica o orçamento extremamente apertado do próximo ano.(...) O Teto de Gastos e a Meta Fiscal, um trava o outro para uma expansão das despesas do governo; em 2019 a dificuldade de expandir gastos foi da Meta Fiscal; se a receita melhorar e a Meta Fiscal for cumprida com mais facilidade, mesmo sobrando dinheiro, não poderá

haver expansão das despesas por causa do Teto de Gastos.(...) O comentarista econômico José Paulo Kupfer dá uma explicação bastante longa, mas fundamental para se entender o caráter desarmônico e desconexo das regras fiscais: "A verdade é que o sistema de regras e metas arquitetado no Brasil para controlar as contas públicas lançou a economia brasileira no pior dos mundos. Além de não se mostrar efetivamente capaz de reverter na proporção necessária, a tendência de expansão da dívida pública, seu pretendido e declarado objetivo, está levando os serviços públicos ao colapso. Sem falar na sua contribuição à criação de barreiras que dificultam a saída da economia do atoleiro em se encontra.(...) Todos os três pilares de controle fiscal vigentes — meta de resultados primários, regra de ouro e teto de gastos — são problemáticos. Concebidos em épocas diferentes, com objetivos também diferentes, formam um conjunto desarmônico e mal estruturado.(...) A regra de ouro, por exemplo, foi imaginada para proteger os investimentos públicos da tentação de desviar recursos destinados a melhorar os horizontes da economia das necessidades do dia a dia. Pela regra, o Tesouro Nacional só pode emitir dívida pública para destinar o dinheiro a investimentos, vedado seu uso em despesas correntes. Nunca funcionou e, nos últimos dois anos, mostrou-se dispensável. Neste ano, a regra de ouro foi rompida quando o Congresso se viu na obrigação de liberar a emissão de quase R\$ 260 bilhões para gastos correntes. Em 2020, segundo o projeto orçamentário do governo, terão de ser autorizados R\$ 370 bilhões com o mesmo objetivo.(...) Se a regra de ouro caiu em exercício findo, a meta de resultados primários, que expressa o saldo entre receitas e gastos públicos, carrega um problema insolúvel. Se, de um lado, depende dos gastos, elemento sob controle do governo, de outro, é dependente das receitas, sobre a qual o governo tem muito menos ingerência. Pode-se sempre melhorar as formas de arrecadar tributos, é claro, mas receitas públicas são, principalmente, dependentes do comportamento da economia. Em épocas de recessão ou baixo crescimento, o cumprimento da meta, diante dos volumes de receita mais retraídos, exige maior corte de gastos — justamente no momento em que aumentar gastos é importante para animar a economia. Melhor seria, como fazem muitos outros países, adotar uma meta apenas de gastos.(...) Não é diferente o problema do teto de gastos. Desnecessariamente inscrito na Constituição, o objetivo declarado da adoção do teto, como no caso das demais regras de controle fiscal, era o de conter gastos para reverter a trajetória de crescimento da dívida pública. Sem explicitar, as regras do teto também pretendiam promover reduções no tamanho do Estado. A norma do teto, válida por 20 anos, com possibilidade de revisão no décimo ano, prescreve correção anual pela inflação, no acumulado em 12 meses até cada mês de junho, do limite fixado no ano anterior. Isso significa que a partir de 2017, primeiro ano de vigência do teto, não haveria aumento real de gastos. Além disso, o teto inclui todos os gastos federais, inclusive investimentos, com poucas exceções. Criou-se, com o teto de gastos, mais uma jabuticaba. Vários países adotam tetos de gastos públicos, mas nenhum pelo prazo de 20 anos. Em outros países, o prazo costuma ser o do ciclo político, quatro ou cinco anos, e, normalmente, os investimentos ficam

de fora. Também diferentemente da regra brasileira, há sempre alguma correção real do limite do ano anterior, vinculada ao ciclo econômico ou a variações estimadas do produto potencial. A correção do teto somente pela inflação produz uma situação paradoxal. Conforme a regra do teto de gastos, quanto mais a economia crescer e mais baixa for a inflação, menor será a margem para usar o dinheiro público em favor do impulso econômico. Não importa quanto a economia cresça, a arrecadação avança e o resultado primário apresenta folgas(...) Por tudo isso, a convicção de que as regras de controle fiscal, inclusive o teto de gastos, precisam passar por ajustes e aprimoramentos tem se disseminado até mesmo entre representantes das linhas de pensamento econômico ortodoxas. Resistências agora se limitam aos fiscalistas mais rígidos. Reconhecer os problemas do sistema de controle fiscal não significa defender descontrolado de gastos e da dívida pública. Expressa apenas a constatação de que, como tantos outros aspectos do arcabouço institucional brasileiro — o sistema tributário e as regras de funcionamento e promoção do serviço público vêm logo à mente —, seu caráter pró-cíclico é elemento de peso na condenação da economia à produtividade medíocre e ao baixo crescimento” (UOL, 05/09/2019).

2-5-DEPUTADA MARÍLIA CAMPOS, EM ESTUDO DE 2017, ALERTOU QUE O TETO DE GASTOS NÃO SE SUSTENTARIA; E QUE A SUA MANUTENÇÃO EXIGIRIA SACRIFÍCIOS NÃO IMAGINADOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA, INCLUSIVE PELOS DEPUTADOS E SENADORES QUE O APROVARAM. Já no início de 2017, a deputada Marília Campos (PT/MG) publicou uma cartilha sobre o teto de gastos e mostrou que, para congelar os gastos públicos em termos reais, seria necessário um sacrifício não imaginado pela população. Ou seja, à medida que diversos componentes do teto de gastos têm garantias legais de indexação à inflação (previdência, saúde, educação, assistência, seguro desemprego, abono salarial, etc) a manutenção do teto, para fazer frente ao crescimento vegetativo do gasto, levaria a saídas “de choque”, ou seja, a proposições de desindexação, reajustes abaixo da inflação ou mesmo reajustes zero de diversos gastos sociais, com congelamento nominal. O certo é que um ajuste fiscal que tenha como meta estabilizar as despesas públicas enquanto proporção do PIB, com crescimento pela inflação e mais o aumento real do PIB, já não é uma tarefa fácil, considerando o envelhecimento da população, as demandas sociais ainda enormes em nosso país e o baixo crescimento da economia. Um ajuste fiscal que tenha como meta reduzir as despesas como proporção do PIB, enxugar fortemente o Estado do Bem Estar Social é uma loucura que não tem como dar certo em uma democracia, mesmo com todas as limitações da que temos no Brasil.(...) O “especialista” do mercado, Raul Veloso, disse à época que a reforma da previdência não garantiria o teto de gastos: “A Emenda Constitucional 95/2016 estabelece que o gasto da União não crescerá mais do que a inflação, mas na verdade ela disciplina pouco os componentes do gasto total do governo. Quando se estabelece uma meta como essa, se está dizendo que os itens individuais que crescerem acima da inflação terão que ser

compensados por outros. O problema é que o grosso dos gastos está sujeito a regras constitucionais que fazem com que eles cresçam mais do que a inflação. Previdência e assistência são 50% do gasto do governo federal e estão fora da regra porque têm correção própria. O valor dos benefícios é corrigido, na menor das hipóteses, pela inflação. Assim não sobra nada para o crescimento do número de pessoas atendidas. E esse número está crescendo entre 3,5% e 4% ao ano. Como a população está envelhecendo, vai crescer o número de idosos e, portanto, o número de beneficiários. Ou seja, se quiser que esses itens cresçam só pela inflação, das duas uma: ou teria que mudar a regra de correção dos benefícios, para ser menor do que a inflação, o que é muito difícil no Brasil, ou precisa fazer reformas que inibam as aposentadorias". Raul Velloso tratou em sua análise também da garantia de reajuste pela inflação dos gastos com saúde e educação, que considerou a "parte boa" da Emenda Constitucional do teto: "A preocupação geral tem sido com saúde e educação "porque todo mundo é cego. A única disciplina dos componentes do gasto é o piso de saúde e educação, que será corrigido pela inflação. Na realidade, é uma proteção para não haver corte nas áreas, mas está sendo interpretado como o contrário. Nenhum outro item vai poder crescer às custas de educação e saúde. Quem trabalha nas duas áreas estará protegido, porque são pagos pelos orçamentos de ministérios protegidos. É só não contratar tanto e dar reajuste pela inflação. Se eu fosse ministro da Saúde ou da Educação, estaria feliz da vida. Não poderiam compensar em mim e, segundo, estou começando sobre uma base de gastos que não é muito ruim". (...) Também Ribamar de Oliveira tratou do crescimento vegetativo dos gastos sociais como impedimento para o cumprimento do teto de gastos: "Há outra questão que é tão ou mais relevante que vinculação das despesas. A quantidade de beneficiários dos programas sociais aumenta ao longo do tempo. Os economistas chamam isso de crescimento vegetativo da despesa. De 2004 a 2014, a taxa média de crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários foi de 3,1% ao ano. No mesmo período, a quantidade de beneficiários da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) cresceu a uma taxa média anual de 5%. No caso do seguro desemprego, a taxa média foi ainda maior, de 6,1%". Assim essas despesas continuarão crescendo acima da inflação até que as regras de concessão dos benefícios sejam alteradas. O objetivo da reforma da Previdência Social é justamente mudar a curva de crescimento do gasto com benefícios previdenciários. Será necessário também alterar regras de concessão da LOAS e do seguro desemprego e abono salarial. As alterações, é bom lembrar, além de serem politicamente difíceis de serem aprovadas, somente terão resultados expressivos no médio e longo prazos". (Valor Econômico, 02/06/2016).

Publicação do Mandato Marília Campos, de 2017, já mostrava que o Teto de Gastos era insustentável. Na publicação da deputada Marília Campos, alertamos: "Para enquadrar os gastos no teto, como se vê, não basta congelar em termos reais todos os gastos com reajustes apenas pela inflação, terá que haver um arrocho adicional e violento que a sociedade brasileira e, ousamos dizer, nem os deputados e senadores imaginam para conter os aumentos reais referentes ao crescimento

vegetativo dos benefícios sociais – previdência, assistência social, seguro-desemprego e abono salarial. Que medidas são estas: a) uma reforma da previdência ultraradical que passe a idade da aposentadoria para 65 anos e com uma regra de transição duríssima, além de mudanças também radicais no acesso aos outros benefícios previdenciários e em outros benefícios sociais – seguro-desemprego, BPC e abono salarial; b) desvinculação dos novos benefícios do salário mínimo, podendo a previdência praticar um piso mínimo inferior ao salário mínimo, como está sendo proposto nos casos da pensão e do BPC; c) reajuste dos aposentados e pensionistas abaixo da inflação ou até mesmo reajuste zero, com perdas reais, para abrir espaço para os gastos com os novos aposentados, ou seja, os atuais aposentados e pensionistas pagarão a conta dos novos beneficiários da previdência social; d) supressão de alguns benefícios sociais, como parece ser caso do abono salarial, que está na mira de Temer; e) compensação do aumento dos gastos previdenciários acima da inflação em outras áreas, o que poderá sufocar os gastos com investimentos, folha dos servidores federais e outras áreas. Mesmo estas mudanças radicais ao extremo têm limites na expansão dos benefícios previdenciários porque o governo não tem controle de uma série de eventos previdenciários: a maioria da população já se aposenta por idade, o que limitará o efeito da nova idade mínima; e muitos benefícios são por causas não planejáveis: doença, acidente, invalidez, morte, maternidade”.

2-6-LAURA CARVALHO E NELSON BARBOSA ANALISAM O TETO DE GASTOS E EXIGEM AUTOCRÍTICA DA EQUIPE ECONÔMICA QUE FORMULOU O PROJETO (O “DREADTEAM”).

Escreveu a economista em sua coluna na Folha: “O Orçamento apresentado para 2020 parece ter acendido o sinal de alerta entre membros do governo e do Congresso sobre a extensão do drama que ameaça o país. Afinal, além de reduzir os recursos para investimentos na construção e reparo de infraestrutura para o menor patamar da série histórica, a proposta corta dos programas sociais e pode levar à total paralisação de ministérios. Diante dos riscos de shutdown, de nossas já limitadas possibilidades de recuperação da economia e de uma reforma da Previdência em vias de ser aprovada, vários economistas vêm deixando de reproduzir falácias como a de que “não há dinheiro” para se dedicarem ao debate econômico sério sobre a necessidade de revisão da regra fiscal mais irracional do planeta: a PEC do teto de gastos. Não que a insustentabilidade da regra seja uma surpresa: os que realmente gostam de fazer contas vêm demonstrando desde a tramitação da PEC no Congresso, em 2016, que as despesas não obrigatórias teriam de cair a patamar menor que o exigido para manter a máquina pública funcionando, o que inviabilizaria o cumprimento da regra mesmo com a mais draconiana reforma da Previdência. As comparações internacionais deixam claro que em nenhum outro país com algum tipo de limite para o crescimento dos gastos o reajuste máximo se dá apenas pela inflação do ano anterior. Na maior parte deles, o teto vale para um conjunto de despesas menos abrangente e permite um crescimento de 2% ou 3% ao ano em termos reais —ou de

acordo com a projeção de crescimento do PIB potencial para os anos seguintes—, estabilizando, em vez de reduzir, a participação dos gastos públicos na economia. Aqueles que queriam aproveitar a situação de desequilíbrio fiscal para rever o contrato social de 1988 defenderam colocar na Constituição uma regra fiscal claramente insustentável apenas pelo que afirmaram ser o seu poder de “explicitar os conflitos distributivos sobre o Orçamento”. Quem sabe, ao colocar os beneficiários de bolsas de pesquisa contra os do Bolsa Família ou a turma da cultura contra os investimentos em segurança, todo o mundo não acabaria apoiando qualquer reforma da Previdência ou o fim da obrigatoriedade de despesas com saúde e educação, não é? Só que, no fim das contas, quem continuou garantindo bom reajuste salarial na disputa pelo Orçamento de 2020 foram os militares, por exemplo. Mas, como a regra prevê o acionamento de gatilhos automáticos em caso de descumprimento, que impedem o reajuste real do salário mínimo, dos salários de servidores e a realização de novos concursos públicos, muitos aguardam ansiosos pelo clímax da história: o momento em que as despesas vão subir até o teto, acionando os gatilhos. Não importa que o grand finale aconteça em um país com maiores índices de pobreza, viadutos desabando, caminhões perdidos em crateras, pesquisas abandonadas e uma economia que não sai do lugar. Aos mais razoáveis, que ainda tentam encontrar justificativas não ideológicas para a imposição de um teto fadado ao colapso, insisto: não, não é verdade que a regra foi responsável por ancorar expectativas de inflação e reduzir as taxas de juros no país nos últimos anos. A inflação já estava caindo antes da aprovação do teto pelos efeitos da própria recessão. E, com a inflação no piso da meta, os juros poderiam ter caído ainda mais se não fosse a alta do dólar puxada pelo ciclo financeiro global e o conservadorismo do Banco Central. Introduzir uma regra fiscal insustentável na Constituição para retirá-la depois de três ou quatro anos não ajuda em nada a construir alguma credibilidade com os agentes econômicos. Mas o que importa é que estamos finalmente caminhando para um consenso —que hoje só exclui os mais radicais— de que é necessário rever a regra em sua forma atual. Fazemos agora, portanto, o debate interdito em 2016 sobre que regras escolher para garantir o ajuste de médio prazo sem causar danos à economia” (Folha, 05/09/2019).

Nélson Barbosa cobra autocrítica da equipe econômica. Nélson Barbosa, ex-ministro da Fazenda de Dilma exigiu uma autocrítica da equipe econômica: “O teto de gasto criado por Temer voltou ao centro do debate fiscal devido à proposta orçamentária do governo Bolsonaro para 2020. Segundo os números enviados ao Congresso, teremos grande arrocho fiscal no próximo ano, com risco de paralisação de programas públicos e o menor investimento federal em 16 anos, em termos reais. Não precisa ser assim, mas, para entender por que, devemos relembrar a origem do problema. A ideia de meta de gasto foi inicialmente proposta pelo governo Dilma, em 2016, só que via projeto de lei, com prazo de quatro anos, possibilidade de crescimento real do gasto se cláusula de escape em caso de recessão. Após o golpe de 2016, o time Temer (ou “dreadteam”) não podia simplesmente adotar a proposta de Dilma. A alternativa foi criar o teto de gasto por emenda constitucional, com

congelamento real de despesa em até 20 anos, sem cláusula de escape. Porém, para não sofrer restrição durante seu mandato, o governo Temer também elevou substancialmente suas despesas em 2016, de modo a começar o teto em patamar elevado a partir de 2017. A flexibilização fiscal de 2016 foi correta e ajudou a estabilizar a economia no início de 2017. Dito isso, do ponto de vista político, o teto Temer foi pensado para ter efeito só a partir de 2019. Esse efeito acabou adiado porque o aumento temporário da inflação no início de 2018 criou espaço para elevar despesas em 2019. Assim, neste ano a maior restrição fiscal ainda é a meta de resultado primário. O teto Temer passará a ser o principal limite fiscal em 2020. Alguns anos atrás, os defensores do “dreadteam” diziam que a redução do gasto público seria compensada pelo aumento do gasto privado, devido à melhora das expectativas das empresas e trabalhadores (a hipótese da “fada da confiança”). Depois de três anos de crescimento de 1%, o argumento mudou. Hoje os defensores do time Temer passaram à hipótese dos “bond vigilantes”, dizendo que qualquer mudança da regra fiscal gerará ataque especulativo imediato ao país, com depreciação cambial e aumento da taxa de juro. Possível? Sim. Provável? Depende de qual for a regra fiscal alternativa. Aí vamos ao centro da questão: devemos mudar, em vez de revogar, o teto de gasto. E nesse processo podemos passar definitivamente à meta de gasto, abandonando a meta de resultado, bem como corrigir o problema da regra de ouro. A solução é clara, mas, para não reconhecer o erro do “dreadteam”, o governo está cogitando manter o teto de gasto com reclassificação de algumas despesas como extra-teto. Isso é simplesmente flexibilizar o teto sem admitir a mudança. Os exemplos de mudança envergonhada do teto de gastos são reclassificar gastos da educação como transferência para estados e municípios, bem como mudar o tratamento contábil do adicional de 10% do FGTS. Todas essas medidas são legais, mas, se o governo fosse de esquerda, a turma de sempre já estaria gritando impeachment. Como não acho correto criminalizar a política fiscal, prefiro focar o problema real. Precisamos revisar nossa regra fiscal, mantendo meta de gasto, mas não o congelamento criado por Temer. E podemos aproveitar a oportunidade para garantir recursos previsíveis para investimento, saúde, educação, segurança pública e meio ambiente. Tudo isso pode ser feito via Congresso, mas, como implica reconhecer que o “dreadteam” estava errado, vários colegas economistas estão sabotando a discussão com espantalhos e terrorismo. Se recusam a fazer autocrítica, apesar de sempre cobrarem autocrítica do outro lado”(Folha, 13/09/2019).

2-7-UM GRANDE NÚMERO DE ECONOMISTAS LIBERAIS, DE CENTRO DIREITA, QUEREM MUDANÇAS NO TETO DE GASTOS. Diversos economistas liberais, de centro-direita vem se posicionando em favor de ajustes no Teto de Gastos, previsto na Emenda Constitucional 95/2016. São os casos de: André Lara Resende, Mônica de Bolle, Samuel Pessôa, Manoel Pires, Bráulio Borges, Gilberto Borça Jr, Fábio Giambiagi. Samuel Pessôa defende estímulo fiscal pela primeira vez na vida: “Muitos amigos discor-

daram de mim, alguns até ficaram chateados. Eu entendo os questionamentos que recebi porque nunca havia defendido isso, mas a sociedade está cansando. A gente está falando da recuperação mais lenta dos últimos 120 anos. Não é um fenômeno corriqueiro” (Folha, 18/08/2019). André Lara Resende tem sido um dos mais críticos ao que chama de “ajuste fiscal suicida”: “A busca do equilíbrio fiscal no curto prazo, quando há desemprego e capacidade ociosa, não apenas agrava o quadro recessivo, como termina por aumentar o peso da dívida em relação ao PIB. No Brasil, depois de alguns meses do novo governo, a economia não dá sinais de que irá se recuperar. Continua estagnada, com a renda abaixo do que era há cinco anos e o desemprego acima de 12% da força de trabalho. O programa dos tecnocratas que estão no comando da economia parece estar condicionado à aprovação da reforma Previdência, uma reforma há décadas mais do que necessária, mas na qual não faz sentido depositar todas as esperanças. Transformada num cavalo de batalha com o congresso, insistentemente bombardeada como imprescindível pela mídia, a reforma da Previdência, ainda que aprovada sem grande diluição, como os resultados não são imediatos, não será suficiente para resolver o problema fiscal dos próximos anos. Também não será capaz de despertar a fada das boas expectativas. Como demonstra de forma dramática a experiência recente da Grécia, a busca do equilíbrio fiscal no curto prazo, quando há desemprego e capacidade ociosa, não apenas agrava o quadro recessivo, como termina por aumentar o peso da dívida em relação ao PIB. O resultado pode ser avaliado por alguns números. O desemprego, que já era alto antes do início do ajuste, quase de 10%, três anos depois chegou a 28% da força de trabalho e a mais de 60% entre os jovens. No ano passado o desemprego ainda estava perto de 20% e o PIB tinha caído mais de 30% em relação a 2010. A dívida, que era equivalente a 150% do PIB em 2010, depois de quase uma década de ajuste, chegou a 180% do PIB. Mas os números, por mais impressionantes que sejam, não podem exprimir a dimensão da verdadeira tragédia que se abateu sobre a Grécia. O país foi destruído” (Valor Econômico – 14/05/2019).

2-8-JOSÉ PAULO KUPFER E MANOEL PIRES: GOVERNO NÃO TEM COMO META APENAS O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E A ESTABILIZAÇÃO DA DÍVIDA; O AJUSTE FISCAL, NA VERDADE, CAMUFLA A META AMBICIOSA DE REDUÇÃO EXPRESSIVA DO ESTADO.

Veja a seguir trechos de um artigo do comentarista econômico José Paulo Kupfer, que fez uma entrevista com o economista Manoel Pires, onde fica claro que o governo utiliza a reforma do Estado de forma camuflada no debate do ajuste fiscal: “A sensação que se tem, com os cortes de verbas e o contingenciamento de recursos para cumprir a meta fiscal de 2019, é a de que os gastos públicos chegaram ao limite. Diante da proposta orçamentária oficial para 2020, que reserva quantias tidas como insuficientes para manutenção da máquina pública, e classificadas como irrisórias para os investimentos do governo, a impressão que fica é a de que a escassez de recursos públicos passou dos limites. Todo esse esforço de contenção de gastos tem

consequências fortemente negativas para a amplitude e a qualidade dos serviços públicos. Sua pretensão declarada é a de quebrar a tendência explosiva da trajetória da dívida pública, estabilizando-a em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). Saindo do equivalente a pouco mais de 50% do PIB, há seis anos, ela se aproxima de 80% do PIB, posição muito acima da exibida por outras economias emergentes. Cálculos elaborados com base na trajetória de queda da taxa básica de juros, e nas perspectivas de crescimento econômico a partir de 2020, contudo, mostram outra realidade. Com a redução acentuada do custo do endividamento público, a posição do resultado primário suficiente para estabilizar a dívida pública também está em queda. Para o economista Manoel Carlos Pires, pesquisador do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas) e professor da UNB (Universidade de Brasília), já é possível perceber que a dívida pública se estabiliza mesmo com déficits fiscais. Por exemplo, com crescimento de 1,8% ao ano e taxa Selic de 4,75% anuais, um déficit primário de 0,3% do PIB estabilizaria a dívida pública. Na hipótese de um crescimento maior, 2% ao ano, e de juros básicos mais baixos, de 4% anuais, até mesmo um déficit primário de 1% do PIB seria suficiente para sustentar a estabilidade da dívida. O déficit primário acumulado em 12 meses encontra-se em 1,4% do PIB. Com base nessas simulações, Pires, especialista em questões fiscais, que é coordenador do Observatório de Políticas Fiscais do Ibre/FGV, considera ser possível dizer que o ajuste fiscal necessário para estabilizar a dívida pública está resolvido. “A média desses cenários [de estabilização da dívida pública] aponta um resultado primário deficitário de 0,44% do PIB”, escreveu Pires no artigo “Política fiscal reloaded”, recentemente publicado no Blog do Ibre, mantido pela FGV”. (UOL, 18/09/2019).

Manoel Pires: o ajuste fiscal, na verdade, camufla a meta ambiciosa de redução expressiva do Estado. Veja a seguir algumas considerações do economista Manoel Pires, em entrevista a José Paulo Kufper: a) como é possível concluir que a dívida pública está no caminho da estabilização e que, portanto, o ajuste fiscal já foi praticamente alcançado: “Os juros básicos da economia estão caindo, vão cair mais e deveriam estar abaixo do que projetam no mercado. Nesse cenário em que os juros caem, é possível reduzir o resultado final de equilíbrio. É necessário um esforço fiscal menor porque o custo do endividamento também está caindo. Há um segundo elemento: a diferença entre o resultado fiscal que o governo divulga e o déficit estrutural, no qual são expurgadas as flutuações da economia no curto prazo, as receitas e despesas extraordinárias, permitindo mensurar a posição fiscal do governo de acordo com a situação fiscal de longo prazo. Nas estatísticas do governo, o déficit primário chega hoje a 1,4% do PIB [Produto Interno Bruto]. Mas, se o resultado estrutural for tomado como base, o déficit fiscal já estaria muito próximo daquele que equilibra a dívida pública”; 2) Qual a consequência prática dessa situação melhor do que os números conhecidos parecem indicar: “Isso já abre um pouco de espaço para uma discussão mais racional da política fiscal. Seja como um elemento para acelerar a recuperação da economia, seja como elemento para o conjunto de reformas que devemos discutir. O principal nesse sentido é chamar a atenção para o fato de que

o governo já recuperou a capacidade de manter uma política fiscal sustentável. A consequência é que não é preciso fazer reformas fiscais tão drásticas como as que estão sendo anunciadas como necessárias. No dia a dia, é possível administrar a política fiscal sem a pressão de fechar um enorme buraco. Esse buraco, se existiu, praticamente já não existe mais”; 3) Essa situação fiscal mais favorável foi obtida, fundamentalmente, com a queda da taxa de juros? “Esse foi o principal efeito da redução da taxa Selic. Mas, como escrevi no artigo, o controle da dívida pública no longo prazo depende de uma combinação de variáveis macroeconômicas, como o resultado de caixa do governo ou superávit primário, taxas de juros incidentes sobre a dívida pública e crescimento econômico”; 4) Por que, então, está cada vez mais acirrado esse debate sobre o ajuste fiscal, principalmente sobre o teto de gastos, se o problema está equacionado? “Estamos entrando num segundo debate que reúne temas que discutem muito mais o papel do Estado na economia. A impressão que tenho é que se trata de uma estratégia. Vincular essa discussão a uma situação pior do que a real, se fosse verdade, exigiria medidas de ajuste mais fortes”; 5) O governo estaria procurando acirrar o conflito distributivo na sociedade, forçando a definição de perdedores e ganhadores com o ajuste fiscal, para avançar na pauta da redução do tamanho do Estado? “É exatamente isso que o governo está tentando fazer com o debate sobre flexibilizar ou não o teto de gastos, forçando o Congresso a entrar nesse jogo. Pintar a situação pior do que ela é também ajuda nessa narrativa”; 6) Nesse meio tempo, quem está desempregado ou passando aperto com a economia travada e estagnada acaba, digamos assim, imolado no altar da redução do tamanho do Estado? “O risco que corremos é, por um lado, o que já está acontecendo: conter políticas públicas que sempre funcionaram bem –políticas de ciência e tecnologia, distribuição de bolsas, etc. De outro, é errar na mão na definição e no desenho das reformas necessárias, focando não no mérito das reformas, mas no volume de recursos que seria possível economizar com elas. Isso é errado porque, agora, não é preciso mais perseguir metas mais duras. O que a economia está exigindo agora é um conjunto de ajustes mais finos”; 7) Pode-se dizer, resumindo tudo, que o ajuste fiscal está feito e a discussão da questão fiscal está errada?

“A discussão agora é sobre a reforma do Estado. Essa discussão está camuflada no debate do ajuste fiscal. O ajuste está encaminhado, e o debate agora é sobre a velocidade com a qual se pretende reduzir a dívida pública”; 8) Quais os riscos de continuar com o debate errado? “O debate deveria ser sobre o tamanho que a sociedade quer para o Estado, como ele poderia funcionar melhor e o modo mais eficiente de fazer a economia crescer mais e mais rápido. Fora disso, os riscos são muitos. Em primeiro lugar, o debate errado não é favorável ao crescimento da economia. Em segundo lugar, a agenda de fadiga de reformas contribui para alimentar extremismos políticos. Além de não aliviar tensões com crescimento, a tendência é acirrar o conflito distributivo. Aqui, podemos ter um duplo problema: de um lado, o acirramento do próprio conflito distributivo, e, de outro, a dificuldade de encontrar caminhos eficazes para sua solução ou, pelo menos, sua distensão” (UOL, 18/09/2019).

3-O PROGRAMA ULTRALIBERAL DE PAULO GUEDES BOLSONARO: A) ORÇAMENTO: DESVINCULAÇÃO, DESINDEXAÇÃO E DESOBRIGAÇÃO; B) REFORMA ADMINISTRATIVA RADICAL; C) PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS; D) PRIVATIZAÇÃO / CAPITALIZAÇÃO PREVIDÊNCIA; E) REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF; F) CARTEIRA DE TRABALHO VERDE E AMARELA; G) DESTRUIÇÃO DOS SINDICATOS COMBATIVOS; H) PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

3-1-EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 FEZ UMA MONUMENTAL INDEXAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS À INFLAÇÃO – SAÚDE, EDUCAÇÃO, EMENDAS PARLAMENTARES E O PRÓPRIO TETO DE GASTOS; GOVERNO QUER AGORA DESFAZER TODA A INDEXAÇÃO DOS COMPONENTES DOS GASTOS PÚBLICOS DE R\$ 1 TRILHÃO; QUER DESINDEXAR OS COMPONENTES DO GASTO PARA MANTER O TETO INTOCADO, OU SEJA, AO INVÉS DE ACABAR COM O TETO, QUEREM DESTRUIR OS PISOS. Todos se lembram da discussão no governo Temer sobre teto de gastos. Era preciso, afirmavam, acabar com a indexações de gastos à receita, como nos casos da saúde e da educação, e, por isso, fixaram a indexação destes gastos pela inflação. Agora “partiram para a ignorância”, e estão dizendo que a indexação dos gastos à inflação é o problema mais grave que existe no Brasil, ou seja, estão propondo desfazer o que fizeram, com a desindexação querem liberdade para corrigir gastos públicos abaixo da inflação ou mesmo para o congelamento nominal. Querem desindexar os componentes do gasto público para manter o teto intocado, ou seja, ao invés de acabar com o teto, querem destruir os pisos.(...) Uma longa matéria do jornal O Globo expõe o ponto de vista do governo: “Os gastos públicos vão aumentar R\$ 36 bilhões no ano que vem somente para repor a inflação deste ano, estimada em 3,4% pelo mercado. Após 25 anos de moeda estável, com o fim da hiperinflação, a chamada indexação ainda está presente nas despesas do governo. A equipe econômica do ministro Paulo Guedes defende que os gastos públicos tenham como referência apenas a previsão de receitas e não mais a inflação passada. Analistas são unânimes em afirmar que as contas públicas no Brasil

são excessivamente engessadas. E a manutenção, pelo Senado, do abono salarial para todos os trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos, na aprovação da Reforma da Previdência em primeiro turno esta semana, vai comprimir ainda mais as despesas nos próximos anos. Segundo a economista do grupo de conjuntura da UFRJ e professora da Coppead Margarida Gutierrez, 68% do gasto público são obrigatórios e reajustados anualmente pela inflação passada ou pela variação do salário mínimo. É quase R\$ 1 trilhão: ao todo, gastos de R\$ 950,218 bilhões do Orçamento deste ano sobem por inércia. Só com a aplicação da inflação, o gasto sobe R\$ 36 bilhões em 2020. É bem mais do que o Bolsa Família (que atende a 13,8 milhões de famílias), que custa R\$ 30 bilhões. Para o investimento, só sobraram R\$ 19 bilhões. Esse modelo é a ausência da política fiscal.(...) Crescimento vegetativo: Margarida Gutierrez lista as despesas públicas que sobem automaticamente no Orçamento da União. O salário mínimo é indexado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, que mede a inflação de quem ganha até seis salários mínimos), assim como as aposentadorias e pensões. A parcela mínima das despesas que é destinada à saúde e à educação também é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, índice que mede a inflação para quem ganha até 40 salários mínimos), assim como as emendas individuais e de bancada. “Tem de ter prioridade dentro do Orçamento. Quando tudo é prioritário, nada é. Vivemos com moeda estável há 25 anos e temos que discutir esses mecanismos que foram criados e engessam o Orçamento. Há um crescimento vegetativo de gastos. Até mesmo as prioridades mudam, é preciso flexibilidade. A indexação é herança de um país que não existe mais, distorções que não estão mais presentes. Tirar amarras e acabar com essas heranças reflete o atual momento” — afirma. Apesar de defenderem maior flexibilidade no Orçamento, analistas resistem à ideia de mexer no reajuste do salário mínimo. Eles afirmam que há outras rubricas no Orçamento que podem ser desindexadas, sem ter que enfrentar a dificuldade política de tirar da Constituição a obrigação de manter o poder de compra do piso salarial. Além disso, citam os especialistas, o salário mínimo cumpre um papel social. Segundo Fábio Klein, economista da Tendências Consultoria, cada real a mais no salário mínimo representa R\$ 300 milhões nos gastos do governo. Mesmo assim, ele acha importante ter uma política de correção do piso: “A preservação do poder de compra do salário é quase consagrada e prevista na Constituição. Repensá-lo não é trivial. Politicamente, não dar ganho real ao salário mínimo pode gerar atritos. Pode dar ganho real, mas ligado à produtividade” — diz Klein.(...) O próprio Orçamento é indexado, mas para evitar que o gasto público crescesse acima da variação de preços. As despesas do governo aumentavam cerca de 6% ao ano, acima da inflação desde 1997. Pela lei do teto de gastos, de 2016, as despesas agora só podem subir no limite da inflação passada. Como despesas como as de Previdência e salários crescem acima da inflação, com a população envelhecendo e requerendo aposentadoria e os reajustes automáticos do funcionalismo, sobram menos recursos para outras despesas como investimento. “Ao indexar as despesas à inflação passada, evitou-se que elas crescessem muito

acima da inflação, como vinha acontecendo, resolvendo um problema que era pior” — afirma Klein, da Tendências. Inflação nas emendas: José Ronaldo de Castro de Souza Júnior, diretor de Macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também é contra indexações e vinculações de despesas, mas considera muito difícil conseguir aprovar que o salário mínimo deixe de ser corrigido pela inflação. “Há outras medidas que terão menos impacto nesse grupo populacional que recebe o mínimo. Pode-se desindexar o abono, as aposentadorias e pensões acima do mínimo, congelar salário de servidores, mas vimos que o Congresso aprovou novas indexações. As emendas de bancada, que eram vinculadas à receita, passarão a ser corrigidas pela inflação a partir de 2021” (O Globo, 05/10/2019).

3-2-VEJA, EM TERMOS CONCRETOS, O QUE SIGNIFICA A POLÍTICA DEFENDIDA POR PAULO GUEDES DAS “3DS” (DESOBRIGAÇÃO, DESVINCULAÇÃO, DESINDEXAÇÃO). No programa de governo de Bolsonaro, em um texto caótico, foi fixado um claro compromisso com o chamado Orçamento Base Zero: “Com o fim do aparelhamento dos ministérios, inverteremos a lógica tradicional do processo de gastos públicos. Cada gestor, diante de suas metas, terá que justificar suas demandas por recursos públicos. Os recursos financeiros, materiais e de pessoal, serão disponibilizados e haverá o acompanhamento do desempenho de sua gestão. O montante gasto no passado não justificará os recursos demandados no presente ou no futuro. Não haverá mais dinheiro carimbado para pessoa, grupo político ou entidade com interesses especiais. Prioridades e metas passam a ser a base do Orçamento Geral da União, para gastar o dinheiro do POVO obtido pelos impostos”. (...) **DESOBRIGAÇÃO:** “A desobrigação ou a retirada do caráter obrigatório da despesa, por sua vez, teria a função de ‘liberar’ o orçamento, que atualmente tem 96% de sua composição obrigatórios e somente 4% discricionários. Ou seja, todas as despesas de caráter continuado, derivadas de leis ou de medidas provisórias, deixariam de ser obrigatórias. A título de ilustração, basta dizer que entre as despesas obrigatórias estão: as transferências constitucionais, as despesas de pessoal e encargo, os serviços da dívida, os abonos salariais do PIS, os benefícios de prestação continuada (BPC), os precatórios, as sentenças judiciais, o seguro-desemprego, as indenizações legais e os pisos de gastos com Saúde e Educação, entre outros” (DIAP-10/09/2019). Um exemplo típico da despesa que será suprimida caso deixe de ser obrigatória é o abono salarial, que não tem, na avaliação do governo, uma base social organizada para defendê-lo. Acontece que muitas das despesas de transferência de renda, por exemplo como no caso dos benefícios previdenciários, se incorporaram como direitos individuais e fundamentais na sobrevivência das famílias e, por isso mesmo, dificilmente deixarão de ser “obrigatórios”. Por isso mesmo, o que se quer nestes casos é a desindexação, ou seja, o congelamento nominal por um determinado período. (...) **DESVINCULAÇÃO:** “A nova proposta, na verdade, é uma radicalização da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Emenda Constitucional 95, do congelamento, em termos reais, do

gasto público, também conhecida como Teto dos Gastos Públicos. É a autorização para o chamado orçamento de base zero, em que cada ano o governo e o Congresso Nacional decidem como devem gastar o produto dos impostos e das contribuições sociais. Com a desvinculação não haveria mais a obrigação automática de destinar percentual da receita dos impostos para: o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM), as ações e serviços de saúde, a manutenção e desenvolvimento do ensino, as atividades prioritárias da administração tributária ao Fundo Estadual de Fomento à Cultura e a autorização de abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas. A desvinculação também alcançaria as contribuições sociais, que só se justificam se estiverem vinculadas à prestação de serviço ou a benefícios sociais. As contribuições, que superam em 70% as receitas dos impostos, deixariam de estar vinculadas a fundos que abastecem as despesas com benefícios sociais e previdenciários” (DIAP,10/09/2019). (...) **DESINDEXAÇÃO:** A Emenda Constitucional 95/2016 do Teto de Gastos congelou, em termos reais, os gastos públicos, com reajuste anual pela inflação. A desindexação acaba com o reajuste anual pela inflação e abre espaço para o congelamento nominal, ou seja, o reajuste abaixo da inflação ou zero por um determinado período. Perderiam a garantia de reajuste anual, portanto, os benefícios de aposentadorias e pensões; o seguro desemprego; o abono salarial; o BPC da LOAS; o salário mínimo também poderá ser congelado ficando sem o reajuste anual com repercussão nos benefícios sociais; a saúde e a educação, que foram desvinculadas das receitas mas foram indexadas à inflação do ano anterior.

Paulo Guedes fala em “novo pacto federativo”, na verdade se trata de buscar o apoio de governadores e prefeitos para as “3Ds”: desobrigar, desvincular e desindexar.

Paulo Guedes em entrevista ao Valor Econômico: “O teto é fundamental, porque ele trava essa trajetória de aumento descontrolado da despesa. Não queremos furar o teto. Queremos é quebrar o piso da despesa obrigatória e a ferramenta para isso chama-se ‘pacto federativo’. A classe política brasileira está condenada a mexer em 4% do orçamento porque 96% está destinado ao gasto obrigatório. Isso é a negação da política. Temos R\$ 1,5 trilhão de orçamento e os parlamentares brigam por 4% desse valor, ficam atrás de uma emenda impositiva de R\$ 5 milhões. São R\$ 3,5 trilhões de recursos para alocar nos três níveis de governo. Esse dinheiro fica empoçado em fundos públicos, é capturado por piratas privados junto com interesses corporativos e, às vezes, burocratas corruptos. Cerca de 80% desses recursos vão para o pagamento da própria máquina, em salários e aposentadorias.(...) É a transformação do Estado. Vamos completar a transição. Os representantes do povo são votados para estabelecer as prioridades do gasto público e não para conceder aumentos automáticos de salários para o funcionalismo, aposentadoria privilegiada para o funcionalismo. Temos os fundos corporativos. Existem 280 fundos públicos [são os fundos setoriais e, alguns, constitucionais].O governador de Goiás [Ronaldo Caiado] está em dificuldade financeira e tem o fundo do Centro-Oeste que ele não consegue pegar. O ministro Moro [Sergio Moro, da Justiça] precisa

de investir em segurança pública e não pode porque o dinheiro está bloqueado no fundo penitenciário. Os políticos que os criaram já se aposentaram ou morreram e o dinheiro está lá.(...) Não vamos tirar dinheiro de área nenhuma. Cada prefeito e cada governador tem que ter a decisão de onde gastar mais. Um vai querer investir mais na saúde, outro mais na educação. Essa decisão não pode ser de um burocrata de Brasília ou de um político que já morreu. Somos escravos do dinheiro carimbado. Vamos descarimbar”.

Por que Estados e Municípios não têm muito interesse nas “3Ds”. Paulo Guedes vai ter muita dificuldade de convencer governadores e prefeitos a aderirem as “3Ds”. Não há condições políticas para “desobrigar” o direito constitucional à saúde pública, gratuita e universal e, mesmo a desvinculação, não resolve em nada a situação dos municípios, por exemplo, que tem vinculação de 15% e já estão gastando 31%; provavelmente a desvinculação implicará é na redução dos repasses da União para Estados e municípios. Não há condições também de “desobrigar” a obrigatoriedade da educação básica e, sem isso, os gastos de Estados e municípios não tem redução expressiva; provavelmente é o governo que investe na educação superior, que não é obrigatória, é que fará os maiores cortes, além da redução de repasses para estados e municípios. Portanto, o que pesa mesmo no ajuste fiscal mais violento das “3Ds” é desindexação dos benefícios de transferência de renda, que são todos vinculados ao governo federal (aposentadorias e pensões do INSS, BPC da LOAS, seguro desemprego, abono salarial), mas cujo congelamento nominal pesaria enormemente sobre as vidas dos cidadãos e cidadãs dos Estados e municípios.

Paulo Kliass: A bomba D que pode arrasar o Brasil. Paulo Kliass escreveu um artigo onde faz um forte apelo contra a “bomba D”, que está em preparação: “Aproveitando o vácuo gerado pela nova cirurgia do Presidente, no início da semana Guedes sentiu-se em condições de avançar mais algumas casas em seu xadrez esplanadiano. Assim, ofereceu uma longa entrevista ao jornal Valor Econômico, durante voo que realizou para Fortaleza. Ali, ele se sentiu à vontade para expor um programa mais completo para as próximas etapas na área da economia. Ele apresenta um enorme petardo. Não se trata de uma bomba como as conhecidas A ou H, ambas de elevadíssimo poder de destruição. Mas não se deve menosprezar o potencial destruidor de Guedes, que termina por criar uma para chamar de sua – a bomba D.(...) O seu mote de comunicação, a partir de agora, vai se concentrar na quarta letra de nosso alfabeto. Na conversa com a jornalista e em seus pronunciamentos mais recentes, o economista não poupa os verbos e substantivos que se iniciam por ela. E assim foi: i) desindexar; ii) desvincular; iii) desobrigar; iv) desconstitucionalizar; v) descarimbar; vi) demitir. Para ele, essas deverão ser as prioridades da pauta do governo a partir da eventual aprovação da Reforma da Previdência. Interessante observar que todas as ações começam pelo sufixo “des”, aquele que os dicionários apresentam como utilizado para denotar oposição, negação, falta, separação ou afastamento. A bem da verdade, nada disso deveria nos surpreender em demasia, se levarmos em conta intenção declarada de Guedes e sua equipe. Trata-se de mais

uma etapa da estratégia fundamental de eliminar os dispositivos constitucionais que evidenciem qualquer tipo de projeto de desenvolvimento social ou econômico, bem como retirar da Constituição o conjunto de direitos de cidadania e de serviços públicos, como assistência social, educação, saúde, previdência social e outros. Desindexar tudo o que signifique garantia dos menos protegidos da sociedade, a exemplo do salário mínimo, dos benefícios previdenciários e valores destinados às áreas sociais. Desvincular do orçamento público todas as referências de índices e mínimos para saúde, educação e previdência social. Desobrigar as administrações públicas nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios) no que se refere aos mandamentos constitucionais dos chamados “gastos obrigatórios”. Desconstitucionalizar, a exemplo do que está sendo tentado na Reforma da Previdência, todas as referências a garantias de direitos dos trabalhadores, servidores públicos e beneficiários da seguridade social, bem como outros dispositivos que assegurem recursos para políticas públicas estratégicas. Descarimbar os recursos orçamentários, que não podem ser desviados ao bel desejo do tecnocrata de plantão, pois seu destino é assegurado pela regra constitucional. Demitir servidores para promover redução da capacidade do Estado em oferecer serviços públicos de qualidade à população de renda mais baixa, justamente os que mais necessitam desse apoio. Na mesma entrevista, Guedes comete uma espécie de “ato falho intencional” e se esquece do S na sigla do BNDES, justamente a letrinha que adjetiva de “social” o desenvolvimento a ser estimulado por esse importante banco público brasileiro. Aliás, como todo bom consultor e operador do mercado financeiro, Guedes não desiste de sua sanha privatizadora e dobra sua posta no vácuo presidencial: “O presidente está conosco na privatização. E eu quero privatizar todas as empresas estatais”. Assim, percebe-se que a intenção da estratégia D pode ser sintetizada em outros dois substantivos que começam também pela mesma letra: desmonte e destruição. Um risco enorme para todos nós! Cabe às forças de oposição e às entidades que representam a maioria da população desarmar o mais rápido possível essa bomba. Caso Paulo Guedes consiga levar à frente esse projeto do “raio eliminador”, parece evidente que os custos políticos, sociais e econômicos para recuperar as bases de um Estado promotor do bem estar e do desenvolvimento serão ainda mais elevados”(Outras Palavras, 10/09/2019).

3-3-GOVERNO TEMER COMETEU ERRO NA REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 DO TETO DE GASTOS, QUE CRIOU UM GATILHO DE CONTENÇÃO DE GASTOS QUE NÃO DISPARA; ALTERNATIVA DO GOVERNO É A PEC 423/2018, DO DEPUTADO PEDRO PAULO (DEM/RJ).

Ribamar Oliveira afirma que o governo Temer cometeu um erro na redação no Teto de Gastos, criou um gatilho que não pode ser acionado para usar o arsenal de medidas previstas na Emenda 95/2016: “O governo de Michel Temer cometeu um erro no texto da emenda constitucional que instituiu o teto de gastos, só percebido neste ano. A emenda 95 criou um gatilho que não dispara.

A emenda estabelece que, se o teto de gastos for furado, ou seja, se as despesas ultrapassarem o limite definido para o gasto, o governo terá que adotar uma série de medidas de ajuste. Descumprido o teto, o governo não poderá conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores. Não poderá também criar cargo, emprego ou função ou alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa. Da mesma forma, ficará impedido de admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, realizar concurso público, criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza. Ficarão ainda proibido de criar despesa obrigatória ou adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação. É um arsenal considerável e poderoso de medidas de ajuste. O problema é que, da forma como está redigida a emenda 95, não há meio de descumprir o teto de gastos. Em primeiro lugar, o governo não pode encaminhar um Orçamento que descumpra o teto. Se fizer isso, o presidente da República corre risco de impeachment. Durante a execução orçamentária, o governo não pode também gastar mais do que o teto. Se não pode descumprir o teto, não há como usar o arsenal de medidas previstas na emenda 95. Assim, o governo terá que reduzir continuamente as despesas discricionárias, até a paralisia da administração pública, para compensar o aumento das despesas obrigatórias” (Valor Econômico, 05/09/2019).

Governo deverá apoiar a PEC 423/2018 que estabelece gatilhos para cortes mais drásticos nos gastos públicos. A PEC 423/2018, do deputado Pedro Paulo (DEM/RJ) não trata do Teto de Gastos mas da Regra de Ouro, mas implanta gatilhos para contenção de despesas similares aos previstos na Emenda 95/2016. Informa o Estadão: “O Orçamento de 2020 pode começar com um alívio de R\$ 202,6 bilhões entre redução de despesas, aumento de receitas e diminuição da dívida pública, caso o Congresso Nacional aprove uma proposta que aciona mais rapidamente medidas de contenção dos gastos já previstos na Constituição e cria novos freios para as contas. O projeto ganhou o apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes, e pode incorporar a ideia do governo e de técnicos do Congresso de suspender a correção automática de despesas como o salário mínimo – o que ampliaria o impacto da proposta. Para a área econômica, a proposta pode resolver o problema do teto de gastos até 2026, e, junto com a reforma da Previdência, abrir o caminho para o Brasil voltar a ter o grau de investimento das agências internacionais. A maior parte do ajuste (R\$ 109,6 bilhões) viria da economia de despesas com o acionamento de medidas já previstas na regra do teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento das despesas à inflação), chamadas de gatilhos, e de novas ações, como a redução de jornada e salário de servidores públicos e a suspensão do pagamento do abono salarial (benefício de até um salário mínimo pago a quem ganha no máximo dois salários mínimos). Há ainda ganhos previstos de R\$ 6 bilhões em receitas com cobrança adicional na Previdência de servidores ativos e inativos e R\$ 18,9 bilhões com a suspensão de repasses do FAT ao BNDES, além da possibilidade de abater R\$ 68,15 bilhões da dívida pública a partir da desvinculação de recursos hoje parados

em fundos do governo. Os números foram apresentados a Guedes pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), autor da proposta que está sendo usada para redesenhar as regras fiscais. Um integrante da equipe econômica disse ao Estado que o Ministério da Economia está “alinhado” na PEC do Pedro Paulo e avaliando as outras medidas que poderão ser incorporadas na proposta. O Ministério da Economia trabalhava num plano para reduzir as despesas obrigatórias, mas traça agora uma estratégia junto com o Congresso por conta das dificuldades com o teto de gastos já no ano que vem. Mesmo com a aprovação das reformas, essas despesas comprimem os gastos com investimento e custeio da máquina pública para um nível muito baixo, de apenas R\$ 89 bilhões. O grupo agora analisa a possibilidade de incorporar gatilhos de desindexação de despesas, ou seja, desobrigar o governo de conceder os reajustes automáticos previstos na legislação. Essa medida conta com o apoio do ministro da Economia, que desde a transição fala na necessidade de dar maior flexibilidade ao Orçamento Federal. Levantamento do Tesouro mostra que dois terços (67,7%) das despesas primárias da União são corrigidas automaticamente por algum indexador. A mais significativa é a de benefícios previdenciários, que crescem à medida que o salário mínimo cresce. Mesmo aposentadorias e pensões acima do piso também são corrigidas todo o ano pela inflação. Outros exemplos são o abono salarial, seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Os mínimos da saúde e da educação também são corrigidos conforme a inflação, mas Pedro Paulo disse ao Estadão/Broadcast que esses dois permaneceriam intocados num primeiro momento” (Estadão, 13/09/2019). (...) Dentre as principais medidas previstas na PEC do deputado Pedro Paulo estão as seguintes: a) redução da jornada de trabalho dos servidores com redução de salários; suspensão temporária dos repasses do FAT ao BNDES; contribuição previdenciária suplementar de 3%; interrupção do pagamento do Abono Salarial; b) mecanismo de implementação do “gatilho” do Teto de Gastos, que não existe atualmente, com a criação de uma espécie de “limite prudencial” a partir do qual se trava os concursos, contratações, reajustes de servidores e criação de despesa obrigatória; c) como já dissemos, o governo poderá propor novos itens na PEC que incorporem: desindexação, desvinculação e desobrigação.

3-4-PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS: GOVERNO JÁ CONSEGUIU JUNTO AO STF QUE PRIVATIZAÇÕES DE SUBSIDIÁRIAS NÃO DEPENDAM DE DECISÃO DO CONGRESSO; AGORA QUER DO CONGRESSO UM “FAST TRACK” (CAMINHO RÁPIDO) PARA ACELERAR AS PRIVATIZAÇÕES DO “MIOLO” DAS EMPRESAS ESTATAIS.

Informa o Valor Econômico: “O ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende propor a privatização de todas as empresas estatais. A decisão final é do Congresso. “A minha obrigação é fazer o diagnóstico e entregar a prescrição. O Congresso vai decidir”, disse o ministro ao Valor. Segundo Guedes o presidente Jair Bolsonaro apoia integralmente a privatização. “Todos os dias ele cobra: ‘Poxa Salim [Salim Mattar, secretário de Desestatização

e Desinvestimento], tem que vender uma por semana, está demorando muito". Para encurtar o tempo gasto, em geral de um ano e meio, para fazer uma privatização, Guedes quer um "fast track" para a venda e concessão de estatais. E, em vez de tratar uma a uma, ele fará a lista das empresas públicas a serem alienadas, que submeterá ao presidente da República. Aprovada, ela será enviada ao Tribunal de Contas da União (TCU) para uma avaliação geral e encaminhada ao Congresso, para aprovação de uma lei autorizando a inclusão dessas companhias no Programa de Desestatização" (Valor, 9/09/2019).(...) Informa o Valor Econômico: "O secretário Especial de Desestatização e Desinvestimento, Salim Mattar, quer criar atalhos, mediante alteração da lei 9.491/1997 - que criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) -para acelerar as privatizações. Atualmente gasta-se entre um ano e meio e dois anos para cumprir os trâmites burocráticos necessários para a venda de uma estatal. Assim, pelo cronograma de Mattar, a Eletrobras só será privatizada em novembro de 2020, a Empresa Gestora de Ativos da Caixa (Emgea), em julho de 2020, a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em fevereiro de 2021, e a Casa da Moeda, em junho de 2021. "Você está vendo a dificuldade para se privatizar? Isso está sendo um calo no nosso pé. Estamos tentando um 'fast track'. Estamos vendo o que é preciso fazer de aditivo na lei 9.491 para ser um 'fast track'", adiantou Mattar, em conversa com o Valor" (Valor Econômico, 03/10/2019).(...) Bolsonaro anunciou, recentemente, a privatização de 17 empresas estatais: Correios, Eletrobras, Telebras, Casa da Moeda, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Geagesp), Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasaminas), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). O governo quer o caminho rápido para acelerar as privatizações.

Paulo Kliass: Decisão do STF que subordina ao Congresso somente as "empresas matrizes" e libera as privatizações das "empresas subsidiárias" abre as portas para a aceleração das privatizações. Escreveu o economista: "O Supremo Tribunal Federal (STF) adotou uma decisão bastante polêmica no dia 6 de junho. O plenário foi chamado a se manifestar a respeito da necessidade de autorização legal prévia para que seja levada à privatização qualquer empresa estatal. A corte surpreendeu ao oferecer uma solução que contraria aspectos essenciais do processo jurídico previsto na nossa legislação no que se refere à alienação de patrimônio público, por meio de processo de privatização. A interpretação vigente até então entendia que a exigência de autorização legal prévia deriva do fato de que as empresas estatais só podem ser criadas por meio de lei. Assim, para que sua transferência ao setor privado se efetivasse, seria necessária também uma autorização legal

para tanto. No entanto, o STF resolveu oferecer uma abordagem “criativa”, para dizer o mínimo a respeito da decisão. Assim, foi estabelecida uma distinção entre os procedimentos a serem adotados no caso das empresas matrizes e das empresas subsidiárias. Uma loucura! A interpretação que vinha sendo adotada desde sempre deve ser aplicada apenas para as empresas “mãe”. (...) Já no caso das subsidiárias – empresas cujo poder original é a matriz – vale a regra do liberou geral. Além de autorizar o Poder Executivo a levar a cabo a venda de suas empresas sem a necessidade de submeter o processo ao crivo do Poder Legislativo, o STF ainda ofereceu uma outra “ajudinha” ao governo Bolsonaro. Segundo a deliberação da mesma sessão, o processo de alienação patrimonial não necessita de licitação. Basta que a empresa siga as definições previstas em seu estatuto. Outra insanidade! Na verdade, uma decisão tão excêntrica como essa tem toda a cara de uma encomenda solicitada por um governo que não conta com apoio parlamentar seguro para levar em frente sua empreitada entreguista e privatizante. Tendo em vista a dificuldade em avançar com essa pauta que liquida elementos essenciais de nossa soberania nacional no interior do Congresso, Bolsonaro e Guedes optaram por uma via que não apresente obstáculos. Assim, basta uma decisão dos órgãos dirigentes da empresa estatal para que ela seja vendida ao capital privado. Ou seja, o STF permite que esses indivíduos atuem como se estivessem se desfazendo de seu próprio patrimônio pessoal. Na verdade, uma completa inversão de valores. Um verdadeiro crime de lesa Pátria! Quando o STF se ampara nessa firula jurídica, ele abre o caminho para a liquidação de parte significativa de nosso patrimônio público sem nenhum debate na sociedade, por meio de seus representantes no Parlamento. Afinal, não faz sentido promover essa distinção entre matrizes e subsidiárias no que diz respeito à privatização das empresas estatais. Ao fazer uso desse subterfúgio, deixa-se de apontar para elementos essenciais como magnitude da empresa, áreas estratégicas de atuação, importância de preservação de segurança nacional, entre tantos outros. O universo total das empresas estatais do governo federal pode ser acessado por meio de relatórios e boletins elaborados pela equipe da atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, vinculada ao Ministério da Economia. Na verdade, ela é uma sequência institucional da antiga Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), que tinha por objetivo promover e aperfeiçoar o “controle” das empresas do governo federal. Ocorre que, desde 2016, após o golpeachment, os titulares do órgão se autoproclamam portadores da missão de privatização. A Secretaria fica encarregada, portanto, de “preparar as empresas para o processo privatizante”. Nas palavras do responsável pela área: “Notamos que faltavam normas, no ordenamento jurídico brasileiro para a dissolução de estatais”. O sentimento da missão cumprida do funcionário público a serviço dos interesses do capital passa pelo orgulho exibido de estar promovendo a redução do número de empresas sob o controle de sua pasta. Isso porque a cada ano que passa, mais e mais empresas estão sendo encerradas ou vendidas para o setor privado. Em 2016, eram 154 empresas e o “raio privatizador” logrou a proeza de eliminar 20 ao longo de 2 anos” (Outras Palavras, 12/06/2019).

3-5-REFORMA ADMINISTRATIVA DEVERÁ PREVER FIM DA ESTABILIDADE PARA OS NOVOS SERVIDORES; UM RADICAL ENXUGAMENTO DAS CARREIRAS; REDUÇÃO DOS SALÁRIOS DE INGRESSO E GRATIFICAÇÕES; POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO E DO SALÁRIO.

Paulo Guedes dá os contornos da reforma administrativa que está em discussão no governo: “O pacto federativo é a transformação do Estado brasileiro. A própria reforma tributária é uma dimensão desse programa maior. A reforma administrativa do Estado, a revisão da carreira pública, é uma parte do pacto. Vamos redesenhar a estrutura do governo central, que está hipertrofiado, com excesso de funcionários, com salário médio e aposentadorias muito acima do nosso mercado de trabalho. O funcionalismo pode ter até níveis mais elevados de remuneração para os cargos mais altos mas, ao mesmo tempo, 40% vão se aposentar nos próximos cinco anos e temos que informatizar, digitalizar tudo isso”. (Valor Econômico, 9/09/2019).

Folha divulga os eixos da reforma administrativa do governo Bolsonaro.

Informa a Folha de S.Paulo: “Em fase de ajustes finais no Ministério da Economia, a reforma administrativa que será apresentada pelo governo Jair Bolsonaro deve prever o fim da estabilidade para a maioria dos servidores públicos, uma drástica redução no número de carreiras, salários mais alinhados com o setor privado, rigorosa avaliação de desempenho e travas para as promoções. Em entrevista à Folha, o secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, apresentou as diretrizes que o governo pretende incluir no pacote que será enviado ao Congresso neste semestre. A reforma criará uma linha de corte para um modelo de serviço público totalmente novo. Com isso, as principais mudanças valerão apenas para aqueles que se tornarem servidores após a aprovação pelo Congresso. Os que já atuam no Executivo manterão a maior parte das prerrogativas, mas também serão afetados por mudanças pontuais. De acordo com o secretário, o novo serviço público, que virá a partir da linha de corte, deverá restringir a estabilidade de servidores. Para isso, seria criado um novo formato de contratação por tempo indeterminado sem essa proteção que dificulta que o governo demita. A ideia é que essa prerrogativa seja concedida apenas a carreiras consideradas sensíveis ou sujeitas a pressões, como auditores fiscais, auditores do trabalho e diplomatas. Funções de caráter instrumental e administrativo perderiam esse direito. Entre as mudanças, está o corte do total de carreiras para algo entre 20 e 30, número que ainda passa por avaliação. Hoje, são 117 carreiras que abrigam mais de 2.000 cargos. Embora muitos sejam semelhantes, o governo enfrenta dificuldades para movimentar esses servidores sem ser alvo de questionamentos na Justiça. Outro pilar da reforma, segundo Rubin, trará uma reestruturação completa do sistema de remuneração e promoções no serviço público. Os salários de entrada devem ser reduzidos e as tabelas remuneratórias, reorganizadas. O objetivo é fazer com que os rendimentos dos servidores fiquem mais próximos aos praticados pelo

setor privado.(...) Como as alterações envolvem um complexo conjunto de regras de diferentes hierarquias, a reforma exigirá a apresentação de um grupo de projetos, incluindo emenda à Constituição, lei complementar e lei ordinária. Uma das propostas pretende estender mudanças aos servidores estaduais e municipais. A ideia é que todos os textos sejam apresentados simultaneamente ao Congresso. O governo também discute com o Legislativo a possibilidade de criar gatilhos para reduzir a carga horária e o salário de servidores em caso de aperto fiscal. Na avaliação do secretário, todo o conjunto de medidas poderá trazer alívio às contas públicas, mas a longo prazo. O governo também conta com a economia que será gerada com a redução natural do número de servidores. Nos próximos cinco anos, 127 mil dos 705 mil servidores estarão aptos a se aposentar. Apenas posições essenciais serão repostas e reajustes ficarão travados”(Folha S.Paulo, 05/09/2019).

Veja um resumo do que poderá mudar com a reforma administrativa. a) o que muda para quem entrar no serviço público após a aprovação da reforma administrativa: Criação de contrato por tempo indeterminado sem previsão de estabilidade no cargo. Prerrogativa da estabilidade será mantida apenas para cargos considerados sensíveis, como auditores e diplomatas; redução do número de carreiras do Executivo de 117 para no máximo 30; redesenho das tabelas salariais para que se aproximem do setor privado; redução dos salários de entrada; reestruturação das progressões para que o servidor só atinja o teto salarial no fim da carreira; extinção da progressão automática por tempo de serviço; maior rigor na fase de estágio probatório; considerada uma distorção do sistema, a progressão automática de carreira por tempo de serviço deve ser extinta; b) O que muda para todos, inclusive para os atuais servidores: avaliação de desempenho mais rigorosa. Deve ser criado sistema de pontos no qual o gestor não consegue dar nota máxima a todos os servidores e é forçado a fazer avaliação criteriosa; novos programas de capacitação; revisão de benefícios como auxílio-moradia e auxílio-funeral; marcação obrigatória de ponto eletrônico. (Folha S.Paulo, 05/09/2019).

Manoel Pires, economista, critica o caráter fiscalista da reforma administrativa. afirmou economista: “O risco que corremos é, por um lado, o que já está acontecendo: conter políticas públicas que sempre funcionaram bem –políticas de ciência e tecnologia, distribuição de bolsas, etc. De outro, é errar na mão na definição e no desenho das reformas necessárias, focando não no mérito das reformas, mas no volume de recursos que seria possível economizar com elas. Isso é errado porque, agora, não é preciso mais perseguir metas mais duras. O que a economia está exigindo agora é um conjunto de ajustes mais finos. Alguns debates nesse sentido precedem até mesmo a discussão do ajuste fiscal que começou em 2015. Por exemplo, a reforma administrativa. Muitos entendem que esse seria o próximo passo depois da reforma da Previdência. Tem quem entenda que essa reforma deve mirar na redução de custos e não se preocupa em discutir o que botar no lugar. É o caso clássico da estabilidade do servidor público. A estabilidade tem um sentido, um sentido de longo prazo, que é o de manter uma continuidade, uma permanência nas

atividades do serviço público. É possível pensar em aprimoramentos das regras em lugar de, simplesmente, advogar pela sua extinção. Esse seria um ajuste draconiano de quem está menos preocupado com o bom funcionamento do Estado. Esse tipo de posição não leva a nada porque é muito difícil imaginar que um governante vai permitir a criação de um sistema que gere instabilidades entre médicos, professores ou policiais militares, profissionais que desempenham atividades essenciais para a população. A reforma administrativa deveria ser encarada como uma medida de melhoria de gestão, não exatamente de ajuste fiscal”(UOL, 18/09/2019).

3-6-REFORMA TRIBUTÁRIA DEFENDIDA POR PAULO GUEDES TEM DOIS OBJETIVOS BÁSICOS: APROVAR UMA NOVA CPMF PARA DESONERAR A FOLHA E VIABILIZAR A CAPITALIZAÇÃO / PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA E, COMBINADO COM UMA REDUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS, REDUZIR A CARGA TRIBUTÁRIA DE 32% PARA 25% DO PIB.

Paulo Guedes explicou, brevemente, a reforma tributária que pretende para o Brasil: a) primeiro pilar da reforma: “A reforma virá depois. Já estou conversando com o Rodrigo Maia [presidente da Câmara dos Deputados]. Vai ser uma proposta conciliatória. Ela vai ter três pilares: primeiro são os impostos indiretos (IPI, PIS, ICMS, Cofins), que hoje estão descoordenados. Nossa proposta foi elaborada pelo Adolfo Sachsida e pelo Alexandre Ywata e é chamada de IVA-Dual: pega IPI, PIS, Cofins e transforma num imposto federal. E deixa a porta aberta para os Estados acoplarem. Ela respeita Estados e municípios. O Estado tem o direito de cobrar o imposto que ele quiser. A proposta do Luiz Carlos Hauly [deputado do PSDB-PR] sugere que permaneçam alguns impostos seletivos como o imposto sobre fumo e sobre bebida. Gostamos e vamos ficar com alguns poucos impostos.(...) b) segundo pilar da reforma: “Aí vamos para o Imposto de Renda. As deduções [despesas médicas, dependentes, etc.] são regressivas. Só classe média e alta têm. Pensamos em reduzir a alíquota de 27% para 25% e tirar as isenções. Estamos indo um pouco na direção da simplificação, diminuição de alíquotas, essa coisa da “pejotização”. Diminuir impostos para as empresas e aumentar a tributação dos dividendos. Nossas empresas hoje pagam 34%, é muito alto, então queremos baixar isso. Brasil já teve uma carga tributária de 18% do PIB e, recentemente, chegou a 36% do PIB. É muito. A gente quer voltar para 30% do PIB. No período de três ou quatro mandatos seria possível reduzir a carga tributária para 25% do PIB”.(...) c) a nova CPMF é o terceiro pilar da reforma: “O terceiro pilar é a desoneração da folha de pagamento. A contribuição sobre a folha é o imposto mais perverso, cruel e com pior efeito cumulativo. Calculamos efeito cumulativo sobre o Imposto de Transações Financeiras. Quando você pega uma cadeia com 10 elos, o efeito cumulativo é 4,5%. E o efeito cumulativo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento é de 14%. Prefiro ter uma base um pouco mais distribuída. Esse imposto, por exemplo, sonegadores pagam, traficantes de droga pagam. Como base tributária é um imposto interessante. Estamos dando a opção para a classe política. Podemos desonerar a folha de 20% para 13%, ao mes-

mo tempo podemos reduzir até acabar com a contribuição social sobre lucro líquido (CSLL), se quiserem recorrer a esse outro imposto. Tem uma escadinha na proposta de reforma que é assim: se quiser 0,2% de imposto pode baixar a desoneração da folha para 13%, se quiser pagar 0,4% você já consegue derrubar a CSLL, se quiser pagar 1% você acaba com o IVA. Eu acho que vai passar. Uma boa parte dos varejistas, do comércio, prefere esse imposto. O IVA do Bernard Appy [diretor do Centro de Cidadania Fiscal] tributa excessivamente o comércio. Temos quase 40 milhões de brasileiros sem carteira de trabalho, que não conseguem emprego e começam a vender pastel na praia. Então ao invés de ser um IVA que nem o do Appy, talvez um IVA mais baixo.(...) O presidente me apoiou na reforma da Previdência. Mas ele é um homem muito sincero. A vida toda ele foi contra a reforma da Previdência e um dia ele me disse: “Vou fazer porque é importante para o Brasil, mas não gosto, estou fazendo com uma dor no coração”. Se dependesse só dele ele não gostaria de fazer uma reforma da Previdência, ele sabe que é um sacrifício. Mas ele sabe da responsabilidade então ele dá apoio. No caso desse imposto é a mesma coisa: ele não tem entusiasmo, ele não gosta desse imposto sobre transações. Mas preciso desse imposto para desonerar a folha. Se a Câmara e o Senado não quiserem, continua com o imposto onerando a folha. O Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) é feio, é chato, mas arrecadou bem e por isso durou 13 anos. Conforme a alíquota, ele pode arrecadar até uns R\$ 150 bilhões por ano” (Valor Econômico, 9/09/2019).

3-7- PAULO GUEDES NÃO DESISTIU DA CAPITALIZAÇÃO / PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, E, COMO VIMOS ANTERIORMENTE, A INSISTÊNCIA NA CRIAÇÃO DA NOVA CPMF TEM ESTE OBJETIVO.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, Paulo Guedes voltou ao tema da previdência capitalizada: “Acho que seria interessante revisitar esse tema [da capitalização] sim. Como o Congresso desidratou o texto da reforma, estão nos desestimulando a seguir nessa direção. Mas vale a pena voltar à capitalização no futuro. Até faço o seguinte comentário: o Senado está avaliando agora a reforma da Previdência. Acho que o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), quando incluiu os Estados e municípios, deu um passo fundamental. É importante que estejam juntos, porque têm profundos desequilíbrios nas Previdências estaduais e municipais. Por outro lado ele está desidratando a proposta da Câmara, o que a torna muito vulnerável” (Valor, 09/09/2019).

A proposta de capitalização foi excluída da reforma da Previdência, o que desagradou Paulo Guedes. A proposta original de reforma da Previdência inscrevia a previdência privada no artigo 201 da Constituição Federal que trata da previdência social. Previa o artigo 201-A: Lei complementar de iniciativa do Poder Executivo federal instituirá novo regime de previdência social, organizado com base em sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o pagamento do benefício, admitida

capitalização nocional, vedada qualquer forma de uso compulsório dos recursos por parte de ente federativo. O novo regime de previdência social será implementado alternativamente ao Regime Geral de Previdência Social e aos regimes próprios de previdência social e adotará, dentre outras, as seguintes diretrizes: I - capitalização em regime de contribuição definida, admitido o sistema de contas nocionais; II - garantia de piso básico, não inferior ao salário-mínimo para benefícios que substituam o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho, por meio de fundo solidário, organizado e financiado nos termos estabelecidos na lei complementar; III - gestão das reservas por entidades de previdência públicas e privadas, habilitadas por órgão regulador, assegurada a ampla transparência dos fundos, o acompanhamento pelos segurados, beneficiários e assistidos dos valores depositados e das reservas, e as informações das rentabilidades e dos encargos administrativos; IV - livre escolha, pelo trabalhador, da entidade ou da modalidade de gestão das reservas, assegurada a portabilidade; V - impenhorabilidade, exceto para pagamento de obrigações alimentares; VI - impossibilidade de qualquer forma de uso compulsório dos recursos por parte de ente federativo; e VII - possibilidade de contribuições patronais e do trabalhador, dos entes federativos e do servidor. A lei complementar de que trata o art. 201-A da Constituição definirá os segurados obrigatórios do novo regime de previdência social. O novo regime de previdência social, atenderá, na forma estabelecida na lei complementar, a: I - benefício programado de idade avançada; II - benefícios não programados, garantidas as coberturas mínimas para: a) maternidade; b) incapacidade temporária ou permanente; e c) morte do segurado; e III - risco de longevidade do beneficiário.(...) A proposta original da reforma da previdência implantava a capitalização individual também para servidores públicos: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão para o regime próprio de previdência social o sistema obrigatório de capitalização individual previsto no art. 201-A, no prazo e nos termos que vierem a ser estabelecidos na lei complementar federal de que trata o referido artigo”.

3-8-REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL – RRF É DRACONIANO PARA OS ESTADOS: EXIGE ARROCHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS POR MUITOS ANOS E PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS. O prazo de vigência do Regime de Recuperação Fiscal será fixado na lei que o instituir, conforme estimativa recomendada pelo Conselho de Supervisão, e será limitado a 36 (trinta e seis) meses, admitida 1 (uma) prorrogação, se necessário, por período não superior àquele originalmente fixado. A União concederá redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, por prazo igual ou inferior ao estabelecido para a vigência do Regime de Recuperação Fiscal. Na hipótese de prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal, os pagamentos das prestações serão retomados de forma progressiva e linear, até que seja atingido o valor integral da prestação ao término do prazo da prorrogação. Prevê a lei

159/2017: “O Plano de Recuperação será formado por lei ou por conjunto de leis do Estado que desejar aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção. A lei ou o conjunto de leis deverá implementar as seguintes medidas, dentre outras: I - a autorização de privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento e outros, com vistas à utilização dos recursos para quitação de passivos; II - a adoção pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, no que couber, das regras previdenciárias disciplinadas pela Lei no 13.135/2016, principalmente quanto ao caráter transitório das pensões por morte, que teriam, de acordo com a idade a seguinte duração: o decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável: 1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade; 2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade; 3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade; 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade; 5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade; 6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade; III - a redução dos incentivos ou benefícios de natureza tributária dos quais decorram renúncias de receitas instituídos por lei estadual ou distrital, de, no mínimo, 10% a.a. (dez por cento ao ano), ressalvados aqueles concedidos por prazo certo e em função de determinadas condições e aqueles instituídos na forma estabelecida pela alínea “g” do inciso XII do § 2o do art. 155 da Constituição Federal; IV - a revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais da administração pública direta, autárquica e fundacional para suprimir benefícios ou vantagens não previstos no regime jurídico único dos servidores públicos da União; V - a instituição, se cabível, do regime de previdência complementar.

Outras exigências do Regime de Recuperação Fiscal – RRF. Além das exigências listadas anteriormente, as vedações impostas ao Estado que adere ao Regime de Recuperação Fiscal são severas. São vedados ao Estado durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal: I - a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros dos Poderes ou de órgãos, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto aqueles provenientes de sentença judicial transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso X do caput do art. 37 da Constituição Federal; II - a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; III - a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacância de cargo efetivo ou vitalício; V - a realização de concurso público, ressalvadas as hipóteses de reposição de vacância; VI - a criação ou a majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros dos

Poderes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares; VII - a criação de despesa obrigatória de caráter continuado; VIII - a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou de outro que vier a substituí-lo, ou da variação anual da receita corrente líquida apurada na forma do inciso IV do caput do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o que for menor; IX - a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, ressalvados os concedidos nos termos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal; X - o empenho ou a contratação de despesas com publicidade e propaganda, exceto para as áreas de saúde, segurança, educação no trânsito e outras de demonstrada utilidade pública; XI - a celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros tipos de instrumentos que envolvam a transferência de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil, ressalvados: a) aqueles necessários para a efetiva recuperação fiscal; b) as renovações de instrumentos já vigentes no momento da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal; c) aqueles decorrentes de parcerias com organizações sociais e que impliquem redução de despesa, comprovada pelo Conselho de Supervisão de que trata o art. 6º; d) aqueles destinados a serviços essenciais, a situações emergenciais, a atividades de assistência social relativas a ações voltadas para pessoas com deficiência, idosos e mulheres jovens em situação de risco e, suplementarmente, ao cumprimento de limites constitucionais; XII - a contratação de operações de crédito e o recebimento ou a concessão de garantia, ressalvadas aquelas autorizadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, na forma estabelecida pelo art. 11. O Regime de Recuperação Fiscal impõe as restrições a todos os Poderes, aos órgãos, às entidades e aos fundos do Estado.

A suspensão temporária do pagamento da dívida não é solução porque aumenta o endividamento em termos absolutos. Informa o jornal Valor Econômico, de 06/04/2019, com chamada de capa: “Mesmo se o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) for renovado até 2023, a dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União é ‘impagável’ a menos que haja uma alteração estrutural na economia fluminense, segundo o secretário estadual da Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho.(...) A declaração do secretário é baseada em projeções feitas por técnicos da pasta: no fim de 2023 o endividamento bruto alcançaria R\$ 170 bilhões, o equivalente a 237% da Receita Corrente Líquida (RCL). O teto definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é de 200% da RCL e o Estado teria apenas oito meses para se readequar ao limite.(...) O prazo seria insuficiente, conforme indicam as projeções da Fazenda fluminense. Ao fim de 2024, o endividamento do Estado equivaleria a 221% da RCL. Na Receita Corrente Líquida são computadas todas as receitas menos as transferências previstas na Constituição para os municípios. ‘O Rio tem de reestruturar completamente a sua economia. Se não houver crescimento significativo da economia do Estado e, na verdade, da do Brasil inteiro, essa dívida é impagável’, afirmou Carvalho ao Valor. A dívida consolidada do governo flumi-

nense fechou o ano passado em R\$ 153 bilhões, o que correspondia a 265,3% da RCL. “Dado o cenário atual, as finanças do Rio melhoram por causa das medidas que estamos adotando e vamos aprofundar. Só que essas medidas, no escopo atual, na situação atual não são suficientes para que o Estado se reestruture a ponto de, em 2023, passar a honrar o serviço da dívida legada, aquela que se forma depois desses anos todos sem pagamento”, sustentou Carvalho”. (...) A matéria do Valor Econômico conclui: “O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal”. (...) “O problema foi empurrado para 2024”, resumiu o promotor Vinicius Cavalleiro, coordenador do Grupo de Atuação Especializada no Combate à Sonegação Fiscal e aos Ilícitos contra a Ordem Tributária (Gaesf), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). (...) A interrupção do fluxo de pagamentos à União, como resultado do RRF, tende a elevar a pressão financeira sobre as contas fluminenses, conforme indicam informações da Secretaria estadual de Fazenda compiladas pelo MPRJ. Entre 2017 e 2023, o Rio teria de desembolsar mais de R\$ 8 bilhões por ano para a amortização e o pagamento de encargos da sua dívida consolidada. “Em 2024, se não tivermos outra musculatura [financeira], não sei o que vai acontecer”, questionou Cavalleiro. “Temos de prestar atenção na receita, e não nas despesas”, argumentou o promotor. (...) Apesar do quadro desfavorável, o secretário Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho não vê a renegociação da dívida como solução para a crise fiscal. “Não é repactuar a dívida, não. É a União dar condições para que o Estado cresça. Fazendo concessões da infraestrutura que é federal aqui no Estado, criando condições macroeconômicas para o desenvolvimento do país”, disse Carvalho, que no, ano passado, foi secretário da Fazenda do Estado de São Paulo na gestão de Márcio França (PSB)” (Valor Econômico, 06/04/2019).

Projeto de Lei que cria socorro aos Estados propõe mudanças estruturais na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informa o Estadão: “O projeto de lei que cria o novo programa de socorro aos Estados propõe mudanças estruturais na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para tentar dar uma solução de ajuste a Estados que no passado maquiaram sua contabilidade de despesas com pessoal. Os governos estaduais que hoje teriam oito meses para reenquadrar gastos com a folha ao limite de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) passarão a ter cinco anos para esse ajuste, caso a proposta seja aprovada pelo Congresso Nacional. Nas contas do Tesouro Nacional, 14 Estados descumpriam em 2017 os limites de gastos com pessoal, embora nem todos reconheçam essa situação em suas contas. “Muitos Estados estão gastando 70% e até mesmo 80% da Receita Corrente Líquida (RCL) com pagamento de pessoal, o que torna impossível um ajuste em dois quadrimestres”, diz o Tesouro Nacional. O excesso verificado hoje precisará ser reduzido a um ritmo de 20% ao

ano. “Essa medida será de caráter temporário, um benefício para ajudar nessa fase de transição e de agudo desequilíbrio fiscal”, diz o órgão. O projeto também tem objetivo de deixar claro que cada poder terá que computar na sua despesa com pessoal os gastos com inativos e valores retidos para pagamentos de tributos e quaisquer retenções. “Hoje essa regra não é observada por vários poderes em diferentes Estados”, alerta o Tesouro. Em alguns casos, os próprios Tribunais de Contas avalizaram interpretações que permitiram a retirada dessas despesas do cômputo do limite. Como antecipou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o Tesouro já vem dialogando com os Tribunais para uniformizar esses entendimentos. O projeto ainda insere uma proibição à concessão de aumentos salariais parcelados cujo impacto se dê fora do mandato do atual governante. “Essa medida é importante porque, no Brasil, aumento salarial dado por lei é considerado, desde 2015, direito adquirido e, assim, não pode ser revisto por um prefeito, governador ou presidente que herdou do seu antecessor reajustes salariais aprovados”, justificou o Tesouro Nacional. O texto também adequa a LRF à jurisprudência já consolidada de que o descumprimento de limites e obrigações da LRF por um poder ou órgão não deve gerar penalidades para os demais - um princípio constitucional conhecido como “intranscendência das penas”, observou o Tesouro. O projeto ainda muda a LRF para proibir anualmente que titulares de poderes ou órgãos autorizem despesas sem que haja caixa disponível para bancá-las. Hoje, essa exigência só é cobrada nos últimos oito meses de mandato. Agora, a ideia é que todo ano o mandatário precise quitar suas obrigações ou deixar dinheiro suficiente em caixa para pagar em caso de parcelas ficarem para o ano seguinte. Mesmo com a regra atual, nove governadores da gestão passada deixaram seus Estados sem caixa, como mostrou o Broadcast em fevereiro. Pela proposta, essa mudança só teria validade a partir de 2026 para Estados e Distrito Federal, e a partir de 2024 para municípios. O governo ainda propôs a revogação de um dispositivo que mantém a vinculação de recursos que estão atrelados a determinada área, mas acabam não sendo gastos. “Com a revogação desse parágrafo, a sobra de recursos vinculados na virada do exercício fiscal passaria a ser fonte livre para outras despesas, acabando com a prática recorrente de desvincular recursos não aplicados via Medida Provisória”, afirmou o Tesouro“(Estado, 04/06/2019).

3-9-REFORMA DA PREVIDÊNCIA EXIGE PREVIDÊNCIA CAPITALIZADA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS, MODELO, QUE POR SER EXTREMAMENTE CARO, NÃO É SEGUIDO NEM PELO GOVERNO FEDERAL.

A reforma da Previdência, no processo de tramitação, excluiu a capitalização privada da previdência no modelo chileno. Manteve, no entanto, a capitalização pública, que, se tem alguns aspectos interessantes, tem as mesmas consequências negativas em relação aos enormes custos financeiros e quebra do pacto geracional que caracteriza a previdência social. A reforma da Previdência, através da PEC paralela, deverá incluir Estados e Municípios nas novas

regras previdenciárias. No caso dos Estados, afirma-se, que se trata de uma medida necessária para estancar o déficit de R\$ 101 bilhões anuais. Mas o modelo proposto constitucionaliza a exigência de capitalização da previdência dos servidores, que, ao contrário do que se diz, fará disparar o déficit previdenciário dos Estados. Não tratamos neste documento, mas a situação é preocupante também para os municípios que têm déficit atuarial elevado. Se Estados e Municípios já sofrem com uma dívida fundada de R\$ 871 bilhões; se muitos deles estão muito acima dos limites com gastos de pessoal; se o déficit previdenciário anual já é de R\$ 101 bilhões, implementar a capitalização e exigir equilíbrio atuarial com um passivo atuarial de R\$ 5,2 trilhões, somente no caso dos Estados, além do equilíbrio financeiro, é uma completa loucura. Afirma-se que a reforma da Previdência vai conter o déficit dos Estados, por isso existe uma necessidade premente de incluí-los na reforma da Previdência através da PEC paralela. Afirmamos: a reforma da Previdência não resolve nem o déficit financeiro nem o passivo atuarial. O passivo atuarial só existe se a sociedade definir pelo regime de capitalização, se a opção for a manutenção do regime solidário de repartição simples, o critério a ser perseguido é um maior equilíbrio financeiro. Ou então se o Brasil optar por um regime misto, a meta deve ser um maior equilíbrio financeiro no regime básico até o teto do INSS de R\$ 5.839,45 e aí sim um equilíbrio atuarial na previdência complementar acima do teto, mas com repercussões fiscais menos intensas. Consideramos que a transição para a capitalização pura é uma loucura, vai exigir um sacrifício fiscal nos próximos 40 a 50 anos inviável em uma democracia, em função dos custos financeiros e sociais de sua implantação. Capitalização pura só é possível em ditaduras, como no Chile.(...) A busca do equilíbrio atuarial fará disparar e não reduzir o déficit previdenciário dos regimes de previdência dos servidores. Tem-se nos 27 regimes próprios dos estados e do Distrito Federal 4,629 milhões de pessoas na previdência dos servidores civis, sendo 2,454 milhões de servidores ativos, 1,671 milhão de aposentados e 504 mil pensionistas. Em Minas Gerais, no regime próprio dos servidores civis são 465.516 pessoas, sendo 186.849 servidores ativos, 240.490 aposentados e 38.177 pensionistas. O que a reforma da Previdência propõe? Nada se propõe para equilibrar as finanças, a diretriz é a extinção desta previdência de repartição simples, ficando os servidores em um fundo fechado, em extinção, que terá cada vez mais despesas com novos aposentados e pensionistas e nenhuma receita dos novos servidores que serão vinculados a regimes de capitalização para constituição de uma poupança que pague suas aposentadorias no futuro. Ou seja, a diretriz é a falência completa e acelerada da previdência dos atuais servidores. Veja só o exemplo de Minas. A previdência dos servidores se enfraquece com a manutenção de 157.000 servidores não concursados, que, pela Constituição, são segurados do INSS, forçando o Estado a transferir bilhões para o caixa do governo federal, situação que vai se agravar porque a reforma trabalhista liberou geral a terceirização no serviço público, sendo os terceirizados filiados do INSS. E mais: todos os novos servidores admitidos por concursos não serão mais contribuintes da atual previdência dos servidores, serão segurados de fundos capitalizados até o teto

do INSS e, acima do teto, a contribuição será para uma previdência complementar. Perguntamos: de onde sairão os recursos para financiar a previdência dos atuais servidores se o regime de previdência deles será colocado em extinção? No modelo proposto pela reforma da Previdência, os novos servidores terão uma previdência para o futuro e os atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas – 4,629 milhões nos 27 estados, 465.516 no estado de Minas Gerais, e mais alguns milhões nos 2.100 municípios com regimes próprios serão entregues à própria sorte. A reforma da Previdência, durante um longo período de transição de 30 a 50 anos piora muito as finanças da previdência dos servidores. Isto é inquestionável. A Instituição Fiscal Independente, em estudo que abordamos neste texto afirma: “No longo prazo, a capitalização resolve o problema, mas, na transição, aumenta os desequilíbrios das previdências estaduais”. Estudo do DIEESE também alerta para o colapso das finanças estaduais: “Ao exigir a comprovação do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência, a proposta coloca uma pesada amarra nas finanças de estados (principalmente) e de municípios”.

Capitalização quebra o pacto geracional; o que é um pacto de vida vira um pacto de morte. Mas não é somente na perspectiva financeira que devemos discutir a capitalização. Trata-se de uma das maiores rupturas sociais da história da humanidade. Em resumo: na capitalização, os aposentados e pensionistas e servidores em atividade são uma espécie de “passivo indesejado” do Estado, e devem morrer o mais rápido possível. Veja o que disse Júlio Bustamante, chefe da previdência privada chilena, numa palestra em Brasília, em 1993, em defesa da capitalização: “A curva de despesas começa a descer porque - perdoem-me dizer assim tão friamente - começam a morrer os antigos pensionistas do sistema, de tal maneira que o Estado vai eliminando a sua carga. Assim, nossos cálculos mostram que, daqui a 15 anos, praticamente um milhão de aposentados desaparecerão, chegando a 20% do que é atualmente”. Assim, o regime de capitalização só se consolida com a morte de todos os aposentados e pensionistas da previdência pública, que representam o passivo indesejado do Estado no processo de transição. A previdência, que é um pacto de vida, com a capitalização vira um pacto de morte.(...) Já presenciamos conversas com alguns atuários ortodoxos, que classificam os aposentados e servidores da ativa que estão em fundos financeiros de previdência de “massa podre”. Ou seja, somente com a morte de toda esta “massa podre”, a capitalização estaria concluída e os entes públicos “ficarão livres” do passivo indesejado representado pelos segurados dos fundos financeiros de previdência. Daí porque falam em “segregação de massas”, ou seja, é preciso “isolar” a “massa podre” dos fundos financeiros de previdência, senão ela “contamina” a “massa sadia” dos fundos de capitalização. Estes atuários desumanos vibram com o “ponto de inflexão” do regime financeiro de repartição simples: é quando as mortes de aposentados e pensionistas superam o ingresso de novos aposentados na previdência em extinção, momento de “inflexão” para a extinção do regime de repartição simples, ou seja, para a morte de todos os indesejados pela capitalização. Desumano, não é mesmo? É impossível alguém de esquerda concordar

com isso!

3-10-BOLSONARO E PAULO GUEDES QUEREM UMA REFORMA TRABALHISTA RADICAL ATRAVÉS DA CHAMADA “CARTEIRA DE TRABALHO VERDE E AMARELA”.

Jair Bolsonaro é a continuação extremada do projeto ultraliberal e anti-social de Temer. Veja só. Temer, na reforma trabalhista, enfraqueceu a CLT, ao prever que, em muitos casos, “o acordado se sobrepõe ao legislado”, deixando a CLT de ser o piso mínimo dos direitos; e previu que, também em algumas questões, o trabalhador poderá acertar condições de trabalho com o patrão independente do sindicato. O que quer Bolsonaro, com sua proposta de “carteira de trabalho verde e amarela”? O trabalhador poderá acertar, de forma isolada, todas as condições de trabalho com o patrão, sem a proteção da CLT e dos acordos e convenções coletivas de trabalho. E em relação à Previdência Social? Temer propôs uma reforma dura da previdência. Já Bolsonaro vai muito mais longe e propõe acabar com a previdência pública e implantar a previdência privada para os novos trabalhadores que terão a “carteira de trabalho verde e amarela”. Hélio Zylberstajn, professor da USP, próximo ao pensamento de Paulo Guedes, não esconde o seu sonho que é um mundo sem trabalho formal e sem aposentadoria universal: “Daqui a 30 ou 40 anos, a aposentadoria como conhecemos vai desaparecer ou se reduzir muito, porque ninguém vai ter emprego. Mas todo mundo precisará ter poupança. Provavelmente a aposentadoria do futuro vai ser a renda universal e a capitalização, e nossa proposta já encaminha para isso”.

Carteira de Trabalho “verde e amarela” é a consagração da total informalidade. É a volta ao ultraliberalismo da República Velha, antes de Getúlio Vargas: trabalhador precário sem a CLT, sem os direitos dos acordos e convenções coletivas e sem previdência pública.

Jair Bolsonaro registrou em seu programa no TSE uma proposta de radicalização da reforma trabalhista, que fixa uma data de corte no mercado de trabalho para trabalhadores de “carteira de trabalho azul”, com os direitos previstos na CLT e nos acordos e convenções coletivas de trabalho e na previdência social, e cria uma “carteira de trabalho verde e amarela” onde os trabalhadores negociarão, de forma individual suas condições de trabalho com os empregadores, sem os direitos previstos na CLT, nos acordos e convenções coletivas e sem previdência pública, que será extinta para os novos trabalhadores que serão transferidos para a previdência privada. Veja a proposta de Bolsonaro para o que ele chama de “modernização da legislação trabalhista”: “Criaremos uma nova carteira de trabalho verde e amarela, voluntária, para novos trabalhadores. Assim, todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional (azul) – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela (onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais)”.(...) Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, seu guru da área econômica, não deram até agora detalhes da carteira de trabalho verde e amarela. O Portal UOL selecionou

duas declarações dos dois, onde dão algumas pistas do que pretendem fazer: “Em entrevista à GloboNews, Paulo Guedes disse que a carteira verde e amarela é um “documento político”. ‘Quem tiver 16 e 17 anos, pode escolher. Porta da esquerda: tem sindicato, legislação trabalhista para proteger, encargos. Porta da direita: contas individuais, não mistura assistência com previdência’, afirmou Guedes. ‘Não tem encargos trabalhistas e a legislação é como em qualquer lugar do mundo. Se for perturbado no trabalho, você vai na Justiça e resolve. ‘Questionado sobre a manutenção do FGTS, o economista disse que, como ‘mecanismo de acumulação’, deixará de existir”. O UOL destaca uma declaração de Bolsonaro sobre a reforma trabalhista: “Em fevereiro deste ano, em entrevista à rádio Jovem Pan, Bolsonaro ressaltou: “O que o empresariado tem dito pra mim, e eu concordo, é o seguinte: o trabalhador vai ter que viver esse dia: menos direitos e (mais) emprego ou todos os direitos e desemprego. Por que, quando um brasileiro vai para os Estados Unidos e começa a entregar pizza, não volta mais? E lá não tem direito nenhum. E ganha quatro, cinco vezes mais do que aqui. Agora, não tem como mexer em direito trabalhista, porque está lá no artigo sétimo da Constituição” (UOL, 13/09/2018).

Bolsonaro quer a extinção da previdência pública e implantação da previdência de capitalização para os novos trabalhadores da “Carteira de Trabalho verde e amarela”. Segue a seguir a íntegra da proposta, sem detalhamento, da nova previdência proposta por Bolsonaro / Paulo Guedes: “Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que se pretende introduzir paulatinamente no país. E reformas serão necessárias tanto para aperfeiçoar o modelo atual como para introduzir um novo modelo. A grande novidade será a introdução de um sistema com contas individuais de capitalização. Novos participantes terão a possibilidade de optar entre os sistemas novo e velho. E aqueles que optarem pela capitalização merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas. Obviamente, a transição de um regime para o outro gera um problema de insuficiência de recursos na medida em que os aposentados deixam de contar com a contribuição dos optantes pela capitalização. Para isto será criado um fundo para reforçar o financiamento da previdência e compensar a redução de contribuições previdenciárias no sistema antigo”. Observação: os que “optarem”, na expressão de Bolsonaro / Paulo Guedes, “merecerão o benefício da redução dos encargos trabalhistas”; claro que nenhum trabalhador optaria por este modelo, tudo indica que será como o FGTS, ou seja, novo trabalhador que não “optar” pela “carteira verde e amarela” não será admitido e aqueles da “carteira azul” serão cada vez mais discriminados no mercado de trabalho.

Constituição de 1988 constitucionalizou grande parte da CLT e é uma cunha contra a “carteira de trabalho verde e amarela” de Bolsonaro. A Folha registrou o conteúdo de uma transmissão ao vivo pela Internet de Bolsonaro sobre os direitos trabalhistas: “Bolsonaro tem criticado com frequência o que vê como um excesso de direitos garantido pela legislação atual. ‘Aqui no Brasil tem direito para tudo, só não tem emprego’, disse o presidente eleito em transmissão ao

vivo em redes sociais. 'Já ouvi a esquerda falar 'ele quer acabar com direito trabalhista'. Então, antes que falem besteira esse pessoal da esquerda e alguns órgãos de imprensa, os direitos trabalhistas estão no artigo 7º da Constituição', afirmou. 'Está cheio de direito lá. Não tem como tirar, não vou dar murro em ponta de faca, é cláusula pétrea. É o país do direito. Você tem tanto direito e não tem emprego. O que queremos? Destruir a economia", afirmou Bolsonaro (Folha S.Paulo, 11/11/2018). Como pode se ver, a constitucionalização dos direitos trabalhistas irrita muito a direita brasileira, pois para mudá-la se exige um quórum muito alto. A Constituição é uma cunha contra a proposta de "carteira verde e amarela" de Bolsonaro e Paulo Guedes: a) primeiro porque grande parte da CLT não pode ser mudada porque apenas repete o que está previsto na Constituição; b) segundo porque está previsto também na Constituição "o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho", o que impede um acerto irrestrito do trabalhador com o patrão sem alguma forma de mediação dos sindicatos; c) terceiro, porque a Constituição prevê também o direito aos benefícios previdenciários, o que para implantar a previdência privada vinculada a "carteira de trabalho verde e amarela" exige também mudança constitucional. Vale ressaltar, no entanto, que a desconstitucionalização de todos os direitos sociais é praticamente um consenso entre os economistas de extrema direita e de direita e poderá ser proposta também no caso dos direitos trabalhistas.

A constitucionalização de boa parte da CLT está no artigo 7º da Constituição Federal que garante os seguintes direitos: 1) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; 2) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; 3) fundo de garantia do tempo de serviço; 4) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família; 5) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; 6) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; 7) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; 8) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; 9) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; 10) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; 11) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; 12) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; 13) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; 14) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; 15) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; 16) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; 17) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; 18) licença à gestante, sem prejuí-

zo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; 19) licença-paternidade, nos termos fixados em lei; 20) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; 21) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; 22) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; 23) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; 24) aposentadoria; 25) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; 26) reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; 27) proteção em face da automação, na forma da lei; 28) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; 29) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; 30) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; 31) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; 32) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; 33) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; 34) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso; 35) diversos direitos dos trabalhadores domésticos.

Carteira de Trabalho verde e amarela poderá ser implantada somente nas lacunas da Constituição Federal. A existência de uma trava constitucional é muito importante para a continuidade dos direitos trabalhistas no Brasil. Mas a CLT e a legislação complementar continua sendo muito importante para os direitos trabalhistas, por duas razões: a) porque regulamenta os direitos previstos na Constituição, em questões importantes como o seu alcance e as condições em que serão implementados; b) prevê direitos que não estão constitucionalizados, como, por exemplo: carteira de trabalho; vale Transporte; alguns dispositivos sobre a remuneração (como o dia de pagamento, etc); política de valorização do salário mínimo; jornadas de trabalho de algumas categorias profissionais; limite para a jornada extraordinária; intervalos intra e entre jornada de trabalho; fixação de feriados e garantia de remuneração; ausências remuneradas; estabilidade provisórias (dirigentes sindicais, cipeiros, acidentados do trabalho); verbas na rescisão do contrato de trabalho; programa de alimentação do trabalhador.(...) Já os acordos ou convenções coletivas, que Bolsonaro pretende acabar para os novos trabalhadores, têm maior importância na remuneração do trabalhador. Nesse item concentram-se as mais importantes cláusulas dos acordos e convenções coletivas. Isso porque, não existe nenhuma política salarial com reajustes automáticos, e, além do mais, diversos direitos são definidos genericamente na legislação e em percentuais mínimos, ficando para a negociação direta

a sua aplicabilidade e ampliação. São os seguintes os principais itens contratados, que variam de acordo com cada categoria: reposição das perdas salariais anuais, aumento real, participação nos lucros ou resultados, piso salarial, salário profissional, gratificações, abonos, adiantamento de salário quinzenal ou semanal, adiantamentos de férias, salário substituição, adicional de horas extras e noturno, adiantamento do décimo terceiro salário, licença-prêmio, auxílio-alimentação, auxílio-refeição, cesta básica, lanche, auxílio-educação, auxílio-material escolar, auxílio-creche, auxílio filhos portadores de deficiência, complementação auxílio-doença, auxílio-funeral, abono aposentadoria, seguro de vida, reembolso despesas de viagem, alguns aspectos da assistência médica, adicional por tempo de serviço, gratificações de função.

3-11-BOLSONARO/PAULO GUEDES PREPARAM NOVA REFORMA TRABALHISTA/SINDICAL COM O FIM DA UNICIDADE SINDICAL. SEM LIBERDADE SINDICAL NOS LOCAIS DE TRABALHO E PROIBIÇÃO DE SINDICATOS “FANTOCHE” ESTA MEDIDA É UMA FARSA PARA DESTRUIR OS SINDICATOS COMBATIVOS.

Informa a Folha S.Paulo: “O governo estuda propor ao Congresso o fim da limitação para criação de sindicatos. Com o objetivo de aumentar a concorrência, a equipe econômica quer permitir que mais de uma entidade possa representar uma categoria em região específica do país. O projeto quer acabar com a unicidade sindical, sistema em vigor atualmente e que veda a existência de mais de uma organização sindical por categoria profissional na área. Para mudar essa regra, será necessário enviar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que precisa passar por duas votações na Câmara e mais duas no Senado. Mas isso só deve acontecer depois que os parlamentares concluírem a análise da PEC da reforma da Previdência. A intenção de propor o fim da unicidade sindical foi informada pelo secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho. Sem a restrição para criação de sindicatos, o trabalhador poderia escolher qual organização pretende financiar. Ex-deputado federal, Marinho foi o relator da reforma trabalhista durante o governo do ex-presidente Michel Temer, que tornou opcional a contribuição sindical. Depois que o projeto foi aprovado pelo Congresso, parte das novas regras trabalhistas foram questionadas no STF (Supremo Tribunal Federal). Quando os ministros declararam constitucional o fim da contribuição sindical obrigatória, o ministro Roberto Barroso defendeu que o Congresso desse continuidade à reforma trabalhista e, assim, acabasse com a regra que limita a criação de organizações para representar os trabalhadores. No entanto, entidades sindicais acreditam que a pulverização da organização possa enfraquecer o movimento em prol dos empregados. Essa é a avaliação, por exemplo, do presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), Antônio Neto. A vedação para criar mais de uma organização sindical para uma categoria na mesma região está prevista no artigo 8º da Constituição. Por isso, precisa de uma discussão mais longa no Congresso” (Folha, 06/03/2019).

Temos três grandes modelos de relações de relações no mundo; Bolsonaro quer o pior: o ultraliberal onde sindicatos ficarão subordinados à ditadu-

ra das empresas. As relações de trabalho tal como até hoje se desenvolveram no mundo podem ser resumidas em três grandes modelos: a) o modelo de relações de trabalho que podemos chamar de misto, como o que temos no Brasil, que combina os “direitos legislados” em geral inegociáveis (leis e normas trabalhistas) e “direitos contratualizados” passíveis de negociação (acordos e convenções coletivas de trabalho) e existe a unicidade na representação sindical; b) o modelo democrático de relações de trabalho, que se desenvolveu na Europa depois da Segunda Guerra Mundial, com poucas leis, e que privilegia a contratação coletiva do trabalho, onde a intervenção estatal mais importante foi a definição de uma legislação de sustento ou suporte à liberdade e autonomia sindicais, sobretudo nos locais de trabalho, visando garantir o desenvolvimento mais pleno da negociação direta entre patrões e empregados; e existe a pluralidade na representação sindical; c) o modelo ultraliberal, que se fundamenta no máximo de desregulamentação do trabalho, sem praticamente nenhuma legislação do trabalho, e os contratos de trabalho, quando existem, são somente contratos individuais e por empresa; os sindicatos não contam com nenhuma legislação de suporte e garantia de liberdade sindical; suas matrizes são os Estados Unidos, o Japão e, sobretudo, os tigres asiáticos. É este último modelo, na sua versão mais selvagem, a asiática, que o governo e os empresários querem aplicar no Brasil.

Gino Giugni, jurista italiano: a empresa privada é o maior empecilho à liberdade sindical e à contratação coletiva do trabalho. Os neoliberais, coerentes com sua concepção ideológica, consideram que não são as empresas, mas sim o Estado o principal empecilho à negociação coletiva. O que defendem, sinteticamente, é que os trabalhadores troquem a tutela do Estado, que limita a contratação coletiva, pela ditadura do mercado, que seria o espaço privado adequado para a definição das relações de trabalho. O jurista italiano, Gino Giugni, cujas teses tiveram grande influência na formação da CUT, com base na importante experiência europeia, responsabiliza sobretudo a empresa pela ausência de liberdade sindical: “Do conceito de liberdade sindical, a doutrina tradicional fornece uma construção restritiva quando define como liberdade de construir ou não construir uma associação e como a liberdade de aderir, ou não aderir a ela. Nestes termos a liberdade sindical não é outra que uma especificação da liberdade de associação. Além do mais, tal liberdade é garantida somente em confronto com o Estado, assim, como é próprio de todos os direitos públicos subjetivos. (...) A evolução do direito constitucional, neste campo, conduziu a progressos muito importantes. Uma primeira linha de tendência é a que conduziu a afirmar a eficácia da liberdade sindical também no âmbito das relações entre particulares. O sentido desta doutrina é que o trabalhador, no exercício da liberdade sindical, deve ser tutelado não somente contra as prevaricações ou discriminações por parte do Poder Executivo, mas deve ser tutelado também, e talvez em primeiro lugar, perante o empregador. E de fato resultou evidente, nos países de democracia mais consolidada, que a ameaça real à liberdade sindical, depois do desenvolvimento que o movimento teve no século, provém, sobretudo, dos sujeitos

privados, da autoridade privada da empresa. (...) É aqui que, não obstante o respeito formal da liberdade de organização, na prática é freqüentemente impedido o exercício da liberdade apesar de ser a empresa ou o local de trabalho justamente a área em que a intervenção do sindicato é mais natural e necessária” (Gino Guigni, 1988).

Patrões querem manter locais de trabalho como um espaço de “ditadura do capital”.

Como vimos na extraordinária exposição do jurista italiano, os empresários até admitem a liberdade e autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, mas não a toleram quando se trata da relação do sindicato com a empresa. Portanto, os empresários rejeitam a organização dos trabalhadores autônoma, forte por local de trabalho não é por “malvadeza”, mas por uma concepção ideológica liberal. Ou seja, eles consideram que o local de trabalho é um espaço de relação privada entre pessoas (trabalhador e empregador), não devendo, por isso, ser motivo de normatização por parte do Estado e de interferência por parte do sindicato. Por isso implantaram as comissões por local de trabalho “independentes do sindicato”, que expressem, sem politização e com amortecimento da luta social, as relações privadas entre o trabalhador e o patrão. Sem uma sólida organização por local de trabalho, que democratizem os locais de trabalho, a negociação coletiva proposta pelos neoliberais não passa de uma farsa para precarizar e retroceder as conquistas do mundo do trabalho no Brasil.

Veja, por exemplo, as garantias sindicais nos locais de trabalho na Itália.

A título de exemplo, veja só os direitos que estão inseridos no Estatuto dos Trabalhadores da Itália sobre a liberdade sindical: constituição de representação sindical na empresa; nulidade de qualquer ato ou pacto discriminatório; direito de controlar a aplicação de normas para prevenção de acidentes e doenças profissionais; proibição do empregador constituir ou sustentar sindicatos de acomodação ou fantoches; direito de realização de assembleias nos locais de trabalho, fora ou durante o horário de trabalho, dentro dos limites de até 10 horas anuais; direito de licenças remuneradas ou não para os dirigentes sindicais; direito de retenção voluntária das contribuições sindicais; disponibilidade de locais nas empresas para as representações sindicais de trabalhadores; proteção especial aos dirigentes sindicais no exercício do mandato. E os trabalhadores italianos contam também com legislação contra a demissão imotivada. Será que uma pauta dessas tem chance de prosperar junto ao grande empresariado e suas representações políticas, que se dizem tão engajadas na renovação das relações de trabalho no Brasil?

3-12-ULTRALIBERAIS DEFENDEM PRIVATIZAR AS ESTATAIS PARA CONCENTRAR A ATUAÇÃO DO ESTADO NA SAÚDE E EDUCAÇÃO. MENTIRA, ELAS QUEREM PRIVATIZAR É TUDO, INCLUSIVE SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Todos os ultraliberais, de extrema direita e de centro-direita, falam em privatizar todas as estatais para que os governos concentrem todas as suas energias e recursos na saúde, educação e segurança. Mentira. A única política pública que os ultraliberais defendem, mesmo assim com algumas privati-

zações, é a segurança pública para garantir a ordem para a reprodução do capital; a questão social, desde sempre, para os ultraliberais “é uma questão de polícia”. (...) Já vimos neste texto algumas passagens de um manifesto de economistas do PSDB, assinado, entre outros, por Pécio Arida (coordenador de programa de governo de Geraldo Alckmin para a área econômica), Edmar Bacha, Elena Landau e pelos cientistas políticos Bolívar Lamounier e Luiz Roberto Cunha: “O Governo não precisa ter escolas nem hospitais. Não precisa contratar professores ou médicos. Mas precisa prover saúde e educação de qualidade. Tem que ter indicadores de eficiência na tomada de decisão de como gerir os recursos das áreas de educação e saúde”. (...) Já vimos também que Romeu Zema e o Partido Novo, mais que empresas estatais, propõem privatizar tudo. Privatizar Cemig, Copasa e outras entidades públicas do Estado e apoiar mudanças constitucionais para privatizar a educação e a saúde. Na educação, se propõe acabar com as escolas públicas e conceder bolsas, da pré-escola ao ensino médio, para as escolas privadas. Na saúde, acabar com o SUS e oferecer planos de saúde privados à população. (...) Temer, na reforma trabalhista, escancarou o setor público para as terceirizações, como analisa Ruy Braga: “Na saúde e educação, a contratação OSs (Organizações Sociais sem Fins Lucrativos) para administrar hospitais e escolas já é uma realidade no país. Ainda é uma realidade minoritária em relação ao conjunto das instituições, mas agora, com a liberação da terceirização para atividade-fim, vai se transformar em majoritária. (...) Agora, o que você vai ter no serviço público é uma contratação via OSs, via empresas de emprego temporário, empresas de intermediação de mão de obra e cooperativas”(Sul 21, 10/09/2018). (...) O programa de Jair Bolsonaro afirma que “a saúde deveria ser muito melhor com o valor que o Brasil já gasta”, o que indica que nenhum esforço será feito para ampliar os gastos nesta área fundamental para a vida humana. Gustavo Vecina, professor de Saúde Pública da USP, mostra que números contundentes o desfinanciamento da saúde pública: a) o SUS gasta R\$ 250 bilhões com atendimento de 200 milhões de brasileiros, o que dá R\$ 1.250,00 por habitante por ano; b) os planos privados gastam R\$ 180 bilhões para atender 50 milhões de brasileiros, um gasto por cliente de R\$ 3.600,00 por ano. Os privatistas estão destruindo o SUS com o arrocho dos gastos com a assistência a saúde, onde, de forma demagógica, afirmam que dá para “fazer muito mais com menos”; já em relação ao setor privado aplicam verdadeiros tarifas na classe média com reajustes muito acima da inflação. Veja os números: as verbas do SUS cresceram este ano apenas 4,4%; já os planos de saúde empresariais, responsáveis por 80% da saúde privada, tiveram reajustes médios de 17% e os planos individuais foram reajustados em até 7,35%. Como se vê existe uma política deliberada de destruição do SUS, tanto Romeu Zema quanto Bolsonaro, em seus programas de governo, afirmam que não falta recursos para a saúde pública. Ou seja, o que querem é destruir o SUS para empurrar a população para a saúde privada, onde, sem alternativa de atendimento, ficará à mercê dos tarifas que fazem com que os preços da saúde privada ocupem um espaço cada vez maior na renda das famílias. Temos que reverter a política de destruição do SUS.

3-13-JOSÉ LUÍS FIORI: BRASIL, COM O ULTRALIBERALISMO DE PAULO GUEDES E BOLSONARO, ESTÁ CADA VEZ MAIS PARECIDO COM A RÚSSIA DA DÉCADA DE 1990, DE YELTSIN / GAIDAR QUANDO A POLÍTICA ECONÔMICA ULTRALIBERAL DESTRUIU A ECONOMIA RUSSA.

José Luís Fiori expõe a gravidade do que está acontecendo no Brasil: “Simultaneamente, o novo governo se propõe levar à frente, de forma rápida e atabalhoada, uma desmontagem ‘selvagem’ – do tipo que foi feita na Rússia dos anos 90 – de todos os principais instrumentos estatais de proteção e defesa da população, do território, e dos recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros” (Sul 21 – 07/07/2019). Reproduzimos a seguir a maior parte do artigo de Fiori onde ele aborda as similaridades do Brasil hoje com a Rússia da década de 1990 e as lições que precisamos compreender: “E foi assim que o “choque ultraliberal” da equipe econômica de Yeltsin conseguiu avançar de forma rápida e violenta: basta dizer que em apenas três anos, Gaidar vendeu quase 70% de todas as empresas estatais russas, atingindo em cheio o setor do petróleo que havia sido uma peça central da economia socialista russa, e que foi desmembrado, privatizado e desnacionalizado. Outrossim, as consequências do “choque” foram mais rápidas e violentas do que o próprio choque, e acabaram levando Yegor Gaidar de roldão, já em 1994. A inflação disparou e as falências se multiplicaram através de toda a Rússia, levando a economia do país a uma profunda depressão. Em apenas oito anos, o investimento total da economia russa caiu 81%, a produção agrícola despencou 45% e o PIB russo caiu mais de 50% em relação ao seu nível de 1990, e vários setores da economia russa foram varridos do mapa. Por sua vez, a quebra generalizada da indústria provocou um grande aumento do desemprego, e uma queda de 58%, em média, no nível dos salários. As reformas e o corte dos “gastos sociais” devastaram o nível de vida da maior parte da população; a população pobre do país cresceu de 2% para 39%, e o coeficiente de Gini saltou de 0,2333 em 1990, para 0,401 em 1999. Uma destruição e uma queda continuada do PIB que não impediram, entretanto, as altas taxas de lucro e o enriquecimento de alguns grupos privados, formados por antigos burocratas soviéticos, que se aliaram com grandes bancos internacionais e participaram do big business das privatizações – em particular, da indústria do petróleo e do gás. São os assim chamados “oligarcas russos”, multimilionários que dominaram o governo de Yeltsin e criaram junto com ele e seus economistas ultraliberais uma verdadeira “cleptocracia”, que cresceu e enriqueceu a despeito da destruição do resto da economia e da sociedade russas.(...) A história posterior da Rússia é mais conhecida e chega até nossos dias, mas talvez deva ser lembrada, sobretudo para os que apostam, no Brasil, na radicalização das privatizações e na desmontagem do Estado brasileiro e de seus compromissos com a soberania nacional e com a proteção social da população. Porque foi o fracasso do “choque liberal” russo que contribuiu decisivamente para a vitória eleitoral de Vladimir Putin, no ano 2000, e para a decisão de seu primeiro governo, entre 2000 e 2004, de resgatar o velho nacionalismo e retomar o Estado como líder da reconstrução econômica da Rússia, no século XXI.

(...) Hoje, depois do golpe de Estado de 2015/16, e depois de três anos seguidos da mesma política econômica neoliberal e ortodoxa, o Brasil está ficando cada mais parecido com a Rússia dos anos 90. Quase todos os seus indicadores econômicos e sociais são declinantes ou catastróficos, em particular no que diz respeito à queda do consumo e dos investimentos, e mais ainda, no caso do aumento do desemprego, da miséria e da desigualdade social. E quase todas as previsões sérias do futuro são muito ruins, a despeito da imprensa conservadora que procura transformar em gemada qualquer filigrana de ovo que encontra à sua frente, tentando transmitir um falso otimismo para os investidores estrangeiros. Frente a isto, a equipe econômica do senhor Guedes resolveu transformar a Reforma da Previdência na tábua de salvação da economia brasileira, para logo depois inventar um novo Santo Graal, e agora anuncia em todo lugar e a toda hora, uma privatização radical de todo o estado brasileiro, incluindo toda a indústria do petróleo e a própria Petrobrás. Como se fosse um palhaço de circo mambembe do interior, tentando manter a atenção da plateia entediada com o anúncio da entrada em cena do leão. Mas tudo indica que sem sucesso, se tomarmos em conta a maior fuga capitais da Bolsa de Valores, em 23 anos, só neste mês de agosto recém findo. E é aqui exatamente que a história da Rússia pode nos ajudar a entender o que está passando, e prever o que deverá passar daqui para frente, tendo em conta as inúmeras semelhanças que existem entre esses dois países”(Sul 21- 17/09/2019).

4-O ULTRALIBERALISMO SÓ SE VIABILIZA COM GOVERNOS AUTORITÁRIOS E DITATORIAIS

4-1-JOSÉ LUÍS FIORI ALERTOU, EM 2015, PARA A ALIANÇA DE ECONOMISTAS ULTRALIBERAIS E GOLPISTAS, QUE RESULTOU NO PROGRAMA “UMA PONTE PARA O FUTURO”, O PROGRAMA DE GOVERNO DO GOLPISTA MICHEL TEMER. Disse Fiori: “Duas

coisas ficaram mais claras nas últimas semanas, com relação à tal da ‘crise brasileira’. De um lado, o despudor golpista, e de outro, a natureza ultraliberal do seu projeto para o Brasil. Do ponto de vista político, ficou claro que dá absolutamente no mesmo o motivo dos que propõem um impeachment, o fundamental é sua decisão prévia de derrubar uma presidente da república eleita por 54,5 milhões de brasileiros há menos de um ano, o que caracteriza um projeto claramente golpista e antidemocrático e, o que ‘é pior, conduzido por lideranças medíocres e de discutível estatura moral. Talvez, por isto mesmo, nas últimas semanas, a imprensa escalou um grupo expressivo de economistas liberais, para formular as ideias e projetos do que seria o governo nascido do golpe. Sem nenhuma surpresa: quase todos repetem as mesmas fórmulas, com distintas linguagens. Todos consideram que é preciso primeiro resolver a ‘crise política’, para depois poder resolver a ‘crise econômica’; e uma vez ‘resolvida’ a crise política, todos propõem a mesma coisa, em síntese: ‘menos estado e menos política.(...) Não interessa muito o detalhamento aqui das suas sugestões técnicas. O que importa é que suas premissas e conclusões são as mesmas que a utopia liberal repete desde o século XVIII, sem jamais alcançá-las ou comprová-las, como é o caso de sua crença na racionalidade utilitária do homo economicus, na superioridade dos “mercados desregulados”, na existência de mercados “competitivos globais”, e na sua fé cega na necessidade e possibilidade de despolitizar e reduzir ao mínimo a intervenção do Estado na vida econômica”.(...) É muito difícil para estes ideólogos que sonham com o “limbo”, entender que não existe vida econômica sem política e sem estado. É muito difícil para eles compreender ou aceitar que as duas “crises brasileiras” são duas faces de um conjunto de conflitos e disputas econômicas cruzadas, cuja solução tem que passar inevitavelmente pela política e pelo estado.(...) Não se trata de uma disputa que possa ser resolvida através de uma fórmula técnica de validade universal. Por isto, é uma falácia dizer que existe uma luta e uma incompatibilidade entre a “aritmética econômica” e o “voluntarismo político”. Existem várias “aritméticas econômicas” para explicar um mesmo déficit fiscal, por exemplo, todas só parcialmente verdadeiras. Parece muito difícil para os economistas em geral, e em particular para os economistas liberais, aceitarem que a economia envolve relações sociais de poder, que a economia é também uma estratégia de luta pelo poder do estado, que pode estar mais voltado para o “pessoal da cobertura”, mas também pode ser inclinado na direção dos menos favorecidos pelas alturas.(...) Agora bem, na conjuntura atual, como entender o encontro e a colaboração destes economistas

liberais com os políticos golpistas? O francês, Pierre Rosanvallon, dá uma pista, ao fazer uma anátomo-patologia lógica do liberalismo da “escola fisiocrática” francesa, liderada por François Quesnay. Ela parte da proposta fisiocrático/liberal de redução radical da política à economia, e da transformação de todos os governos em máquinas puramente administrativas e despolitizadas, fiéis à ordem natural dos mercados. E mostra como e porque este projeto de despolitização radical da economia e do estado leva à necessidade implacável de um “tirano” ou “déspota esclarecido” que entenda a natureza nefasta da política e do estado, se mantenha “neutro”, e promova a supressão despótica da política, criando as condições indispensáveis para a realização da “grande utopia liberal”, dos mercados livres e desregulados”. (...) Foi o que Rosanvallon chamou de “paradoxo fisiocrata”, ou seja: a defesa da necessidade de um “tirano liberal” que “adormecesse” as paixões e os interesses políticos e, se possível, os eliminasse.(...) “No século XX, a experiência mais conhecida deste projeto ultraliberal, foi a da ditadura do Sr. Augusto Pinochet, no Chile, que foi chamada pelo economista americano, Paul Samuelson, de “fascismo de mercado”. Pinochet foi - por excelência - a figura do “tirano” sonhado pelos fisiocratas: primitivo, quase troglodita, dedicou-se quase inteiramente à eliminação dos seus adversários e de toda a atividade política dissidente, e entregou o governo de fato a um grupo de economistas ultraliberais que puderam fazer o que quiseram durante quase duas décadas.(...) No Brasil não faltam - neste momento - os candidatos com as mesmas características e os economistas sempre rápidos em propor, e dispostos a levar até as últimas consequências, o seu projeto de “redução radical do Estado” e, se for possível, de toda atividade política capaz de perturbar a tranquilidade dos seus modelos matemáticos e dos seus cálculos contábeis.(...) Neste sentido, não está errado dizer que os dois lados deste mesmo projeto são cúmplices e compartilham a mesma e gigantesca insensatez, ao supor que seu projeto golpista e ultraliberal não encontrará resistência e, no limite, não provocará uma rebelião ou enfrentamento civil, de grandes proporções, como nunca houve antes no Brasil” (Valor Econômico, 7/08/2015).

4-2-RODRIGO PEREZ OLIVEIRA, PROFESSOR DA UFBA: “OU TEM NEOLIBERALISMO OU TEM DEMOCRACIA. AS DUAS COISAS JUNTAS NÃO DÁ PARA TER NÃO”. Diz o professor da UFBA: “A eleição presidencial na Argentina é fato político de primeira importância para a América Latina. Nas prévias realizadas em 11 de agosto, Alberto Fernández, candidato peronista ligado à família Kirchner, derrotou com folga o neoliberal Mauricio Macri, que é o atual presidente. Ao que tudo indica, Macri será derrotado de novo no primeiro turno das eleições, que acontecerá em 27 de outubro. Novamente, o neoliberalismo está sendo derrotado nas urnas. Não será a primeira vez e provavelmente não será a última. O neoliberalismo é semente que não dá fruto no terreno da democracia.(...) No Chile, o neoliberalismo só se tornou vitorioso porque foi imposto por uma ditadura. No Brasil, o neoliberalismo, travestido de socialdemocracia,

chegou ao poder pela via democrática em meados da década de 1990. Quando o povão entendeu o que significa na realidade a retórica do “Estado Mínimo”, rejeitou o neoliberalismo nas eleições de 2002. O neoliberalismo somente conseguiu voltar ao poder em 2016, e através de um golpe. Temer governou durante dois anos e mostrou à nação um neoliberalismo puro-sangue. Deixou o governo como o presidente mais mal avaliado da história. Reforma Trabalhista, PEC dos gastos. Somente um presidente que não foi eleito poderia chegar tão longe.(...) Bolsonaro venceu as eleições de 2018 e o neoliberalismo venceu junto, é verdade. Mas não foram eleições normais. A corrida presidencial foi fraudada pela interferência do judiciário e pela máquina de fake news, que deixou Paulo Guedes e seu programa econômico nas sombras.(...) Nos EUA, que certamente são o país mais liberal do mundo, esse neoliberalismo extremo sagrou-se vitorioso no começo da década de 1980, no governo de Ronald Reagan. A vitória de Reagan se deu em clima eleitoral atípico. Reagan venceu Jimmy Carter em disputa confusa, onde o debate programático foi ofuscado pela pauta dos costumes.(...) A candidatura de Reagan foi impulsionada por uma coalizão de direita formada por católicos, protestantes fundamentalistas e intelectuais conservadores. Todos eles acusavam a socialdemocracia, vigente no país desde os anos do “new deal”, de “excitar os desejos egoístas da sociedade e onerar demasiadamente o Estado”, segundo as palavras do intelectual conservador William Buckley, um dos principais ideólogos da campanha de Reagan.(...) E não podemos esquecer do “nacional-socialismo” alemão dos anos 1930, que de socialismo não tinha nada. O programa econômico do III Reich foi caracterizado pela parceria com os grandes empresários, pela defesa do capital privado, pelas privatizações e, é claro, pela repressão aos sindicatos e a qualquer movimento reivindicatório. Aqui, pela primeira vez, o cão do neoliberalismo acasalou com a cadela do fascismo. Paixão à primeira vista!(...) O que estou querendo dizer é que em um ambiente democrático saudável, onde programas de governo se confrontam livremente, sem cortinas de fumaça, o neoliberalismo encontra dificuldades para se sustentar como agenda política viável, e isso é especialmente verdadeiro na América Latina. Por isso, o neoliberalismo costuma se associar com projetos políticos autoritários. É que só dá pra empurrar Estado mínimo no povão se for na marra, na força.(...) Desde o final do século XVIII, o liberalismo é uma das mais importantes linhagens do pensamento político ocidental. O liberalismo está fundado numa premissa fundamental: a liberdade individual deve ser protegida da tirania do Estado. O indivíduo, portanto, é a célula social mais fundamental, aquele que deve ter seu corpo e propriedade protegidos de qualquer interferência externa.(...) Pode parecer contraditório o fato de o ideário político fundado na promessa da liberdade individual ser capaz de se combinar com tanta desenvoltura com ditaduras e fascismos. Parece, mas não é. Não é porque o neoliberalismo desassociou política e economia. A liberdade defendida é a liberdade econômica, é a liberdade de exploração. Uns precisam ser livres pra explorar. Outros precisam estar desprotegidos para serem explorados.(...) Nos últimos trezentos anos, o pensamento liberal se transformou bastante, mas sempre manteve viva a ideia de

que o Estado não deve intervir na economia, que deveria se regular por si próprio, tendo como controle a “mão invisível do mercado”. Não há falácia maior que essa. Não existe Estado mínimo em sociedades complexas. O que existe é a disputa pelo Estado, pelo controle das riquezas sociais que são administradas pelo Estado. (...) O objetivo do neoliberalismo é impor Estado mínimo para a maioria e garantir Estado máximo para uma minoria. Como Estado mínimo só é bom se for nos olhos dos outros, a maioria, quando consultada, quando pode se manifestar, diz “não, não, Estado mínimo aqui não”. Para sua sobrevivência, o neoliberalismo precisa silenciar a maioria, fechar os canais de representação e participação política.(...)

Após quatro anos de tsunami neoliberal, os argentinos lembraram o que é viver no neoliberalismo. Os brasileiros também estão lembrando, o que se traduz na queda da popularidade de Bolsonaro.(...) Guedes pediu dois anos para a economia começar a dar sinais de melhora. O desespero bateu. O governo não tem dois anos. Talvez não tenha sequer seis meses.(...) A Reforma Trabalhista já está sendo sentida, com profissionais contratados em regime intermitente, com a precarização das relações de trabalho. Em breve, a Reforma da Previdência fará suas primeiras vítimas. A PEC dos gastos está paralisando serviços públicos. Tramita no Congresso Nacional a PEC da Liberdade Econômica, que mais uma vez promete gerar empregos através da “desregulamentação” das relações de trabalho.(...) A narrativa sempre a mesma: o neoliberalismo promete prosperidade material em troca de direitos sociais garantidos pelo Estado. Os direitos são cassados, mas a prosperidade não chega. Em algum momento, as pessoas perdem a paciência.(...) O tempo passa e a crise econômica se avoluma. Tá cada vez mais difícil continuar culpando o PT. O governo está nas cordas, Bolsonaro é fraco como presidente, apesar de ser forte como agitador fascista. Se não conseguir aplicar o autogolpe que vem prometendo desde o final de 2018, Bolsonaro será engolido pelo que ainda resta de democracia no Brasil.(...) O povão pode estar confuso e desinformado, mas não é burro. Não há histeria que dure para sempre. Em breve, sobrarão ao governo apenas a base social fascista, disposta a ir com Bolsonaro até o fim. Não é o bastante para governar na democracia.(...)

O neoliberalismo já tem plano A e plano B: se o autogolpe funcionar, não haverá nenhum constrangimento em continuar acasalando com a barbárie. Nada melhor pra impor o Estado mínimo ao povo do que um Estado máximo, armado, violento e disposto a prender e matar.(...) Se Bolsonaro cair, o neoliberalismo vai tentar se afastar do defunto e apresentar uma solução mais limpinha e civilizada. Candidatos não faltam: João Dória, Luciano Huck, Tabata Amaral, Marina Silva. Pode ser que a mudança dê alguma sobrevida ao projeto neoliberal. Não durará muito.(...) Ou tem neoliberalismo ou tem democracia. As duas coisas juntas, dá pra ter, não” (Revista Fórum, 23/08/2019).

5-A SITUAÇÃO POLÍTICA ESTÁ MELHORANDO PARA A ESQUERDA COM O ENFRAQUECIMENTO DAS CORRENTES DE EXTREMA DIREITA NO MUNDO E OS REVESES NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL. ALGUNS DIAGNÓSTICOS POLÍTICOS E TAREFAS NO MOMENTO ATUAL

5-1-EXTREMA DIREITA E DIREITA SOFREM REVESES NOS ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, ISRAEL, ITÁLIA, ÁUSTRIA, ARGENTINA E TAMBÉM NO BRASIL, O QUE POSSIBILITA UMA SITUAÇÃO MAIS FAVORÁVEL PARA A ATUAÇÃO DA ESQUERDA. O comentarista de política internacional Jamil Chade afirma que aliados de Bolsonaro vivem crises e Brasil ameaça ficar isolado: “O presidente Jair Bolsonaro deixou claro, desde o início, que privilegiaria relações pessoais com líderes estrangeiros que tenham a mesma linha de pensamento que o governo brasileiro. Seja por adotarem os mesmos valores ultraconservadores ou por conta de políticas ultraliberais.(...) Mas, nas últimas semanas, alguns dos principais aliados do Planalto sofreram duras derrotas ou foram colocados em situações complicadas em seus respectivos países. Nos EUA, a situação de Donald Trump vive momentos de tensão. A Câmara dos Deputados anunciou a abertura de um processo de impeachment por conta do comportamento do aliado de Bolsonaro em suas relações com a Ucrânia. O pedido de impeachment deve-se à revelação de que ele bloqueou fundos de assistência à Ucrânia e teria coagido o país do Leste Europeu a investigar o ex-vice-presidente Joseph Biden e sua família. O caso dificilmente levará à queda de Trump, já que a decisão final ficará com o Senado, onde o Partido Republicano tem maioria. Ainda assim, deve contaminar a política americana pelos próximos meses e concentrará todas as atenções de Trump.(...) Na América do Sul, outro aliado pode estar com os dias contados. Maurício Macri, presidente da Argentina, concorre à reeleição. Mas diferentes pesquisas de opinião colocam Alberto Fernández e sua vice, Cristina Fernández, com mais de 20 pontos de diferença em relação a Macri. Bolsonaro tem declarado abertamente que a derrota de seu aliado na votação no dia 27 de outubro seria prejudicial para o projeto que o governo tem para a região.(...) Na Itália, o líder populista Matteo Salvini, também próximo do clã Bolsonaro, acabou perdendo seu cargo no governo. Apostando em sua popularidade, o ex-ministro do Interior rompeu com o governo e pensou que, com isso, obrigaria o país a passar por novas eleições. Nas urnas, estava convencido de que venceria e se tornaria primeiro-ministro. Mas os demais partidos acabaram se unindo e, apesar de terem visões opostas, chegaram a um

acordo para formar um governo sem a presença de Salvini.(...) Em Israel, o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, foi obrigado a realizar uma segunda eleição em apenas cinco meses. E, mesmo assim, não conseguiu formar uma maioria. Seu partido, o Likud, chegou na segunda posição, com 32 assentos no Parlamento. Seu principal adversário, Benny Gantz, terminou com 33 assentos. A Presidência de Israel deu a Netanyahu a missão, agora, de formar um novo governo. Mas a oposição apresentou exigências e uma negociação poderá se arrastar. Netanyahu tem pressa para que o entendimento se transforme em realidade. Em poucas semanas, ele poderia ser ouvido pela Justiça, em três casos suspeitos de corrupção. Ao permanecer como primeiro-ministro, porém, pode.(...) A queda de alguns dos aliados e a possibilidade de que outros também sofram derrotas não deixou de preocupar Brasília. Embaixadores dentro do próprio Itamaraty, que pediram para não ser identificados por medo de serem punidos pela chancelaria, admitiram que houve essa preocupação entre os diplomatas de mais experiência dentro do serviço externo do país. Mas pelo menos dois deles afirmaram que os alertas foram ignorados” (UOL Notícias, 26/09/2019). Vale ressaltar também a situação da direita na Inglaterra. O ato de Boris Johnson que havia suspenso o Parlamento Britânico foi declarado ilegal, por unanimidade, pela Suprema Corte do país. A manobra fracassada é vista como um golpe para conter a oposição de atuar contra a saída dos britânicos da União Europeia. Johnson corre o risco de ser derrubado. Na Áustria o governo de extrema direita teve uma curtíssima duração.(...) Segundo Emir Sader: “A contraofensiva conservadora vai assim perdendo fôlego, demonstrando que não tem proposta nem para fazer com que a economia global volte a crescer, nem que os focos de guerra sejam pacificados, nem que as desigualdades diminuam em cada país e em todo o mundo. Temos um mundo em que os focos de guerra se multiplicam, a recessão se perpetua e se generaliza, os governos são cada vez mais instáveis, os organismos internacionais cada vez mais desgastados, um mundo cada vez mais incerto. O impulso conservador perde fôlego, porque não tem o que propor, senão mais violência e mais lucro para o capital financeiro. Seus governos se concentram nos ajustes fiscais, sem políticas sociais, se esgotam rapidamente, fracassam”. (Brasil 247- 15/09/2019).

No Brasil, Bolsonaro tem reprovação (ruim e péssimo) de 39,5% e aprovação (bom e ótimo) de 29,4% no oitavo mês de seu governo. A situação do governo Bolsonaro não é nada confortável no Brasil, por diversas razões. Pesquisa CNT/MDA, do final de agosto, indica rejeição de 39,5% e aprovação de 29,4%; quanto ao desempenho pessoal do presidente 53,7% desaprovam e 41% aprovam. Perguntados sobre os três maiores desafios para este governo, deu saúde (54,7%), educação (49,8%) e emprego (44,2%).(...) É ampla a reprovação às propostas de governo de Bolsonaro, a aprovação se resume à sua base mais fiel: a) a reforma da Previdência, na pesquisa CNT/MDA, é rejeitada por 52,7% e aceita por 36,6%; 45% diz que beneficiará os ricos e apenas 6% que beneficiará os pobres; b) pesquisa Datafolha aponta que 67% são as privatizações e apenas 25% são favoráveis, o que é um dado expressivo, considerando a campanha difamatória violenta contra as

empresas estatais; c) até mesmo no quesito se os gastos públicos são suficientes ou não houve uma inversão na população: 46% dizem que os gastos são suficientes e 50% avaliam os gastos como insuficientes, o que, provavelmente, reflete os cortes de gastos severos em 2019; d) pesquisas Datafolha indicam também uma grande reprovação das propostas de governo nas áreas ambiental, segurança e costumes, sendo que parcela amplamente majoritária da população é contra o programa Escola sem Partido; as políticas discriminatórias para a população LGBT; posse e porte de armas; ocupação das áreas indígenas para pecuária e mineração; etc.(...) Bolsonaro não tem uma base sólida no Congresso Nacional, aprovou a reforma da Previdência, sendo derrotado em questões-chaves como a capitalização, desconstitucionalização dos direitos, benefícios para os mais pobres (BPC, aposentadoria rural, tempo mínimo de 20 anos de contribuição) e vive em atritos com os presidentes da Câmara e do Senado. Bolsonaro vive um amplo isolamento internacional, evidenciado uma vez mais no discurso na ONU; briga com aliados como Dória e Witzel, com o próprio Sérgio Moro pela representação da direita no país.

Núcleo duro do bolsonarismo é de 12%, segundo a Datafolha. Segundo o Datafolha, o núcleo duro do bolsonarismo é de 12% da população: “O núcleo duro de entusiastas de Bolsonaro, isto é, que votou nele no último pleito, classifica sua gestão como ótima ou boa e diz confiar muito nas suas declarações, corresponde a 12% da população brasileira. São bolsonaristas “heavy” (nomenclatura utilizada em pesquisas de opinião para enfatizar a intensidade de um fenômeno). É o único segmento onde a maioria diz que Bolsonaro se comporta como presidente da República em todas as situações e que seus filhos mais ajudam do que atrapalham o governo. É o grupo que mais vê melhorias na economia e se mostra otimista quanto ao futuro. Aprovam bem acima da média o desempenho do governo em todas as 18 áreas contempladas pelo estudo, especialmente o setor de comunicações, a política para o meio ambiente, a economia e o combate à corrupção, que na visão do estrato é um dos principais problemas do país. Como prova da fidelidade a Bolsonaro, a maioria dos que compõem esse subconjunto, ao contrário de todos os outros, concorda majoritariamente com as frases de conteúdo pejorativo proferidas pelo presidente nos últimos meses. A única que não consegue aderência tão expressiva é a que sugere o “cocô dia sim, dia não” para combater a poluição ambiental. Também relativizam mais a questão do desmatamento da Amazônia e constituem o único estrato onde a maioria não vê prejuízos de investimento em função da crise internacional gerada pelas queimadas. Dão apoio massivo a Bolsonaro no embate contra o presidente da França, Emmanuel Macron. São na maioria homens, com participação masculina superior em seis pontos percentuais à média de eleitores bolsonaristas. São mais velhos do que o total da população —metade tem mais de 35 anos e quase um terço possui 60 anos ou mais. Têm participação de brancos e aposentados muito acima da média e metade tem renda superior a três salários mínimos. Quanto à escolaridade, aproximadamente um terço possui nível superior” (Folha, 04/09/2019).

Núcleo duro do bolsonarismo é de apenas 6%, segundo o Vox Populi.

Marcos Com6imbra afirma que o núcleo duro do bolsonarismo é de 6%: “O bolsonarismo viveu teve dias melhores. Não faz muito tempo, ainda se pensava que fosse algo “grande”, que mobilizava grandes massas. Alguns ficavam alegres, outros tristes, mas o bolsonarismo impressionava. Hoje, passados apenas oito meses desde que Bolsonaro assumiu o poder, vemos que as coisas não são assim. As estimativas a respeito do tamanho do bolsonarismo convergem para números modestos. As pesquisas de opinião sugerem que, ao contrário de se consolidar, míngua. Calcular quantos são os bolsonaristas é mais que um exercício acadêmico. Estarmos perante uma corrente de opinião que atrai a maioria da opinião pública (ou uma parcela ampla) é diferente de lidarmos com uma facção claramente minoritária. Daí não decorre que seus pontos de vista devam ser desprezados ou seus chefes ignorados. Mas quer dizer que a maioria tem o direito de tratá-la como a minoria que é. Na mais recente pesquisa Vox Populi, realizada no final de agosto, o tamanho do bolsonarismo foi objeto de uma pergunta direta, com a seguinte redação: “Tem-se falado muito sobre o bolsonarismo, a forma como Bolsonaro faz política, as ideias defendidas por ele e sua equipe, o modo como fala e se relaciona com os seus opositores e com as pessoas de uma maneira geral. Em relação ao bolsonarismo, você diria que: a) gosta muito, se sente uma(um) bolsonarista; b) gosta, mas não se sente uma(um) bolsonarista; c) não gosta, nem desgosta do bolsonarismo; d) não gosta, mas não chega a detestar; ou e) detesta o bolsonarismo”. No total da amostra, 6% dos entrevistados escolheram a primeira resposta e se auto-classificaram como “bolsonaristas”. Os outros 94%, em respeito às suas opções, não podem ser identificados da mesma maneira, mesmo os 17% que disseram que “gostavam, mas não se sentiam bolsonaristas”. O que a pesquisa mostra é que 94% da população não se define como bolsonarista (admita-se, todavia, que pode haver bolsonaristas com vergonha de se assumir, o que seria compreensível). Os bolsonaristas genuínos são poucos, em termos relativos, e são diferentes da média da população, a começar pelo gênero. Enquanto, na sociedade, as mulheres são uma maioria de 52%, entre os bolsonaristas elas não passam de 37%. Os homens são 63% dos bolsonaristas, o que talvez possa ser explicado por sua retórica de afirmação de toscos estereótipos masculinos (algo que nos faz pensar nos valores que as mulheres bolsonaristas compartilham). Há outras diferenças, por exemplo na composição etária: na população adulta, os jovens de até 24 anos são 17%, mas não passam de 10% entre os bolsonaristas. Inversamente, as pessoas com mais de 45 anos de idade são 39% do universo, enquanto representam 48% dos bolsonaristas. No que se refere à renda, 28% dos bolsonaristas pertencem a famílias que ganham acima de 25 salários mínimos. Na população, no entanto, apenas 18% das pessoas têm esse perfil. O bolsonarismo é uma minoria pequena, mas com significativo potencial de militância: 86% afirmam que publicariam informações favoráveis a Bolsonaro em suas redes sociais, 48% adeririam a boicotes a seu pedido, 65% entrariam em perfis de artistas ou personalidades para defendê-lo e 89% pediriam votos para candidatos com ele alinhados. Para o capitão, talvez o mais relevante seja que 39% dos bolsonaristas asseguram que “se necessário, brigariam

com pessoas com ideias contrárias a Bolsonaro". É seu sonho: dispor de uma tropa para amedrontar quem discorda dele. É pouca gente, mas raivosa e beligerante" (Conversa Afiada, 28/09/2019). (...) Portanto, entre a base de apoio de Bolsonaro, atualmente em torno de 30%, e seu núcleo duro, de 6% a 12%, existe uma margem de desidratação expressiva da popularidade do presidente, considerando, sobretudo, que ele reclamou mas acabou apoiando a ortodoxia do Teto de Gastos públicos, que está parando a máquina pública no Brasil e diminuído muito as possibilidades de retomada do crescimento econômico.

5-2-JOSÉ LUÍS FIORI AFIRMA QUE A DEVASTAÇÃO ULTRALIBERAL DE BOLSONARO E PAULO GUEDES ESTÁ FAZENDO O BRASIL PARECER COM A RÚSSIA DA DÉCADA DE 1990; QUE A CRISE BRASILEIRA NÃO É UMA CRISE DE GOVERNO, MAS DE PROJETO NACIONAL; E QUE EXISTE "VIDA" DEPOIS DO VENDAVAL NEOLIBERAL.

A direita brasileira não tem política econômica construtiva, é ideologia pura. É uma espécie de neoliberalismo "alucinado", parecido com aquele que foi aplicado na Rússia na década de 1990, que José Luís Fiori, sociólogo e cientista político, descreve no artigo que publicamos no início deste estudo. Como disse Fiori em outro artigo: "Simultaneamente, o novo governo se propõe levar à frente, de forma rápida e atabalhoada, uma desmontagem 'selvagem' – do tipo que foi feita na Rússia dos anos 90 – de todos os principais instrumentos estatais de proteção e defesa da população, do território, e dos recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros". No caso da Rússia, se tratou de restaurar o capitalismo. Aqui, no Brasil, que já é capitalista, os "maníacos" do neoliberalismo, liderados por Paulo Guedes e seu capitão, querem fazer uma espécie de "relançamento do capitalismo brasileiro". Para isso querem destruir tudo de bom que foi feito desde Getúlio Vargas e até antes de Vargas: empresas estatais – Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Eletrobras -, CLT, previdência social, saúde, educação, sindicatos de trabalhadores. Não querem que fique pedra sobre pedra. Querem começar tudo do Zero: da República Velha, da "utopia liberal", na expressão de Fiori, do velho liberalismo.

Brasil não vive uma crise apenas de governo, vivemos uma crise de projeto nacional; não temos um projeto que agregue setores majoritários da sociedade brasileira.

José Luís Fiori, um dos nossos maiores cientistas políticos, em entrevista ao Blog Tutaméia, no mês de abril de 2018, muito antes da eleição, era pessimista com um governo de esquerda que dificilmente seria eleito e, se eleito, não governaria: "Como já disse, do meu ponto de vista, o ex-presidente Lula já não é mais apenas uma candidatura. Ele é uma causa e é a grande causa que unirá daqui para frente as forças progressistas do Brasil e da América do Sul. Não adianta pensar, no momento, em candidaturas "alternativas" que não vão ganhar ou simplesmente não vão governar nesse quadro que aí está. Ou se muda esse quadro e se junta um conjunto de forças poderosas, ou não haverá governo progressista viável de nenhum tipo, seja quem for o indivíduo ou candidato. A menos que as forças progressistas

queiram repetir a candidatura simbólica do dr. Ulysses Guimarães em 1974.(...) É bom que as pessoas entendam que essa crise aberta pelo golpe de Estado e essa divisão da sociedade brasileira –promovida ativamente pela imprensa conservadora– devem continuar ainda por muito tempo e exigirão uma enorme paciência estratégica. Não adianta achar que vai se virar a mesa na próxima meia hora”. Em outra entrevista, Fiori chegou a prever que a crise vai durar de 10 a 20 anos, até que a sociedade brasileira, de forma claramente majoritária, recupere uma nova identidade nacional.

Bolsonaro, se não demitir Paulo Guedes e se não adotar uma política econômica menos destrutiva, será fragorosamente derrotado nas eleições presidenciais.

Prevê José Luis Fiori: “Existe uma pergunta angustiante que está parada no ar: o que passará com o Brasil quando a população perceber que a economia brasileira colapsou e que o programa econômico deste governo não tem a menor possibilidade de recolocar o país na rota do crescimento? Com ou sem reforma da Previdência, qualquer que seja ela, mesmo a proposta pelo Sr. Guedes. E o que ocorrerá depois disso?(...) O mais provável é que a equipe econômica do governo seja demitida e substituída por algum outro grupo de economistas que atenuem os traços mais destrutivos do programa ultraliberal do governo do governo. Mesmo assim, não estará afastada a possibilidade de que o próprio presidente seja substituído por algum dos seus aliados dessa coalisão de extrema-direita construída de forma apressada e irresponsável, em torno de uma figura absolutamente ignorante, despreparada e insana. Mas se nada disso acontecer e as coisas seguirem se arrastando e piorando nos próximos tempos, o mais provável é que as forças de extrema-direita venham a ser fragorosamente derrotadas nas próximas eleições presidenciais.(...) O problema é que, quando isto ocorrer, o Brasil já terá completado mais uma “década perdida”, o que torna ainda mais difícil de prever e planejar o que acontecerá, e o que possa ser feito na década de 2020 para retirar o país do caos. Entretanto, é indispensável e urgente que se imagine e reflita sobre esse futuro, para não repetir erros passados. Para tanto, o melhor caminho é começar pela releitura do próprio passado e, em seguida, analisar com mais atenção o caso de alguns países que fizeram idênticas escolhas, e que vão antecipando as consequências do rumo adotado pelo Brasil.(...) No caso de vitória de alguma coalisão de forças progressistas, é muito difícil antecipar desde já as medidas de política econômica que deveriam ser implementadas para afastar o país do caos, mas uma coisa é óbvia: com as dimensões e a heterogeneidade do Brasil, é uma completa sandice propor uma “refundação neozelandesa” de um país que tem todas as condições de “construir um caminho alternativo dentro da América do Sul, de alguma forma similar ao da economia norte-americana, que conseguiu combinar indústrias de alto valor agregado com a produção de alimentos e commodities de alta produtividade, sendo ao mesmo tempo auto-suficiente do ponto de vista energético. Para isto, antes que nada, o Brasil terá que mudar radicalmente a sua postura internacional, em particular com relação aos Estados Unidos, que se considera com pleno direito ao exercício da sua

soberania dentro de todo o “hemisfério ocidental”. Ou seja, do nosso ponto de vista, a luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil terá que começar por uma nova estratégia de poder internacional. Mas se este for o caminho escolhido pelos brasileiros, não há como enganar-se: os novos governantes eleitos em 2022 terão que colocar uma pá de cal em cima da vergonhosa política externa deste governo de extrema-direita, e começar um novo tipo de relacionamento com os Estados Unidos, que será sempre, ao mesmo tempo, de complementaridade, competição e conflito, sobretudo dentro da América do Sul e com relação aos fluxos e recursos do Atlântico Sul. De qualquer forma, e em qualquer caso, o fundamental é que o novo governo brasileiro se oriente sempre, e em primeiro lugar, pela bússola dos seus próprios objetivos sociais, econômicos e geopolíticos. Conscientes de que terão pela frente um caminho muito estreito e complicado, e que este caminho tomará muito tempo para se consolidar. Mas ao mesmo tempo, com a certeza de que este é o tempo que tomaram todos os grandes países para construir o seu próprio futuro sem ser humilhados, nem envergonhar-se jamais de si mesmo e do seu passado” (Carta Maior, de 06/06/2019).

Existe “vida” depois da destruição ultraliberal. José Luís Fiori diz existe vida depois da destruição ultraliberal: “Agora bem, o que nos ensina a experiência russa dos anos 90, e depois? Primeiro, e muito importante: que a destruição da economia, do Estado e da sociedade russa, na década de 90, não foi incompatível com o enriquecimento privado, sobretudo dos grupos de financistas e ex-burocratas soviéticos que obtiveram lucros extraordinários com o negócio das privatizações – e que depois assumiram o controle monopólico das antigas indústrias estatais, em particular no campo do petróleo e do gás. Ou seja, é perfeitamente possível conciliar altas taxas de lucro com estagnação ou recessão econômica, e até com a queda do produto nacional. Segundo: que os grandes lucros privados e os ganhos estatais com as privatizações não levam necessariamente ao aumento dos investimentos num ambiente macroeconômico caracterizado pela austeridade fiscal, pela restrição ao crédito e pela queda simultânea do consumo. Pelo contrário: o que se viu na Rússia foi uma gigantesca queda dos investimentos e do PIB russo, da ordem de quase 50%. Terceiro, e o mais importante: que depois de dez anos de destruição liberal, ficou muito claro na experiência russa que em países extensos, com grandes populações e economias mais complexas, os “choques ultraliberais” têm um efeito muito mais violento e desastroso do que nos pequenos países com economias exportadoras. E esta é uma situação política insustentável no médio prazo, mesmo com ditaduras muito violentas, como aconteceu com o fracasso econômico da ditadura chilena do General Augusto Pinochet. Ao mesmo tempo, a reversão posterior da situação russa também ensina: 1) quanto mais longo e mais radical for o “choque ultraliberal”, mais violenta e estatista tende a ser sua reversão posterior; e ii) em países com grandes reservas energéticas, é possível e necessário recomeçar a reconstrução da economia e do país, depois da passagem do tufão, a partir do setor energético. A História não se repete, nem se pode transformar a história de outros países em receita universal,

mas pelo menos a experiência russa ensina que existe “vida” depois da destruição ultraliberal, e que será possível refazer o Brasil, depois que o senhor Guedes e seu capitão já tiverem passado em conjunto para galeria dos grandes erros ou tragédias da História brasileira”.(Sul 21/17/09/2019).

5-3-ALDO FORNAZIERI CRITICA AS “OPOSIÇÕES DISTRÁIDAS” E “AS ESQUERDAS SE ESMERAM EM SER DISTRÁIDAS POR BOLSONARO”. É muito comum que em governos ultraliberais os presidentes cuidem da política e entreguem a condução da economia para os economistas fazerem o que bem quiserem. José Luís Fiori fala do caso do Chile: “No século XX, a experiência mais conhecida deste projeto ultraliberal, foi a da ditadura do Sr. Augusto Pinochet, no Chile, que foi chamada pelo economista americano, Paul Samuelson, de “fascismo de mercado”. Pinochet foi - por excelência - a figura do “tirano” sonhado pelos fisiocratas: primitivo, quase troglodita, dedicou-se quase inteiramente à eliminação dos seus adversários e de toda a atividade política dissidente, e entregou o governo de fato a um grupo de economistas ultraliberais que puderam fazer o que quiseram durante quase duas décadas”. Bolsonaro é muito parecido com Pinochet, gostaria muito de ter os poderes de ditador, pois considera que a democracia atrasa os seus projetos políticos. Sem os poderes ditatoriais, Bolsonaro se dedica diariamente a polarizar com seus adversários e até com seus aliados. Não existe um dia sequer que o presidente não faça diagnóstico, críticas repugnantes, e assine um decreto ou proponha um projeto de lei, que atraem a enorme atenção da esquerda e mobiliza sua tropa na internet. Enquanto isto, Paulo Guedes anuncia e articula o seu projeto ultraliberal para o silêncio impressionante da esquerda e da militância virtual. Isto não pode mais continuar.

Aldo Fornazieri: “As esquerdas não conseguirão enfrentar de forma inteligente o conservadorismo de Bolsonaro no terreno e nos termos que são favoráveis a ele”; agenda política da esquerda é vinculada à classe média e pouco atenção dá para a população mais pobre. Não concordamos com tudo o que escreveu Aldo Fornazieri, sobretudo em relação a Lula, mas, no fundamental, são palavras que precisam ser refletidas pela esquerda: “No primeiro semestre Bolsonaro primou em distrair as esquerdas e as esquerdas se esmeraram em ser distraídas por Bolsonaro. O fato concreto é que Bolsonaro está na ofensiva e as esquerdas na defensiva. Lançando uma profusão de temas diversionistas e secundários para o debate do que interessa para o país, como armas, cadeirinhas de crianças, fiscalização de motoristas nas estradas, declarações homofóbicas e machistas, reverência a Trump e aos Estados Unidos e assim por diante, ele vai conseguindo pautar as esquerdas com esses temas culturalistas, ideológicos e moralistas. Não que este embate não deva ser feito, mas ele não é o principal para uma estratégia de esquerda. Em sendo a sociedade conservadora, debater esses temas pautados pela agenda conservadora do Bolsonaro significa perder...(.) Bolsonaro promove o confronto ideológico porque sabe que este lhe é favorável e porque é um dos

poucos trunfos que tem neste momento. Com a economia travada e com o Estado sem recursos este debate lhe é conveniente: vai fincando estacas ideológicas, conservadoras e moralistas esperando uma virada na economia. No momento em que esta vier, ele recuperará popularidade perdida e terá erguido uma barreira de avanço conservador na sociedade. A sociedade poderá assumir contornos ainda mais conservadores se a economia se recuperar. Esta é a aposta de Bolsonaro.(...)

As esquerdas não conseguirão enfrentar de forma inteligente o conservadorismo de Bolsonaro no terreno e nos termos que são favoráveis a ele. A agenda culturalista e a política da moralidade não podem ser os pontos prioritários de uma estratégia das esquerdas. A agenda conservadora e a política de valores deve sempre ser acompanhadas pelos interesses concretos da sociedade. A disputa da hegemonia não é só cultural ou prioritariamente cultural. Ela precisa partir do concreto para o abstrato, do empírico para a ideologia, do desemprego de 15 milhões de trabalhadores para a noção de bem estar e de direitos, da desigualdade e dos privilégios inaceitáveis para a ideia de uma sociedade justa... e assim indefinidamente. A disputa pela hegemonia, como ensinou Gramsci, envolve principalmente os interesses concretos.(...) O fato é que se Bolsonaro sequer fala ou se preocupa com o desemprego e a desigualdade, as esquerdas não têm esses pontos como prioridades em sua agenda e não mobilizam em torno deles. Não têm os desmanches na saúde e o meio ambiente como pontos cruciais no enfrentamento de Bolsonaro. Não têm a dramática e trágica situação das periferias como algo do seu interesse e de sua ação. Abandonaram a pauta da violência nas mãos de Sérgio Moro.(...) As esquerdas estão distraídas com os temas diversionistas de Bolsonaro, com Sérgio Moro, com o The Intercept, com a interminável incapacidade da campanha Lula Livre, com o combate ao fascismo conceito que a maioria esmagadora do povo sequer sabe o que significa. A tática das esquerdas consiste exatamente no seguinte: esquecer-se do principal e transformar o secundário em prioridade.(...) Chega a impressionar a incongruência das esquerdas: seguindo teses equivocadas de Marilena Chauí e de outros sociólogos, elas se especializaram em hostilizar as classes médias, mas as suas pautas políticas são formadas prioritariamente por temas das classes médias. O problema estratégico das esquerdas não está na hostilização e nem na capitulação a temas das classes médias. O problema é ganhar e organizar o povo pobre e as periferias e puxar as classes médias para uma aliança. Nesta questão o Brasil caminha de forma esquizofrênica: FHC promoveu uma aliança das classes médias com os ricos fazendo-as crer que poderiam ser ricas. Lula e o PT promoveram uma aliança dos pobres com as elites fazendo-os crer que eles haviam sentado na mesa da prosperidade para sempre.(...) As esquerdas precisam compreender que o povo nunca avançará na consolidação de conquistas e vitórias se a luta não for travada no terreno da organização popular e da ação de massas. Qualquer luta institucional só terá alguma consequência se houver força popular organizada. Vitórias fora desse contexto serão epifenômenos, prelúdios de novos retrocessos. O capitalismo predatório que existe no Brasil não lida com considerações civilizatórias, com princípios de direitos liberais,

com a consagração da institucionalidade democrática e do Estado de Direito. Ou isto será garantido pela organização popular ou estará sempre ameaçado por predadores inescrupulosos. Qualquer estratégia consequente precisa ter como pressuposto a força social e popular organizada.(...) Os líderes partidários das esquerdas precisam ter enraizamento social e legitimidade popular. Falam em Lula, mas não seguem Lula. Lula estava onde o povo estava. Nunca foi general de gabinete. Os partidos precisam abrir as portas para a juventude, para a renovação, se não quiserem se estiolar no tempo. A militância precisa ser dirigida e orientada. Não pode continuar nesta situação de abandono e sem moral para o combate. Os lacrimosos argumentam que as esquerdas estão fracas no parlamento, agregando apenas 131 deputados. Mas nunca pode ser esquecida a bancada do PT na Assembleia Constituinte que tinha apenas 16 deputados e foi capaz de grandes feitos, de grandes combates, ao mesmo tempo em que tinha a sabedoria e a astúcia para negociar.(...) Se as esquerdas quiserem ter alguma relevância no segundo semestre precisam dar prioridade à luta contra o desemprego, as desigualdades e os privilégios; à luta por direitos; à luta contra a destruição da educação e da saúde; à luta por moradia popular; à luta pela preservação ambiental, dos territórios indígenas e das reservas ambientais, formando uma grande frente para isto. A luta pela democracia, por Lula Livre, pela reforma tributária com justiça fiscal, contra a violência, pela defesa das instituições científicas e das universidades e as lutas das políticas da moralidade devem vir adensadas àquelas lutas prioritárias. Se as esquerdas não tiverem senso de prioridade e não souberem travar a luta no campo que lhes é favorável e desvantajoso para Bolsonaro terão um segundo semestre de derrotas”(Jornal GGN, 29/07/2019).

5-4-A ESQUERDA SÓ VOLTARÁ A SER COMPETITIVA NOVAMENTE SE COLOCAR A IGUALDADE SOCIAL NO CENTRO DA AGENDA POLÍTICA NACIONAL E SE LIDERAR O COMBATE AOS PRIVILÉGIOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

Os governos Lula e Dilma deram uma contribuição excepcional para os avanços sociais no Brasil porque colocaram a igualdade social no centro da agenda política nacional. É isto o que a elite não suporta. Quem é militante a mais tempo no Brasil sabe, muito bem, que durante décadas as populações do Nordeste e das periferias das grandes cidades vivia sob o signo da resignação, ou seja, eram pobres, enfrentavam dificuldades e passavam fome porque era a “vontade de Deus”. Votavam nos coronéis, que distribuía algumas migalhas, como forma de mitigar o sofrimento. Com Lula, especialmente, isto mudou. Nas palavras de Luís Felipe de Alencastro, historiador, Lula “conseguiu transformar a maioria social em maioria política”, e conseguiu, nos limites da correlação de forças existente, avanços sociais e econômicos extraordinários. Calar Lula é calar a voz dos pobres. Temos que continuar com a campanha do Lula Livre, que é uma das bandeiras centrais da retomada plena da democracia em nosso país e da luta contra a desigualdade secular em que vivemos.

Os movimentos sociais cumprem um papel fundamental, mas a esquer-

da só chega nos estados e periferias mais pobres das cidades através de governos populares. Precisamos retomar, com mais radicalidade, a agenda da igualdade social no Brasil. Não podemos ser simplistas nesta questão. No Brasil dilacerado pela desigualdade social, nós, de esquerda, como parte da sociedade, também reproduzimos desigualdades.(...) A deputada Marília Campos tem uma trajetória parecida com a de Lula. Foi sindicalista e presidenta do Sindicato dos Bancários e depois ocupou por duas vezes o mandato executivo, como prefeita de Contagem, uma das maiores cidades de Minas e do Brasil. Um balanço indica claramente que: os movimentos sociais, em geral, são mais radicais, mas também, por representarem interesses concretos de segmentos da sociedade, são mais corporativos; já no poder executivo, os administradores de esquerda, em geral, são mais moderados, mas, tendo que atender demandas de toda a sociedade, são também mais universais. Marília se dedicou com muita garra à luta dos bancários por melhorias salariais e por planos de saúde e previdência, auxílio alimentação e creche; mas na prefeitura teve que avançar para uma visão mais universal, para atender demandas de saúde, educação, urbanização de toda a população. Com políticas universais, a petista, pela primeira vez, estabeleceu bases sociais na periferia, tendo tido 94% dos votos, na reeleição em 2008, na periferia mais pobre de Contagem, a região de Nova Contagem, que tem 50 mil moradores. Portanto, dos movimentos sociais devemos sempre resgatar a radicalidade e o inconformismo e nos cargos executivos o destaque é a universalidade.(...) Pesquisa recente da CNT/MDA mostra que a saúde é, disparado, o maior problema considerado pela população. Mas trata-se de um tema completamente ausente, por exemplo, nas mídias sociais, seja de direita ou de esquerda. É raro, é raríssimo encontrar uma reportagem, um banner, um vídeo na militância de esquerda que trata dos dilemas da saúde no Brasil. O que acontece é óbvio: tanto na direita quanto na esquerda a saúde é esquecida por somos, nas redes sociais, quase todos de classe média que figura dentre os 47 milhões de brasileiros que tem planos de saúde privado. Então, não somos apenas distraídos, como fala Aldo Fornazieri, temos uma agenda de preocupações bastante diferente das classes populares. O PT foi fundado por setores de classe média urbana e se popularizou nas administrações populares de estados e municípios e, sobretudo, com a presidência da república com Lula a partir de 2002 fazendo políticas para os estados e regiões mais pobres e para as periferias das grandes cidades. Por isso, retomar prefeituras e manter governos de estado será fundamental para retomarmos nosso diálogo e vinculação orgânica com o povo pobre.

Jose Luis Fiori diz que a identidade da esquerda é a igualdade social; não pode se resumir à política macroeconômica como é no Brasil. José Luis Fiori, sociólogo, é um dos intelectuais que mais nos influencia em nosso mandato parlamentar e, para ele, a igualdade social é a identidade da esquerda: "Goste-se ou não, o socialismo e a esquerda em geral deram contribuições decisivas ao pensamento e às instituições modernas. No campo da política econômica, entretanto, os socialistas deram muito poucas contribuições teóricas originais. O surpreendente, é que este au-

mento da desigualdade da riqueza entre as nações, as classes sociais e os indivíduos - nas últimas décadas do século XX - não tenha trazido de volta os temas da agenda clássica dos socialistas, centrada na questão da igualdade social. Pelo contrário, neste período recente, as minudencias internas da política macro-econômica passaram a ocupar um lugar crescente e obsessivo nas discussões da esquerda. Mais do que isto ocorreu algo inimaginável, do ponto histórico: além de definir seus inimigos externos, a esquerda passou a se diferenciar internamente, e a medir as distâncias entre suas tendências reformistas ou revolucionárias, segundo suas posições e divergências macroeconômicas. Neste caso, não cabem dúvidas: trata-se de uma perda de rumo e de identidade e de um empobrecimento notável de uma das principais matrizes do pensamento moderno" (Valor Econômico, 01/03/2006).

Reformas no Brasil é somente para ferrar o trabalhador; quando falamos de outras reformas já feitas nos países desenvolvidos – sistema tributário mais progressivo, juros negativos – a elite “faz cara de cara de paisagem”. A direita, representada pela elite econômica e a grande mídia, faz pouco caso da inteligência da população brasileira. Não cansa de repetir que o Brasil precisa fazer reformas já feitas em outros países. Mas as reformas propostas pelas elites brasileiras são somente aquelas para ferrar os trabalhadores e os mais pobres, mas quando se trata de reformas já feitas em países europeus e mesmo nos Estados Unidos que significariam uma clara limitação dos privilégios das elites, aí fazem “cara de paisagem” e fazem um absoluto silêncio. (...) Veja, por exemplo, o que está escrito na exposição de motivos da reforma da previdência de Temer, que é compartilhado também por Bolsonaro / Paulo Guedes: “O primeiro grande objetivo da reforma é o estabelecimento de uma idade mínima obrigatória para aposentadoria voluntária de homens e mulheres. Além da necessidade de adequação dos requisitos para a aposentadoria por força da mudança das características demográficas do Brasil, já detalhadas acima, esta elevação também tem como objetivo a convergência dos critérios previdenciários brasileiros para os padrões internacionais, sobretudo, em comparação com países que já experimentaram a transição demográfica em sua plenitude”. Então tá: a) vamos “convergir” para o padrão de tributação existente na Europa, e até mesmo no liberal Estados Unidos, onde a tributação maior é sobre a renda e a propriedade, que onera os mais ricos, e onde a tributação é pequena sobre produtos e serviços, que onera menos os mais pobres, ou seja, uma tributação claramente progressiva; b) vamos “convergir” para as taxas de juros internacionais, ainda negativas em um grande número de países, o que, se aplicado no Brasil, traria a Selic dos atuais 6,50% para menos de 3%; c) vamos “convergir” para um padrão de distribuição da renda, onde a diferença dos menores e maiores salários, é muitíssimo menor da que temos no Brasil; d) vamos “convergir” para o nível de gastos com saúde pública, muito superior ao que temos no Brasil. Isso para ficar em apenas quatro exemplos da distribuição de renda e da riqueza do mundo desenvolvido e em desenvolvimento em relação ao Brasil. Como se vê, a elite só olha as experiências mundiais para ferrar o trabalhador, mas considera política de “comunista”, de “boli-

variano” experiências tipicamente capitalistas de outros países.

Brasil tem o sistema tributário mais regressivo do mundo dentre os países da OCDE.

Um estudo da Receita Federal analisa a composição da carga tributária nos países da OCDE referente a 2014: “Quando se compara a tributação por base de incidência, observa-se que para a base Renda o Brasil tributa menos do que a maioria dos países da OCDE, enquanto que para a base Bens e Serviços, tributa mais”. Os números apresentados pela Receita Federal são os seguintes: a) A carga tributária sobre a renda, lucro e ganhos de capital, imposto típico dos mais ricos, é de 5,9% do PIB no Brasil e, em média, de 12,0% na OCDE. Neste item da tributação, o Brasil ocupa a 30ª colocação, último lugar, dentre 30 nações da OCDE; b) Na folha de salários a tributação é de 8,4% do PIB no Brasil e de 9,7% na OCDE. O Brasil neste item ocupa a 18ª posição no ranking da OCDE, o que desmente informações de que nosso país seria um campeão neste tipo de tributação; c) A carga tributária sobre bens e serviços, que onera os mais pobres, é de 16,3% do PIB no Brasil e de 11,4% na OCDE. Nosso país é o 2º colocado na OCDE que mais tributa os mais pobres, ficando atrás apenas da Hungria; d) E, finalmente, a carga tributária sobre a propriedade é de 1,4% no Brasil e de 1,9% na OCDE. O Brasil ocupa 18ª posição neste tipo de tributo, sendo que em alguns países importantes, alguns deles de tradição liberal, ela é muito maior: Reino Unido (4,1%), França (3,9%), Estados Unidos (2,8%).(...) Sobre o imposto de renda, estudos do IPEA, divulgados pelo jornal Valor Econômico, indicam que a classe média paga o dobro de imposto de renda dos milionários, donos de grandes empresas no Brasil. Segundo estes estudos, quem recebe de 10 a 20 salários mínimos contribui com imposto de renda com 8,94% de sua renda; quem recebe de 20 a 40 salários mínimos, a tributação da renda chega a 11,96%; de 40 a 80 salários mínimos, a tributação sobre a renda atinge 11,13%; e os mais ricos, com renda acima de 160 salários mínimos, são tributados em apenas 6,51%. (...) Esta situação acontece devido a total isenção tributária para os lucros e dividendos dos milionários. Cerca de 71.000 milionários tem isenções tributárias superiores a R\$ 300 bilhões por ano. Uma coisa é isentar de imposto de renda ou cobrar uma alíquota menor de quem recebe lucros e dividendos do Simples, por exemplo, outra coisa é dar isenção total a lucros e dividendos independente do valor recebido. Além do mais esta flexibilização da remuneração tem sido responsável pela chamada “pejotização” na economia brasileira, trabalhadores que se “convertem” em empresas para pagar menos impostos, o que afeta gravemente a receita tributária, em particular na previdência social, e amplia a injustiça tributária já que a tributação será diferenciada de acordo com a origem da renda, fruto de salário ou de lucros e dividendos.

Brasil precisa de transparência nas suas contas públicas e mostrar o peso dos juros nos gastos do governo.

Não temos no Brasil um sistema transparente de prestação de contas das finanças públicas. Dizem que o rombo das contas públicas (receitas menos despesas) foi de R\$ 120 bilhões em 2018. Não é verdade. Se fosse neste valor apenas (1,8% do PIB - Produto Interno Bruto), seria perfeitamente administrável. Acontece que a maior parte do rombo fiscal, que faz explodir a dívida

pública, não é divulgado. Trata-se dos gastos públicos com pagamento dos juros da dívida, de estratosféricos R\$ 379 bilhões em um ano (5,6% do PIB), o que eleva o déficit para explosivos 7,4% do PIB, um dos maiores do mundo. A mesma mídia que fala todo dia dos gastos da Previdência nada diz sobre esta ‘cratera’ que os juros indecentes fazem nas finanças públicas. O Banco Central no Brasil tem como meta apenas controlar a inflação, ao contrário do Banco Central dos Estados Unidos, por exemplo, que tem como metas o controle da inflação e do nível de emprego. Pois bem, nem mesmo esta função elitista o Banco Central brasileiro controla seriamente: ele fixa a taxa de juros a partir do acompanhamento da evolução da inflação e sempre que a inflação sobe acima do centro da meta, de 4,5% ao ano, os juros são elevados rapidamente, mas quando a inflação fica abaixo do centro da meta, como aconteceu em 2018, os juros não são reduzidos para estimular a atividade econômica e para reduzir os encargos da dívida.

5-5- NO BRASIL, O SISTEMA TRIBUTÁRIO É CONCENTRADOR DE RENDA; O AJUSTE FISCAL PELOS GASTOS É UMA ESTRATÉGIA QUE DESMONTA JUSTAMENTE O LADO PROGRESSIVO DA POLÍTICA FISCAL. Cinco intelectuais progressistas – Esther Dweck, Fernando Maccari, Guilherme Melo, Júlia Braga e Pedro Rossi – publicaram um importante artigo questionando o ajuste fiscal pela redução das transferências de renda: “Em quase todos os países do mundo, mas especialmente nos países avançados, o Estado exerce um papel distributivo importante, por meio da política fiscal. Nos países da OCDE e na União Europeia, a desigualdade medida depois do efeito na renda dos impostos, das transferências sociais e dos serviços públicos como saúde e educação é muito inferior à desigualdade da renda bruta de mercado. Isso é fruto da atuação redistributiva do Estado. O Brasil é o país da América Latina que mais reduz a desigualdade por meio de seu gasto social, de acordo com os estudos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e de Fernando Gaiger Silveira. Essa redução ocorre, principalmente, via transferências às famílias e gastos sociais em educação e saúde. Já o sistema tributário é concentrador de renda, pois há grande participação de impostos sobre bens e serviços, que penalizam os mais pobres. Portanto, o ajuste fiscal pelos gastos é uma estratégia que desmonta justamente o lado progressivo da política fiscal. Como mostrado no livro “Economia para Poucos”, os efeitos sociais da austeridade já podem ser notados na restrição de acesso a saúde, educação, moradia e à deterioração do ambiente. Dada a sua seletividade, tais políticas impactam mais fortemente alguns grupos, especialmente negros e mulheres” (Folha, 14/09/2019).

Laura Carvalho: O ajuste fiscal via corte de gastos e benefícios sociais mostra o plano do governo: o topo acima de todos. Uma ótima análise da economista e colunista da Folha: “Diante do drástico quadro orçamentário de 2020, imposto pelo teto de gastos, a equipe econômica do governo pretende aproveitar-se do desastre anunciado para livrar-se de diversas obrigações constitucionais que im-

pedem um corte maior de despesas, como a correção do salário mínimo pela inflação e a vinculação de receitas para a saúde e a educação. Como destacaram os autores do artigo intitulado “Por que cortar gastos não é solução para o Brasil ter crescimento vigoroso”, publicado nesta Folha, um ajuste fiscal focado em gastos e benefícios sociais reduz justamente a dimensão redistributiva do Estado brasileiro. Em vez de trabalhar para eliminar o caráter regressivo da tributação, o plano da equipe econômica parece ser o de tornar o Estado brasileiro concentrador de renda em seu conjunto por meio da “desvinculação, desobrigação e desindexação” de despesas. (...) Como mostram os pesquisadores Fernando Gaiger Silveira, Fernando Rezende, José Roberto Afonso e Jhonatan Pereira no Working Paper n. 115 do International Policy Center for Inclusive Growth, os benefícios sociais reduzem a desigualdade de renda no Brasil —medida pelo índice de Gini— em 5,5%. Já os gastos sociais com saúde e educação reduziriam essa medida em 18%. Os autores mostram ainda que o efeito redutor de desigualdades dessas despesas aumentou entre as Pesquisas de Orçamento Familiar de 2003 e a última do IBGE, de 2009, sobretudo por conta da expansão do gasto nessas áreas ao longo dos anos 2000. Em 2003, o efeito negativo sobre o índice de Gini era de só 2,4% no caso de benefícios sociais e 13,1% para gastos em saúde e educação.(...) A redução de desigualdade gerada pelos gastos e benefícios sociais em seu conjunto em 2009 —ainda que com exceções que incluem, por exemplo, as despesas previdenciárias do regime próprio de servidores públicos— foi bem maior do que o necessário para compensar o aumento de desigualdade gerado por nosso sistema tributário, por exemplo. Isso porque os tributos indiretos sobre o consumo e a produção, que atingem uma proporção maior da renda dos mais pobres, aumentam a desigualdade em 3,5%, enquanto os impostos diretos, sobre a renda e o patrimônio, a reduzem em 2,6%. Além disso, parar de corrigir o salário mínimo pela inflação, deixando-o perder valor real, não afeta apenas o piso de diversos benefícios sociais destinados aos mais pobres, mas também o piso salarial do mercado formal de trabalho. A tese de doutorado de Bruno Komatsu, orientada por Naercio Menezes Filho, estima que entre 2007 e 2011, 68,6% da redução na desigualdade salarial entre homens deveu-se a aumentos do salário mínimo.(...) Por fim, em meio à recuperação mais lenta da história das crises, a adoção de medidas que ampliam nossas abissais desigualdades afasta também qualquer possibilidade de retomada mais rápida da economia. Afinal, os mais pobres consomem uma parcela muito maior de sua renda do que os mais ricos, fazendo com que cada real tributado no topo da distribuição e transferido para a base por meio de benefícios sociais tenha um efeito multiplicador sobre a renda e o emprego. Com as taxas de juros mais baixas, não faltam agendas alternativas compatíveis com a estabilidade da razão dívida-PIB no curto prazo, que reduzem desigualdades e estimulam o crescimento. Quando escolhe a via dos cortes de gastos e benefícios sociais, a equipe econômica deixa muito claro a que veio: atender os interesses do topo de nossa pirâmide distributiva” (Folha, 19/09/2019).

5-6-EM DEFESA DAS ESTATAIS – PETROBRAS, ELETOBRAS, BANCO DO BRASIL, CAIXA, BNDES, CORREIOS, ESTATAIS ESTADUAIS E OUTRAS – E DA SOBERANIA NACIONAL.

As empresas estatais são em diversos países, como o Brasil, fruto de lutas nacionalistas do povo. A Petrobras foi criada com um grande movimento popular “O petróleo é nosso!”. A presença estatal na área petrolífera não é só no Brasil, mas em quase todo o mundo. O sociólogo, Marcelo Zero, especialista na questão petrolífera, pergunta: “Qual é a maior empresa de petróleo do mundo? A Exxon? A Shell? A Chevron? A BP? Nenhuma delas. As maiores empresas de petróleo e gás do mundo são estatais - as chamadas national oil companies (NOCs). Entre elas, estão a Saudi Aramco (Arábia Saudita), a NIOC (Irã), a KPC (Kuwait), a ADNOC (Abu Dhabi), a Gazprom (Rússia), a CNPC (China), a PDVSA (Venezuela), a Statoil (Noruega), a Petronas (Malásia), a NNPC (Nigéria), a Sonangol (Angola), a Pemex (México) e a Petrobras. Numa estimativa conservadora, feita em 2008, antes do pré-sal ser bem conhecido, as NOCs já dominavam 73% das reservas provadas de petróleo do mundo e respondiam por 61% da produção de óleo. Segundo a Agência Internacional de Energia, a tendência é a de que as NOCs sejam responsáveis por 80% da produção adicional de petróleo e gás até 2030, pois elas dominam as reservas. Nem sempre foi assim. Até 1970, as chamadas international oil companies (IOCs), as grandes multinacionais, as Sete Irmãs, dominavam inteiramente 85% das reservas mundiais de petróleo. Outros 14% das jazidas eram dominados por empresas privadas menores e as NOCs tinham acesso a apenas 1% das reservas. As estatais que existiam na época, como a YPF (Argentina) a Pemex (México), a Petrobras e a PDVSA, não tinham a menor influência real nesse mercado. As IOCs faziam o que bem entendiam. Ditavam a produção e o preço do petróleo e derivados no mundo, sempre com a perspectiva de curto prazo de obter o maior lucro possível e remunerar acionistas. Fortemente verticalizadas, as Sete Irmãs se encarregavam da pesquisa, da prospecção, da produção, do refino e da distribuição. Conteúdo nacional? Só o suor de trabalhadores locais de baixa qualificação. Tudo isso começou a mudar ao final da década de 1960”. O nacionalismo árabe, de inspiração nasserista, incitou uma onda de nacionalização do petróleo, que se iniciou na Argélia, em 1967, e na Líbia de Khadafi (o ódio do Ocidente a Khadafi não era gratuito), em 1969 e 1970. Tal onda nacionalizante se estendeu rapidamente por todo o Oriente Médio, no início da década de 1970. Governos nacionalizaram jazidas e expropriaram ativos das multinacionais para criar as suas próprias companhias de petróleo. Em 1972, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Iraque, onde estavam as principais reservas mundiais, já tinham iniciado esses processos. Isso mudou inteiramente o mercado do petróleo”.(Brasil Debate, 06/07/2015) (...) Também no setor de energia hidroelétrica, a presença estatal é muito significativa, como afirma Ildo Sauer: “Nenhum país do mundo, usando sistema hidráulico de usinas, as privatizou. Na China, detentora da maior produção, o sistema é completamente estatal. Nos Estados Unidos, a meca do capitalismo, são mantidas sob o controle público, por meio da Tennessee Valley Authority (uma corporação de propriedade federal). Lá,

com a quebra da Bolsa em 29, o investimento massivo em infraestrutura resgatou o sudeste norte-americano da miséria". (Jornal da USP, 25/09/2019). A Eletrobras tem 47 usinas hidroelétricas, 114 térmicas e 69 eólicas, com capacidade de 47.000 MW, o que a faz provavelmente a maior geradora de energia elétrica do planeta. É uma empresa tão estratégica quanto a Petrobras. A Eletrobras está sendo construída desde 1953 e exigiu investimentos calculados em R\$ 400 bilhões do povo brasileiro. Além da capacidade geradora, que equivale a meia Itaipu, a Eletrobras controla linhas de transmissão, seis distribuidoras e a Eletronuclear, empresa estratégica que detém as únicas usinas nucleares brasileiras.

Privatização das estatais não resolve nenhum dos problemas brasileiros, pelo contrário agrava-os. As privatizações não resolvem nenhum dos problemas do Brasil: a) as empresas, por vícios da privatização e pela desvalorização em que se encontram, estão sendo vendidas muito baratas. Veja o caso da Eletrobras, que está sendo avaliada em R\$ 12 bilhões, o que poderá passar à iniciativa privada ativos gigantescos: a empresa tem 47 usinas hidroelétricas, 114 térmicas e 69 eólicas, com capacidade de 47.000 MW, o que a faz provavelmente a maior geradora de energia elétrica do planeta; além da capacidade geradora, que equivale a meia Itaipu, a Eletrobras controla linhas de transmissão, seis distribuidoras e a Eletronuclear, empresa estratégica que detém as únicas usinas nucleares brasileiras; b) os recursos arrecadados com as privatizações são pífios, sendo, no caso da venda da Eletrobras o valor é de R\$ 12 bilhões, recursos que serão esterilizados com o pagamento dos juros indecentes da dívida pública (os valores arrecadados com o leilão quitarão ridículos 11 dias de juros da dívida); c) assim como em outros países, diversos segmentos da economia têm participação expressiva do governo, porque são investimentos sensíveis, de valores muito expressivos e de longa maturação; d) o Brasil está desnacionalizando sua economia (chineses, estadunidenses e outros estão comprando tudo), sendo que no setor de serviços isto é ainda mais grave, porque não traz dólares de exportação para o Brasil, mas gera enormes remessas de lucros pelas empresas, mais um fator de desequilíbrio das contas externas (entrada menos saídas de dólares); e) com as privatizações, muitas riquezas deixam de ter destinação social e se transformam em fonte de superlucros para o capital e, no setor de serviços, implicarão em fortes aumentos dos preços para os consumidores; f) as privatizações não ampliam a capacidade produtiva, apenas transferem ao setor privado capacidade já instalada. Com Temer e Bolsonaro o Brasil está à venda. Vamos continuar a resistência contra as reformas neoliberais e a venda do patrimônio público e acumular politicamente com manifestações de rua e preparação para as disputas eleitorais dos próximos anos.

5-7-A ESQUERDA PODE PARTICIPAR DE FRENTE DEMOCRÁTICA E POPULAR E DE FRENTE DEMOCRÁTICA AMPLA; FRENTE DEVE SER CONSTRUÍDA, NÃO DE CIMA PARA BAIXO, MAS NA AÇÃO POLÍTICA CONCRETA NO PARLAMENTO E NAS RUAS; "LULA

LIVRE!” É PARTE INTEGRANTE FUNDAMENTAL DA LUTA DEMOCRÁTICA NO BRASIL. Nos

últimos meses, desde a eleição de Bolsonaro, se discute no Brasil a constituição e frentes políticas para colocar limites e derrotar o governo. Uns priorizam frentes democrática amplas outros querem uma frente democrática e popular. Os dois tipos de frentes são necessários, como indica corretamente Aldo Fornazieri. Mas frentes políticas, como defende Wanderley Guilherme dos Santos, não devem resultar de alianças de cima para baixo, mas devem ser construídas concretamente no Parlamento e nas ruas. E com Fernando Brito, um brizolista histórico, concordamos que “a exclusão de Lula é e será, enquanto persistir, um bloqueio ao retorno do Brasil à normalidade”.

Aldo Fornazieri considera um caminho correto a constituição de duas frentes: uma democrática e popular e outra democrática mais ampla. Escreveu

Aldo Fornazieri: “Nos últimos dias, duas teses começaram a se opor nas discussões no âmbito dos partidos e militantes de esquerda: construir uma frente democrática ampla ou uma frente democrática e popular. Na primeira frente participariam, além dos partidos e movimentos progressistas e de esquerda, setores partidos democráticos de centro. Na segunda frente, participariam os partidos de esquerda e setores progressistas da sociedade e da intelectualidade. A oposição entre as duas teses é falsa e o apego formal à palavra “frente” pode conduzir a equívocos, pois o mais importante, para além da palavra, consiste em compreender na natureza da conjuntura e da luta política e definir uma plataforma de lutas que seja capaz de enfrentar os desafios do presente e de construir um caminho de mudanças orientado para o futuro. Aqueles que opõem as duas teses, as duas frentes, parecem confundir tática e estratégia num único conceito. Ligeiramente, pode-se definir estratégia como o conjunto de medidas, proposições, programas, ações e esforços orientados para alcançar a vitória e/ou conquistar o poder. Já a tática diz respeito ao conjunto de ações, mobilizações e esforços circunstanciais, orientados para obter êxitos parciais ou pontuais visando conferir eficácia à estratégia.(...) Em primeiro lugar, parece evidente que, hoje, os partidos de esquerda em geral ou cada um em particular não têm estratégia clara. Sem uma estratégia clara a tendência consiste em operar no erro e na defensiva. Em segundo lugar, se houvesse uma estratégia definida, as esquerdas poderiam definir seus movimentos e suas ações táticas de forma mais assertiva. Assim, em face da falsa oposição entre as duas frentes, a questão a ser respondida é a seguinte: o governo Bolsonaro impôs ou não um agravo às parcas conquistas democráticas que vinham se configurando a partir da Constituição de 1988? Parece não haver dúvida de que todo o processo do golpe, envolvendo, inclusive, a prisão de Lula, e de que as ações do governo Bolsonaro vêm agredindo a democracia, o Estado de Direito e a Constituição. Então, há um problema democrático a ser enfrentado na atual conjuntura. Se há este problema, é responsabilidade das esquerdas e dos progressistas agir taticamente para enfrenta-lo, defendendo a democracia, o Estado de Direito e a Constituição. Para isto é necessário aglutinar o mais amplo espectro de forças democráticas em torno desses eixos, inclusive forças de centro, inclusive forças que não se dispõem em levantar a consigna do “Lula Livre”, mesmo sabendo

que a luta pela liberdade de Lula é uma das questões democráticas mais importantes nesse momento. É preciso compreender que algumas forças participarão de algumas lutas democráticas e de outras não. O mais importante é que cada força defina sua plataforma, seu programa de lutas e que a unidade se construa a partir das lutas concretas. Não são frentes abstratas que construirão a unidade progressista e das esquerdas ou a unidade dos democratas. São as lutas que devem construir as frentes. As esquerdas querem priorizar as formas das frentes em detrimento da substância das lutas. São as lutas concretas que devem presidir a construção das formas. É a natureza das lutas que definirá a natureza das formas e não o contrário. A luta pela democracia, pelo Estado de Direito, pela Constituição, pela educação, pela pesquisa científica, pela defesa da Amazônia e do meio ambiente comporta frentes políticas e sociais amplas. Já a luta pela moradia, pelo emprego, pelos direitos sociais, pelos salários, pela saúde, pela igualdade, pela justiça tributária, formará frentes com caráter mais democrático e popular. A luta pela soberania e pelos interesses nacionais poderá agregar setores que não estão nas outras frentes. Em se tratando de eleições, as frentes assumem outras configurações”(Jornal GGN – 17/09/2019).

Wanderley Guilherme dos Santos afirma que frentes democráticas devem se estruturar a partir da ação política concreta no Parlamento e nas ruas.

Wanderley Guilherme minimizou a importância de frentes democráticas como a do movimento chamado “Direitos Já!”: “Quanto às frentes, eu particularmente não creio muito na eficácia de frentes burocraticamente formadas. Certamente, essa frente ampla a que você se refere inclui personalidades que desejam ver uma contenção do caráter autoritário, expansivo, demagógico e antipopular do atual governo. Portanto, essas personalidades e instituições estão unidas por posições democráticas respeitadas das instituições e dos direitos das pessoas. A frente relevante ocorre [porém] dentro do legislativo e em manifestações que sejam eventualmente convocadas e das quais as pessoas participem. Evidentemente que a intenção de dialogar é uma coisa bem vista. Não seria eu a condenar um encontro de pessoas que tratam de coisas favoráveis à democracia. Apenas como estratégia de ação, acho que mais eficaz é o que acontece na prática. Assim, frente esquerda ou frente ampla, ótimo que se reúnam! Que se traduzam em comportamentos onde for possível. Isso é minha expectativa e meu voto”(O Cafezinho, 20/09/2019).(...) Logo após as eleições, Wanderley Guilherme defendeu a constituição de uma Frente Democrática apartidária: “Só uma frente apartidária conterà o governo de ocupação. As estruturas partidárias estão destruídas do ponto de vista do crédito. É urgente e importante que se crie uma instância extrapartidária, civil, para se contrapor a um governo de ocupação, capaz de ir englobando pessoas e não instituições. Incluiria toda a oposição, mas não como representantes dos partidos, como pessoas, a integrar uma instituição civil não partidária. E tem que trazer o PSDB. Uma grande frente anti-governo de ocupação que englobe todos os derrotados nessa eleição. Não é uma frente partidária e ninguém entra partidariamente. E tem instâncias nacionais e locais. (...) Quais seriam os pressupostos dessa frente? A defesa da democracia. O país não é fascista.

Pode ser conservador e ter um conceito limitado de democracia, mas fascista não é. Vamos ter muitos motivos de continuada intranquilidade social. Esta eleição não vai acabar. Agora é que vai começar porque os conflitos não vão ser resolvidos. Não tem nada que permita antecipar que essa polarização vá diminuir. Muito pelo contrário. Por isso é preciso tentar retomar um modo de interpretação da legislação coercitiva que já existe e que vai ser usada na sua literalidade. Por isso é importante a pressão sobre o Supremo Tribunal Federal. O histórico recente não autoriza otimismo, mas o Supremo, como instituição, não tem caráter, é suscetível a pressões. Por isso é importante que haja essas pressões sobre nomes do Supremo e de outras instâncias para que chamem a ordem. Dentro de lugar nenhum vai acontecer nada sem pressão. Conto com a imprensa. (...) As coisas não são inamovíveis e invencíveis. Essa era vai ser longa? Em princípio, sim, mas pode não ser. Não sei se o governo Bolsonaro termina". (...) Tivemos no Brasil, recentemente, dois momentos que podem servir como referência política e organizativa para a Frente Democrática que queremos construir: as manifestações vinculadas ao #EleNão, no final do primeiro turno, e #ViraVoto no final do segundo turno; e o movimento de massas dos primeiros meses de 2019 em torno da defesa da educação e contra a reforma da previdência.

Fernando Brito: a exclusão de Lula do processo político é e será, enquanto persistir, um bloqueio ao retorno do Brasil à normalidade.

Fernando Brito é um brizolista histórico e um defensor do "Lula Livre". Disse ele em artigo recente: "Causou rebulição o artigo do sociólogo – notoriamente antipetista e antilulista – Demétrio Magnoli, na Folha, pedindo que Lula seja libertado e submetido a um novo julgamento, diante das ilegalidades apontadas nos processos de Curitiba. Disse Magnoli: 'Lula livre, não por ele ou pelo PT, mas em defesa de um precioso bem público, de todos nós, ao qual tantos brasileiros pobres precisam ter acesso: o Estado de Direito. Que o ex-presidente seja processado novamente, segundo os ritos legais, e julgado por magistrados sem partido'. Evidente que não se pretende que ele mude seus pensamentos sobre Lula ou o PT. Chegamos a um ponto no Brasil que, com toda a sinceridade, a direita legalista – veja-se Reinaldo Azevedo – é muito mais importante para a democracia que certa soi-disant esquerda 'de ressalvas', que não compreende que a exclusão de Lula do processo político é e será, enquanto persistir, um bloqueio ao retorno do Brasil à normalidade. Refiro-me aos que acham que acham que Lula, libertado, não possa ou não deva ser candidato à Presidência da República, como fazem Ciro Gomes, abertamente, e o governador Rui Costa, do PT baiano, de forma mais velada. (...) Não me cabe aqui dar conselhos ao PDT e ao PT: a vida interna dos partidos é reservada aos seus membros e eles são legítimos para tomarem suas decisões de forma autônoma. Muito menos em criticar quem deseje ser candidato. Mas o processo social não é privilégio de partido político ou de ambições pessoais: é o terreno das massas, de seus sentimentos, símbolos, referências e esperanças. Quando se frauda, mesmo involuntariamente, o curso natural deste processo, o resultado é um desastre, como foi um desastre não ter havido a volta de Lula ao governo em 2014. Isso custou caro ao Brasil e ao povo brasileiro.

(...) Brizola, com as suas metáforas campesinas, dizia que eleição não é corrida de cavalos, onde se escolhe colocar o ginete na pista ou não, dependendo de como o páreo se apresente. Candidatura popular é fruto do processo social e, depois de meia década em que Lula foi o alvo do mais intenso e cruel processo de destruição política das últimas décadas – que, aliás, não conseguiram consumir completamente – não há outro caminho natural senão o de sua candidatura a Presidente, se e quando ela voltar a ser juridicamente viável. Porque politicamente ela jamais deixou de ser. Ele é o símbolo, a referência, para voltar a citar Brizola, do ‘não rotundo’ a tudo o que de golpista, policialesco, recessivo e excludente que se desenvolveu na política em nosso país. Não é uma questão de preferi-lo, pessoalmente, de não enxergar erros e desvios no PT ou de considerar que se poderia, com outro nome, evitar incompreensões, superar frustrações ou agregar mais este ou aquele partido, embora tudo isso seja importante. É que ele tem a carga de história, de povo, de entranhas e, até, de martírio que são capazes de galvanizar o sentimento popular. Isso não é ser fiel a Lula, é ser fiel ao povo brasileiro nas suas camadas mais profundas. Lula só não deve ser e não será candidato se de novo o impedirem ou se não tiver condições físicas para isso, embora a lenda sobre o unificador dos reinos da Espanha conte que El Cid Campeador, já morto, foi posto sobre um cavalo, com sua espada, e apenas ter a sua visão animou os defensores de Valência a expulsarem as tropas mouros. Ou será que não compreendem o ‘cuidado’ em prendê-lo antes do processo eleitoral, de proibirem-no de aparecer ao lado de Haddad e até de dar uma simples entrevista, tudo isso não foi decisivo no ano passado? Pretender outras candidaturas no campo popular, embora seja direito de qualquer um, não corresponde ao processo social e, portanto, não deixa que o rumor subterrâneo que há na alma dos brasileiros brote com o vigor necessário. E tenho muito mais identidade com os conservadores e liberais que o querem derrotar nas urnas o que daqueles que usam sua prisão e impedimento como artimanha para suas ambições eleitorais (Tijolaco, 21/09/2019).

5-8-A ESQUERDA DEVE DEFENDER UM MAIOR EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS NÃO É PARA SE SUBMETER AOS BANCOS, PELO CONTRÁRIO É PARA TER MAIOR INDEPENDÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA; ESTABILIDADE ECONÔMICA É FUNDAMENTAL PARA OS GOVERNOS DE ESQUERDA; GASTOS PÚBLICOS PRECISAM SE ESTABILIZAR ENQUANTO PROPORÇÃO DO PIB, INCLUSIVE E PRINCIPALMENTE, OS GASTOS FINANCEIROS.

Mangabeira Unger, ex-ministro de Dilma, defende “o equilíbrio fiscal não para homenagear os interesses financeiros, mas para ter autonomia estratégica”. O vice-presidente da Bolívia, Álvaro Linera, um dos principais formuladores da esquerda latino-americana afirma que se um país perde a estabilidade econômica, os governos de esquerda são derrotados: “Todo processo de transformação gera uma reação, é uma lei sociológica. Um estrategista político tem de pensar em como impedir que essa reação de rejeição de um setor chegue a extremos, e que se expresse de modo racista e desagregador. É preciso impedir que isso se apodere

do senso comum da sociedade. Há duas chaves para evitar que setores reacionários, que se viram invadidos pela plebe, não irradiem uma reação conservadora que atinja um caráter popular, como acaba de acontecer no Brasil.(...) A primeira é a estabilidade econômica. Quando setores populares sobem, precisam ter garantia de que há estabilidade e continuidade na ascensão. Se isso não ocorre, esses setores podem se acoplar ideologicamente ao sentimento conservador que predomina na classe média. Isso só se alcança se as pessoas que saíram da pobreza têm certeza de que não haverá retrocesso. Um governo progressista que logra avanços não pode seguir falando com esse setor na linguagem reivindicativa de antes. O discurso e as decisões políticas têm de apontar um futuro. Só assim essas pessoas continuarão apoiando o governo. Isso não parece ter ocorrido no Brasil. Além disso, a economia estancou, truncando a mobilidade social. Nesse ambiente, é natural que as novas classes médias, que se beneficiaram do processo progressista, se voltem contra suas próprias decisões"(...) A segunda chave é o sentido comum. Ondas progressistas chegam com uma narrativa, um conjunto de preceitos morais que removem uma parte do sentido comum acumulado por décadas. Se há uma grave crise econômica ou uma frustração coletiva, o sentido comum transformado volta a ser engolido pelo sentido comum de antes. Se um movimento progressista não tem capacidade de seguir irradiando um novo sentido comum - isso se faz criando uma nova cultura, mais solidária e afinada na auto-organização coletiva, passará a ser ameaçado pelo velho sentido, reacionário. Quando os sociólogos se perguntam por que as classes médias fruto dos processos progressistas agora se voltam contra eles, é por isso" (Folha, 21/11/2018).

Governos do PT constituíram um colchão de US\$ 370 bilhões de reservas em dólares, o que garantiu autonomia do Brasil em relação ao FMI; equilíbrio da contas públicas é necessário para garantir esta mesma autonomia em relação ao mercado financeiro do país. Os governos do PT mostraram que

a melhor maneira de um país ganhar independência e autonomia em sua política econômica é manter um nível de endividamento que impeça a chantagem dos bancos. Veja a situação das contas externas do Brasil. A principal âncora da economia brasileira é as reservas em dólares, constituída basicamente nos governos do PT, atualmente de US\$ 375 bilhões (R\$ 1,515 trilhão). A economia brasileira passa por enormes dificuldades, mas um país que tem reservas desta magnitude não corre o risco de quebrar, como aconteceu inúmeras vezes no passado, com o governo tendo que recorrer ao FMI, que passava a ditar, de fora, os rumos da política econômica. Nos governos Lula e Dilma, para blindar a nossa economia contra as crises externas de grande magnitude, o Brasil pagou todas as dívidas junto ao FMI herdadas do governo Fernando Henrique e conseguiu acumular reservas em dólares como nunca antes nesse país. No final do governo Lula, em 2010, as reservas internacionais em dólares eram de US\$ 289 bilhões, e, no governo Dilma, elas atingiram a marca de US\$ 356 bilhões. Com isso, crises de grande magnitude, como a de 2008/2009, encontraram uma economia mais robusta aos abalos na economia internacional. Com isso, Lula e Dilma não tiveram que recorrer ao FMI e a organismos financeiros

internacionais, como aconteceu inúmeras vezes no passado. Nos governos petistas realizamos uma antiga bandeira da esquerda das décadas de 1980 e 1990: “Fora daqui o FMI”. Todos os economistas de esquerda reconhecem a importância estratégica para o Brasil das reservas cambiais, atualmente de US\$ 375 bilhões, que deixam o nosso país menos vulnerável aos abalos na economia internacional. Até mesmo um importante economista tucano, José Roberto Afonso, reconhece isto, ao afirmar que, quando o dólar dispara, quem tem robustas reservas em dólar tem reflexos positivos no endividamento em reais. Disse José Roberto Afonso: “O que dá para chorar, dá para rir. A disparada do dólar provoca inflação. Só que o governo federal hoje tem mais reservas em caixa do que dívidas em dólar. Logo, quanto o dólar dispara, a dívida pública cai”. (...) “Ao menos para as contas públicas, o dólar virou uma bênção, por ironia ou por paradoxo”. (O Globo, 22/06/2013). O Brasil precisa também garantir um maior equilíbrio das contas públicas para ganhar maior autonomia de sua política econômica em relação ao mercado financeiro.

O Brasil precisa caminhar no sentido de um maior equilíbrio fiscal, que estabilize os gastos enquanto proporção do PIB, inclusive e principalmente, os gastos financeiros com a dívida pública. O equilíbrio das contas públicas não pode se resumir a cortes de gastos públicos, especialmente nas políticas sociais. Para equilibrar as contas públicas, estabilizar a dívida enquanto proporção do PIB é preciso a adoção de um mix de políticas econômicas e fiscais. Não temos no Brasil um sistema transparente de prestação de contas das finanças públicas. Dizem que o rombo das contas públicas (receitas menos despesas) é de R\$ 119 bilhões em um ano. Não é verdade. Se fosse neste valor apenas (1,78% do PIB - Produto Interno Bruto), seria perfeitamente administrável. Acontece que a maior parte do rombo fiscal, que faz explodir a dívida pública, não é divulgado. Trata-se dos gastos públicos com pagamento dos juros da dívida, de estratosféricos R\$ 381 bilhões em um ano (5,73% do PIB), o que eleva o déficit para explosivos 7,51% do PIB, um dos maiores do mundo. A mesma mídia que fala todo dia dos gastos da Previdência nada diz sobre esta ‘cratera’ que os juros indecentes fazem nas finanças públicas (...) Vivemos uma situação complicada na economia brasileira e, para o povo não pagar o pato sozinho, como vem acontecendo, é preciso mexer nos interesses dos poderosos. Não podemos fixar o crescimento das despesas públicas em 4,4% para este ano, mantendo os juros nominais e reais muito acima deste percentual, o que é alto mas é uma pequena proporção do cobrado de pessoas físicas e empresas em empréstimos privados. Isto é uma aberração mundial, o que coloca o Brasil como um campeão mundial de juros reais (percentual acima da inflação). Os juros precisam ser limitados ao crescimento da economia e assim se não houver déficit primário (receitas menos despesas com as políticas públicas) a dívida pública se estabiliza enquanto proporção do PIB, mesmo sem superávit primário. Juros mais baixos, em linha com o mundo, reduzem fortemente os gastos com a manutenção das reservas em dólares, já que os rendimentos baixos que elas têm ficam mais próximos dos juros pagos pelo governo. Não se pode mais manter o mais injusto sistema tributário do mundo, onde

71.000 milionários recebem anualmente R\$ 300 bilhões a título de lucros e dividendos, valor sobre o qual pagam ZERO de imposto de renda. É preciso combater a sonegação e isenção de impostos, como, por exemplo, em relação aos grandes produtores rurais, que recebem enormes subsídios públicos e praticamente não pagam impostos (previdência, ITR, ICMS sobre exportações), e rever isenções fiscais que não se justificam. Defendemos a revogação da reforma trabalhista e da terceirização, que reduzem os salários dos trabalhadores e têm efeitos dramáticos na arrecadação da Previdência, pois precarizam o trabalho com contratos intermitentes, contratos de autônomo e a “pejotização” do trabalho. Isto precisa ser denunciado como uma crenitice, porque falam do crescimento do ‘rombo’ da Previdência, mas fazem a reforma trabalhista, que terá efeitos dramáticos sobre a receita previdenciária. E, finalmente, mesmo em um cenário de grandes dificuldades, o Brasil precisa apostar na retomada do crescimento, que melhora a vida do povo com mais emprego e renda e traz a recuperação das receitas públicas com mais atividade econômica.

Marília Campos, enquanto prefeita, realizou um enorme ajuste fiscal em Contagem; dívida pública de recuou de 126% para apenas 47% da receita corrente líquida sem prejudicar as políticas públicas. Trata-se de caso específico de uma grande cidade brasileira, que é Contagem, mas temos lições a serem socializadas na esquerda. O governo do PT não centrou o ajuste fiscal no corte de gastos apenas; adotou um grande mix de políticas econômicas e fiscais para fazer uma grande arrumação nas finanças da cidade. Claro que a gestão petista foi favorecida pelos governos Lula e Dilma, que tiveram um grande crescimento econômico e um aumento expressivo dos investimentos públicos. Mas o ajuste fiscal local não se resumiu ao aumento das transferências resultado do crescimento da economia, até porque a principal receita de transferência – o ICMS – teve um desempenho abaixo do crescimento das receitas em geral, devido à perda de representatividade deste imposto na carga tributária e a menor participação na receita de Contagem (o VAF de Contagem já foi de 9% e recuou para 5%, mantendo-se estável neste patamar no governo petista). Marília aproveitou o bom momento econômico e realizou um ajuste fiscal na “bonança”, o que não é muito comum no Brasil; sendo os ajustes feitos, em geral, nos momentos de grandes dificuldades fiscais. Para compensar as perdas das transferências, o ajuste fiscal priorizou a ampliação da receita própria do município (IPTU, ISSQN, ITBI, TAXAS, etc), ficando a cidade menos dependente das receitas de transferências, o que garantiu o selo de “Boa Gestão Fiscal”, que permanece, é preciso reconhecer, até os dias atuais. Mas a situação fiscal de Contagem melhorou também por outras razões. A Prefeitura adotou uma posição mais severa na cobrança da Dívida Ativa, que, além de ampliar as receitas, significou um desincentivo ao atraso e sonegação de impostos. Aconteceu uma redução de despesas com a estadualização do ensino médio, garantindo-se as terminalidades; reconhecido o direito adquirido, foi colocado um fim no apostilamento. Contagem realizou concursos públicos massivos, que melhoraram os serviços públicos e trouxeram receitas expressivas para a previdência municipal a qual são vinculados os servidores efetivos; além

disso foi realizada uma compensação financeira com o INSS dos períodos averbados de servidores referentes ao tempo de trabalho privado. Como Contagem estava acima dos limites de endividamento da Lei Fiscal, a administração petista conseguiu recursos expressivos do governo federal, referentes ao PAC, a fundo perdido através do Orçamento Geral da União – OGU; além disso muitos investimentos foram conseguidos e/ou continuados com o governo estadual tucano, principalmente através da Copasa. Como a economia estava “bombando”, administração municipal conseguiu investimentos expressivos de empresas do setor privado, como contrapartida de “impacto urbano e ambiental”, em escolas infantis, postos de saúde, obras viárias, parques e praças, dentre outros.

André Lara Resende questiona duramente os juros elevados nos 20 anos de Plano Real.

André Lara Resende, um dos economistas do Plano Real, questionou o consenso conservador, em artigo de 2017: “Desde a estabilização da inflação crônica, com o Real – e já se vão mais de 20 anos -, a taxa básica de juros no Brasil causa perplexidade entre os analistas. Por que tão alta? Inúmeras explicações foram ensaiadas, como distorções, psicológicas e institucionais associadas ao longo período de inflação crônica com indexação; baixa poupança e alta propensão ao consumo, tanto pública como privada; ineficácia da política monetária, entre outras. Embora todas façam sentido e possam, no seu conjunto, ajudar a entender por que os juros são tão altos, nenhuma delas foi capaz de dar uma resposta convincente e definitiva para a questão. As altíssimas taxas brasileiras ficaram ainda mais difíceis de serem explicadas diante da profunda recessão dos últimos dois anos. Como é possível que depois de dois anos seguidos de queda do PIB, de aumento do desemprego, que já passa de 12% da força de trabalho, a taxa de juro no Brasil continue tão alta, enquanto no mundo desenvolvido os juros estão excepcionalmente baixos? Há quase uma década, nos Estados Unidos e na Europa, e há três décadas no Japão, os juros estão muito próximos de zero, ou até mesmo negativos, mas no Brasil a taxa nominal é de dois dígitos e a taxa real continua acima de 7% ao ano. Quando o país passa por um delicado momento político e pela sua mais séria recessão em décadas, vale a pena acompanhar, sem ideias preconcebidas, a discussão na fronteira da teoria macroeconômica. O custo do conservadorismo intelectual nas questões monetárias, durante as quatro décadas de inflação crônica do século passado, já foi alto demais” (Valor Econômico, 03/01/2017). Não se tem dúvida de que os juros são altos no Brasil não porque a dívida é alta; ao contrário, são os juros estratosféricos que colocaram o Brasil em uma escalada de endividamento que está ficando sem controle.

Valor Econômico: banqueiros fecharam posição pelo impeachment de Dilma quando o governo fixou os juros reais em 1,39%, no final de 2102, o menor da história brasileira.

O jornal Valor Econômico, de 15/04/2016, numa longa reportagem de seis páginas do caderno EU&FIM DE SEMANA, de Denise Neumann, contou os bastidores empresariais do golpe contra Dilma Rousseff, iniciado de forma mais articulada e decisiva a partir de 2012/2013. Um dos depoimentos colhi-

dos de uma grande empresária: “Os empresários se voltam contra o governo quando acaba o dinheiro. Isso não é ideológico. Eles mudam mesmo de lado quando acabam as benesses. Simples assim. A Dilma assinou o seu destino quando quis reduzir os juros e o spread bancário. Foi ali que começou. A indústria já estava sofrendo, mas é quando ela mexe com os bancos que a campanha contra ela começa’, avalia uma empresária”. Golpearam a democracia e ainda debocham: “Simples, assim”. (...) O jornal descreve as fontes da reportagem: “Sete empresários da indústria e da infraestrutura e cinco analistas econômicos e políticos conversaram com o Valor ao longo das duas últimas semanas para traçar o cenário de quando, como e por que se deu a mudança da posição dos empresários em relação ao governo petista. ‘Dilma jamais angariou a simpatia do empresariado’, resume um industrial”. Os depoimentos foram dados sob a condição de anonimato.(...) Não foi a corrupção, foram os juros, estúpido! O que derrubou Dilma não foi a corrupção. Parafraseando James Carville, marqueteiro dos EUA, o que derrubou a Dilma, foram os juros, estúpido! É isto o que diz a reportagem do jornal Valor Econômico: “A corrupção aparece entre as críticas dos empresários, mas não como uma marca da presidente. Ela é vista como honesta, mas eles acham que seu erro foi ser complacente com os desmandos feitos na Petrobras”.(...) “Embora a personalidade de Dilma tenha contribuído para o distanciamento, são nas ações do governo que os empresários identificam momentos decisivos para o ‘divórcio’. O primeiro foi a campanha pela redução do spread bancário e o corte acentuado da taxa Selic, que entre agosto de 2011 e outubro de 2012 recuou expressivos 5,25 pontos percentuais. Enquanto os juros caíam, a aprovação da presidente subia - foi de 48% de ótimo e bom para 64% ao longo desse período”.(...) “Os empresários se voltam contra o governo quando acaba o dinheiro. Isso não é ideológico. Eles mudam mesmo de lado quando acabam as benesses. Simples assim. A Dilma assinou o seu destino quando quis reduzir os juros e o spread bancário. Foi ali que começou. A indústria já estava sofrendo, mas é quando ela mexe com os bancos que a campanha contra ela começa’, avalia uma empresária”. (...) Até mesmo homens experientes, como Mino Carta, da Carta Capital, expressa a sua mais completa perplexidade com o isolamento de Dilma na política de redução dos juros. Mino Carta, editor da Carta Capital sempre se destacou com um porta voz de segmentos da indústria. Diz ele em editorial da revista Carta Capital: “Há situações que me causam alguma perplexidade. Durante o governo Lula o empresariado queixava-se dos juros escorchantes, com exceção dos banqueiros, está claro. De sua alegria cuidava o presidente do BC, Henrique Meirelles. Em compensação, o vice-presidente da República, o inesquecível e digníssimo José Alencar, defendia com ardor a demanda dos seus pares. (...) Agora o governo Dilma abaixa os juros, e todos se queixam, em perfeito unísono. Busco uma explicação, embora me tente recorrer a um dos grandes escritores do absurdo, movido pela convicção de que somente eles seriam capazes de explicar o Brasil. Este é um país que consegue viver contradições abissais, a começar pelo seguinte fato: atravessamos no mesmo instante épocas diferentes. A modernidade tecnológica e a Idade Média política e social. (...) No caso

dos juros, os lances mais recentes do governo Dilma revelaram outro fato bastante significativo: muitos brasileiros que se dizem empresários são, de verdade, apenas e tão somente especuladores. Contaminados pelo vírus do neoliberalismo, acertaram sua irredutível preferência pela renda no confronto com a produção, e a baixa dos juros os atinge na parte mais sensível do corpo humano, ou seja, o bolso, como disse há muito tempo o professor Delfim Netto. (...) O governo Dilma dá um passo adiante em relação àquele que o precedeu. Mexe com os interesses do poder real, conforme a opinião de analistas atilados. Ousa o que Lula não ousou. E o balanço da primeira metade do seu mandato há de registrar esse avanço em primeiro lugar”.

5-9-NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS TÊM MUITA COISA EM JOGO: PRINCIPAIS PARTIDOS E LIDERANÇAS QUEREM SE CACIFAR PARA AS DISPUTAS PRESIDENCIAL E DE GOVERNADOR EM 2022; PEQUENOS PARTIDOS OU CRESCEM OU DESAPARECEM COM A CLÁUSULA DE BARREIRA, QUE SERÁ AMPLIADA EM 2022; BOLSONARO DEVERÁ SAIR DERROTADO NAS ELEIÇÕES, MAS NÃO TERÁ UM VENCEDOR CLARO; RESULTADOS VÃO AUMENTAR A FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA.

Muitas pessoas não gostam de realização de eleições no Brasil a cada dois anos e defendem eleições gerais a cada quatro anos. Pelo contrário, consideramos positivas eleições municipais em época diferentes dos demais cargos porque, se juntar tudo, os grandes debates sobre os municípios ficarão em segundo plano nas disputas políticas; e, além disso, eleições mais frequentes dificultam retrocessos ainda maiores, já que os partidos e líderes terão que se submeter com frequência ao escrutínio popular. Nas eleições municipais de 2020, os grandes partidos buscarão se cacifar para as grandes disputas de 2022, com a eleição para presidente, governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais, neste último caso de importância fundamental porque determina o acesso ao rádio e TV e a distribuição do fundo partidário. Já os pequenos partidos ou crescem ou desaparecem com a cláusula de barreira que já está em vigor e que vai aumentar as exigências nos próximos anos. Em 2022, a cláusula de barreira prevê 2% dos votos válidos em um terço das unidades da federação ou 1% em cada uma delas ou eleição de 11 deputados federais em pelo menos um terço das unidades da federação; estas exigências subirão mais em 2026 e, em 2030, teremos uma cláusula de barreira definitiva: 3% dos votos em pelo menos um terço das unidades da federação ou 2% em cada uma delas ou pelo menos 15 deputados federais em pelo menos um terço das unidades da federação.

Teremos em 2020 uma guerra fratricida pela hegemonia na direita; Bolsonaro vai trabalhar nas eleições municipais não necessariamente para ganhar, mas para que Dória e Witzel percam.

As eleições municipais vão marcar uma disputa acirrada pela hegemonia no eleitorado de direita. Fernando Brito analisa o quadro político: “Huck entra no lotado caldeirão da direita. A Folha noticia que o apresentador Luciano Huck “intensificou sua movimentação política nos últimos meses, em sinal de que a candidatura [à Presidência] é uma vontade mais viva

do que nunca". Pode ser verdade, pode ser mentira, como lhe convém manter por enquanto. Até agora, aparentemente quer o papel de "Fernando Henrique de auditório", o de liberal com tinturas sociais, como dizia o pavão-tucano, com um caminhão de prêmios do sabão em pó. O problema é que o caldeirão onde se cozinham as candidaturas da direita está parecendo piscina de clube em dia de sol. Jair Bolsonaro ainda é o "dono do pedaço". João Dória tem um pedaço de São Paulo, estado-chave para candidatos conservadores. Witzel experimenta a tiros a temperatura da água e também habita uma raia essencial para o ex-capitão, o Rio de Janeiro. Pode até perceber que é fundo demais para ele e desistir, cuidando da reeleição. Mas, enchendo a boia do "Podemos", espremido na beira, ainda tem Sérgio Moro... Por enquanto, exceção feita a Bolsonaro, há mais espuma do que água. Não é mal para Huck provocar o bochincho de uma candidatura, porém: é mídia, é status, ajuda nos negócios. Mas se Bolsonaro não sofrer um naufrágio de grandes proporções, é o ex-capitão quem tem tudo para polarizar a eleição, drenando os votos do resto da "turma". Quem ele quer, do outro lado, é quem ele possa chamar de "comunista" (Tijolaço, 21/09/2019).(...) Em outro artigo, Fernando Brito aposta que Bolsonaro vai investir em "candidatos bíblicos", especialmente nas cidades do Rio e São Paulo. Diz ele: "Enxergue mistérios quem quiser, mas parece clara a estratégia de Bolsonaro para enfrentar as eleições municipais do ano que vem: o objetivo essencial é que nem João Dória, em São Paulo, nem Wilson Witzel, no Rio, emplaquem seus candidatos. O primeiro, por ter pretensões presidenciais; o segundo, mesmo as tendo, para não comprometer Milicialand, o território do "chefe". Sabe que isso não virá, necessariamente, do lançamento de uma candidatura do PSL. Mas da aposta nos evangélicos como massa de manobra eleitoral. Alguém acha que Witzel foi gratuito ao dizer, sem ser provocado, que o prefeito Marcelo Crivella fez uma lambança no caso da censura na Bienal do Livro? Ou que Dória cria "datas evangélicas" a três por quatro – "Dia da Oração", "Dia da Escola Bíblica", "Dia da Assembleia de Deus", "Dia da Igreja Sara Nossa Terra" – por inspiração divina? Bolsonaro sabe onde está seu ponto forte e ele não está na classe-média moralista, mas entre os evangélicos, seu ponto forte, onde a reprovação a seu governo – segundo a última pesquisa Datafolha – tem metade dos índices registrados entre a população em geral, consideradas apenas os fiéis de confissões neopentecostais. Não é só o futuro ministro do Supremo Tribunal Federal que terá de ser "terrivelmente evangélico", também os candidatos nas eleições paulistanas e cariocas será assim, preferencialmente. Não para ganhar, mas para que Dória e Witzel percam".(Tijolaço,20/09/2019).(...) O mais provável é que Bolsonaro centralize na presidência o comando das eleições municipais, que assuma o controle das finanças eleitorais; e que, para fechar o cerco às outras lideranças de direita, busque transformar as eleições municipais em um plebiscito de seu governo, tratando como "dissidentes" ou até mesmo "como aliados dos comunistas" as candidaturas vinculadas a Dória, Witzel, Huck. Ao polarizar as eleições, Bolsonaro poderá estreitar o eleitorado, empurrando o eleitorado de centro para a esquerda, e não pautar as agendas municipais, o que levará a candidaturas bem votadas mas

sem capacidade de ampliação no segundo turno. Perderá as eleições nas grandes cidades mas manterá a hegemonia na direita para se manter como uma candidatura competitiva na eleição presidencial de 2022.

É importante uma aliança dos partidos de esquerda e centro esquerda

– PT, PDT, PCdoB, PSOL, PSB -, mas é preciso manter um diálogo com o eleitorado de centro.

Tudo indica que teremos nas eleições municipais de 2020 uma maior unidade da esquerda. PT já definiu pelo apoio a candidaturas do PSOL e PCdoB no Rio de Janeiro, Belém, Porto Alegre, dentre outros municípios; o PSOL tem tido uma postura mais aliancista em diversos municípios e estados; e é possível a construção de candidaturas unitárias em conjunto com o PDT e PSB em diversas cidades, sobretudo do Norte e Nordeste.(...) Mas tudo indica que uma ampla frente de esquerda e de centro esquerda será somente no segundo turno das eleições, como analisa o cientista político Theófilo Rodrigues: “Não obstante os recentes apelos de Flávio Dino, que foram repercutidos por Tarso Genro, Tatiana Roque e Márcia Tiburi, o fato é que uma unidade dos principais partidos da esquerda do espectro político nas eleições municipais de 2020 é ainda muito improvável. O grande obstáculo para essa coalizão não é exatamente programático – não há diferenças irreconciliáveis entre PCdoB, PT, PSB, PDT e PSOL -, mas sim relacionadas às realidades políticas locais. O federalismo do sistema político brasileiro fala alto e a derrota da proposta de verticalização das candidaturas em 2006 foi um sinal disso. Há dois tipos de dinâmicas locais que impedem a consolidação dessa ampla coalizão. Em alguns casos, há cidades em que os partidos são efetivamente adversários uns dos outros. É a situação de Aracaju, Recife e Fortaleza, por exemplo. Em outros, como não há nenhuma força consolidada que seja muito maior que as demais, os partidos são concorrentes na disputa pelo poder. É o que ocorre em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Além disso, há uma variável institucional que influenciará decisivamente as coalizões em 2020. A eleição do ano que vem será a primeira em que não será permitida coligações nas eleições proporcionais. Isso significa que os partidos terão que montar chapas próprias para as Câmaras Municipais. Nesse contexto, uma candidatura própria para a prefeitura pode alavancar a chapa de vereadores. Por essa razão a fragmentação de candidatos a prefeito deve aumentar em 2020”(O Cafezinho, 11/09/2019).(…) É importante a unidade da esquerda e da centro-esquerda no primeiro ou pelo menos no segundo turno, mas não se pode perder de vista que numa eleição majoritária é necessário dialogar com o eleitorado de centro, que acaba sendo decisivo nos resultados eleitorais. Por mais que alguns tentaram não aconteceu a nacionalização das eleições municipais em pleitos anteriores. Os eleitores priorizam a agenda municipal nas questões concretas: saúde, educação, transporte, urbanização, etc. O que poderá acontecer é uma combinação do caráter municipal da eleição com os rumos do Brasil, e, neste caso, é preciso fazer não um debate partidário, mas promover a defesa da democracia, da tolerância política e do respeito às diferenças.

Bolsonaro e o PSL deverão perder as eleições, mas não haverá um vence-

dor claro; resultados irão pulverizar ainda mais o sistema político. Uma das formas de parar o governo Bolsonaro é impor-lhe uma derrota nas eleições municipais de 2020. Tudo indica, que sem políticas que melhorem a vida do povo, Bolsonaro e seus dois partidos de sustentação – PSL e Novo – deverão sofrer uma derrota importante nas eleições de 2020. Mas não será um pá de cal no bolsonarismo por diversas razões: o antipetismo continua ainda muito forte; existe um núcleo duro de apoio a Bolsonaro, de 15% a 20% da população; o PT não tem lideranças competitivas nas principais cidades do Sudeste e do Sul, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas. Segundo dados do GTE do PT, nosso partido só é competitivo em quatro capitais – Fortaleza, Recife, Rio Branco e Manaus, ou seja, nenhuma no Sudeste e Sul; somos competitivos somente em cidades com mais de 200 mil eleitores, provavelmente com candidaturas de ex-prefeitos e ex-candidatos. Ou seja, Bolsonaro deverá perder as eleições municipais de 2020, mas não terá uma vitória clara da esquerda, os resultados deverão aumentar ainda mais a fragmentação partidária; políticos experientes deverão vencer em muitas cidades, mas em outras novos “outsiders” surgirão.(...) Tudo indica que o PT sairá das eleições com resultados melhores do que na última eleição, de 2016, mas ainda muito vulnerável. O PT desabrochou e chegou a presidência da República depois de uma trajetória de acúmulo político nas administrações populares de grandes municípios e alguns governos de Estado. Nosso partido chegou ao poder quando se tornou um ator fundamental nas grandes cidades e foi golpeado quando perdeu o apoio das grandes cidades, sobretudo do Sudeste e do Sul. PT já governou São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Vitória e outras grande cidades do G-92 (cidades com mais de 200 mil eleitores que têm segundo turno). Em 2002 e 2006, Lula conseguiu excelentes resultados nas grandes cidades. Em 2010, perdemos as disputas nas grandes cidades, mas mantivemos “cinturão vermelho”, em torno das capitais como nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em 2014, perdemos também o “cinturão vermelho” no Sudeste e Sul. Nas eleições municipais de 2016, o PT sofreu uma derrota acachapante nas grandes cidades do Sudeste e do Sul. Este é o maior desafio do partido: retomar uma presença expressiva nas grandes cidades, com conquistas de prefeituras e eleição de bancadas expressivas de vereadores.

5-10-ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 SERÃO DIFERENTES DAS ANTERIORES, COM O FIM DAS COLIGAÇÕES PROPORCIONAIS; FUNDO DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E, PROVAVELMENTE, UMA GRANDE FRAGMENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS A PREFEITO(A).

Informa o site Aquinotícias: “A eleição para vereador em 2020 será diferente das anteriores. Várias mudanças nas regras eleitorais entrarão em vigor. A minirreforma de 2017 alterou a Lei das Eleições e o Código Eleitoral. As mudanças aconteceram com o objetivo de garantir ao processo eleitoral uma disputa mais justa e equânime entre os concorrentes. As principais alterações para as eleições de 2020 foram o fim das coligações proporcionais; a ampliação do número de candidatos que cada partido

poderá lançar; a criação do fundo especial de financiamento de campanha; redução do tempo de domicílio eleitoral; entre outras.(...) FIM DAS COLIGAÇÕES: A partir de 2020, os partidos não poderão mais fazer coligações partidárias nas eleições para deputados e vereadores. As legendas poderão se juntar somente na eleição majoritária (prefeito), devendo concorrer isoladamente nas eleições proporcionais (vereadores): Como era: os votos de todos candidatos e legendas da coligação eram somados conjuntamente. De modo que são as coligações, e não os partidos individualmente, que conquistam vagas no Legislativo; Como ficou: com a reforma política, os partidos não mais poderão se coligar em eleições proporcionais. Isso não significa que o sistema proporcional deixará de existir, mas apenas que os partidos concorrerão em chapas separadas, sem alianças. Ou seja, contarão apenas com seus próprios votos. Com isso, os partidos mais fortes sairão fortalecidos enquanto os menores terão mais dificuldades em elegerem candidatos.(...) CLÁUSULA DE BARREIRA: A cláusula de barreira é uma lei que restringe a atuação e o funcionamento de partidos políticos que não obtiverem determinada porcentagem de votos para o Congresso. Em 2017, com a Reforma Política, a Cláusula de Barreira foi aprovada pelo Senado Federal, e já valeu para as eleições de 2018: Como era: todos os partidos recebiam uma fatia do fundo partidário, usado para manter a estrutura das siglas. O tempo de propaganda em rádio e TV era calculado de acordo com a bancada na Câmara; como ficou: passa a existir um desempenho eleitoral mínimo para que os partidos tenham direito ao tempo de propaganda e ao fundo partidário. Esse desempenho mínimo exige o cumprimento de pelo menos uma de duas exigências: os partidos precisam alcançar, no mínimo, 1,5% do total de votos válidos distribuídos em nove Estados ou mais. E em cada um desses Estados a legenda precisa ter, no mínimo, 1% dos votos válidos ou eleger nove deputados distribuídos em, no mínimo, nove estados.(...) FUNDO DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA: o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é um fundo público destinado ao financiamento das campanhas eleitorais dos candidatos. Ele entrou em vigor nas eleições de 2018 e valerá também para as eleições municipais de 2020. O fundo tem regras para a sua distribuição definidas em lei: uma pequena parcela é rateada entre todos os partidos e o restante de acordo com a votação dos partidos e a sua representação no Congresso. Como era: antes os partidos podiam receber doações de empresas para as campanhas eleitorais; como ficou: Agora além do fundo eleitoral, as campanhas poderão contar com doações de pessoas físicas, limitadas a 10% do rendimento bruto do ano anterior ao das eleições e com a arrecadação por ferramentas de financiamento coletivo – o crowdfunding ou vaquinha virtual.(...) NÚMERO DE CANDIDATOS: Haverá mudança também no número de candidatos a vereador que serão lançados em 2020. Cada partido poderá lançar até 150% do número de vagas existentes na Câmara Municipal. Como era: Antes das novas regras eleitorais, as coligações podiam lançar até 200% da quantidade de vagas. Para exemplificar: Em um município com 19 vagas, cada coligação poderia lançar em conjunto 38 candidatos a vereadores; Como ficou: Com a vigência da nova legislação, cada partido isoladamente deverá lançar até 150% do número

de cadeiras. Ou seja, no município citado acima, cada partido deverá lançar sozinho 28 candidatos. Suponhamos que existam 19 partidos concorrendo, ao todo 532 vereadores poderiam se candidatar. As legendas terão que se adaptar às mudanças. Para o alcance do coeficiente eleitoral haverá a necessidade de um número maior de candidatos como também nomes que tenham maior representatividade em número de votos sob pena de alcançarem o valor de voto necessários.(...) DOMICÍLIO ELEITORAL: O tempo mínimo de domicílio eleitoral diminuiu. Domicílio eleitoral é o lugar da residência ou moradia ou outro lugar em que o eleitor possua algum vínculo específico, que poderá ser familiar, econômico, social ou político. O domicílio determina o lugar em que o cidadão deve alistar-se como eleitor e assim, poder nele votar e por ele candidatar-se a cargo eletivo. Como era: Na última eleição municipal, o candidato deveria possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição com pelo menos um ano antes do pleito; Como ficou: Já nas eleições de 2020, o candidato deve possuir domicílio eleitoral pelo prazo mínimo de 6 meses, o mesmo prazo é exigido para a filiação partidária” (Aquinocticias.com, 20/09/2019).

Raquel Faria: fim de coligações deixa partidos sem candidatos e à beira da morte. Raquel Faria fala sobre o fim das coligações proporcionais que estão abando as eleições municipais de 2020: “A um ano das eleições municipais, começa a procura por nomes para a disputa. E todos os partidos, especialmente os menores, estão se deparando com dificuldades inéditas em função de uma nova regra eleitoral que passa a vigorar neste pleito: a proibição às coligações para cargos proporcionais (vereador e deputado). Antes, os partidos podiam se juntar ou coligar para formar um chapão comum de candidatos legislativos. Agora, é cada um por si com a própria chapa. Em BH, a previsão é de que nenhuma legenda conseguirá lançar chapa completa para vereador; há partidos que não conseguiram nenhum postulante até agora. A coligação proporcional era uma mão na roda para os partidos. Por meio dela, as siglas podiam somar forças entre si e com isso eleger parlamentares mesmo sem boa estrutura ou votação. Não é à toa que o Brasil chegou a ter mais de 30 partidos atuantes: o mecanismo da coligação facilitava a sobrevivência de qualquer sigla, junto com os recursos públicos do Fundo Partidário. Em 2017, o Congresso editou uma minirreforma política que limitou a coligação apenas para a eleição no Executivo (prefeito, governador e presidente). E melou o esquema.(...) A proibição à aliança proporcional é uma paulada nos partidos com poucos filiados e parlamentares. O exemplo de BH ilustra bem isso. Para que um partido possa eleger um vereador ele precisa alcançar o chamado coeficiente eleitoral, que na eleição passada ficou entre 26 e 30 mil votos na capital mineira. E o candidato com maior votação dentro da sigla leva a cadeira. Digamos, então, que uma legenda obtenha 10 mil votos de apenas um candidato. Ele, apesar da expressiva votação, não se elegerá. Mas um candidato com 5 mil votos pode se eleger em outro partido que tenha atingido o coeficiente por meio de outras candidaturas. Isso é a eleição “proporcional”. A mudança na regra do jogo traz problemas para todos os partidos. Nenhum conseguirá lançar o numero de candidatos a vereador que a lei permite, nem disputar o legislativo em

todas as cidades do estado. No frigidar dos ovos, o jogo que passará a ser jogado nas campanhas favorece claramente os partidos mais estruturados e já com bancadas parlamentares. Beneficia quem já está no poder. O propósito da mudança é mesmo o de uma faxina: enxugar o sistema partidário levando legendas menores e mais fracas à extinção ou fusão entre si” (Os Novos Inconfidentes, 25/09/2019).

Duas consequências do fim das coligações proporcionais: deverá enfraquecer os pequenos partidos e pulverizar as candidaturas de prefeitos(as).

As coligações proporcionais ajudavam os pequenos partidos de duas formas: a) facilitavam a coligação de pequenos partidos para ampliar a votação, para atingirem o quociente eleitoral e elegerem representantes ao Legislativo; b) forçavam os candidatos mais bem posicionados nas disputas majoritárias a fazerem coligações proporcionais em seus partidos, trocando assim o apoio na eleição majoritária pela representação proporcional. Vejamos alguns números nas coligações para as eleições de deputados federais, em 2014 e 2018. Na eleição de 2014, o PT elegeu 70 deputados federais, sem coligação, a representação subiria para 102 deputados; o PMDB fez 66 deputados, sem coligação teria eleito 102 deputados federais e o PSDB fez 54 deputados, sem coligação teria eleito 68 deputados. Nas eleições de 2018, as perdas dos partidos maiores com as coligações proporcionais foram menores, mas ainda muito expressivas: o PT teria eleito 67 em vez de 56 deputados; o PSL teria 61 deputados, em vez dos 52 eleitos; MDB, PSD e PSDB teriam um aumento de 10% em suas bancadas eleitas.(...) Portanto, o fim da coligação proporcional deverá dificultar enormemente a vida dos partidos menores, que ficarão com bancadas cada vez mais reduzidas nas Câmaras Municipais. Outra consequência do fim das coligações proporcionais deverá ser uma maior pulverização das candidaturas a Prefeito(a) para dar mais visibilidade ao Partido, o que poderá ter alguma influência em melhor resultado para a Câmara dos Vereadores.

GABINETE DA DEPUTADA ESTADUAL MARÍLIA CAMPOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

R. Rodrigues Caldas, 30, sala 213, Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-921
Telefone: 31 2108-5445

ESCRITÓRIO CONTAGEM

Avenida José Faria da Rocha, 3.171, sala 301, Eldorado
Contagem/MG - CEP: 32.310-210
Telefone: 31 2557-7679

E-mail: dep.marilia.campos@almg.gov.br

www.facebook.com/mariliacampos.contagem



**Marília
Campos** 
Deputada Estadual